

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando José de Araujo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria-Executiva
Fernando José de Araujo Abrantes

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria-Executiva - DE

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Rio de Janeiro
Maio 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria-Executiva - DE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

© IBGE. 2017

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar

Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e
Disseminação de Informações - CDDI

Diretoria-Executiva

Relatório de Gestão do exercício 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e nº 72, de 15 de maio de 2013, das Decisões Normativas TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016 e nº 156, de 30 de novembro de 2016 e da Portaria TCU nº 59, de 19 de janeiro de 2017.

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Massashige Takiguchi

Equipe Técnica

Alan Costa Carneiro Silva
Ana Cláudia Neves do Livramento
André Fernandes Chaves

Programação Visual e Editoração

Mauro Emílio Araújo

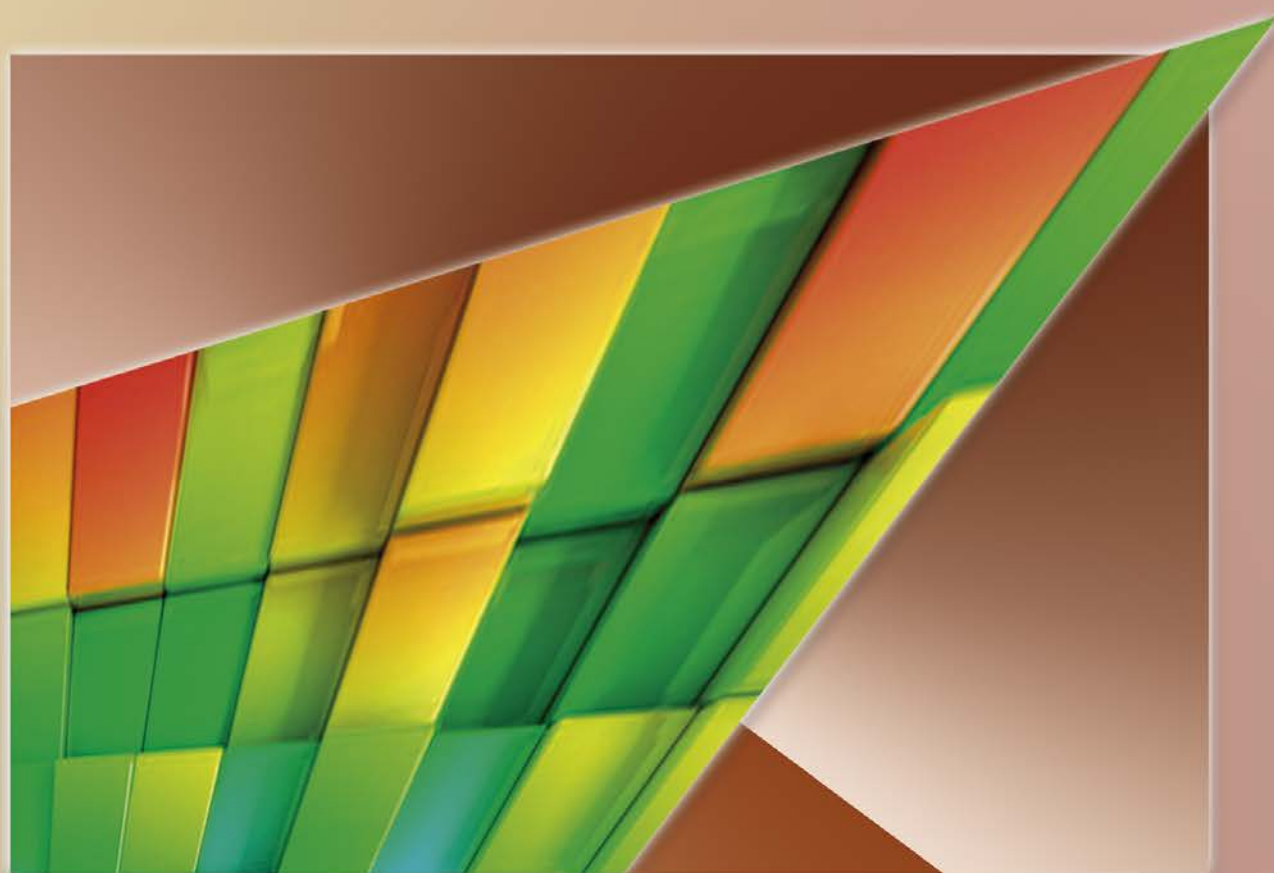
Revisão de Texto

Clóvis Alberto Garcia de Barros
Sandra Márcia de Melo

Colaboradores

Amaury da Silva Pereira Júnior
André Eduardo Oliveira de Paula Lico
Cláudio Marques Barbosa
Dorian Fikota
Liliane Magalhães G. P. Furtado
Luiz Gutman
Marcelo Henrique Ferreira Barbosa
Maria Cristina Barboza Lobianco
Mariana Regattieri da Silva
Paulo César de Souza Quintslr
Pedro Rezende Barata

Rafael Magalhães Costa
Raissa Batista Madureira
Ricardo Baptista
Sebastião Gomes
Sérgio Ribamar Horta P. Pereira
Sílvia Regina Cunningham Broering
Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Vinicius Duarte Figueira
Vivaldi Campos Junior
Waldir Fortunato Júnior



Apresentação

O Relatório de Gestão do IBGE tem por objetivo apresentar e analisar os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O documento, além de trazer as informações requeridas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pela fiscalização e garantia da correta e eficaz gestão dos recursos públicos, cumpre a função de tornar transparente, para o Governo e a sociedade, os resultados alcançados e as atividades desenvolvidas pela Instituição.

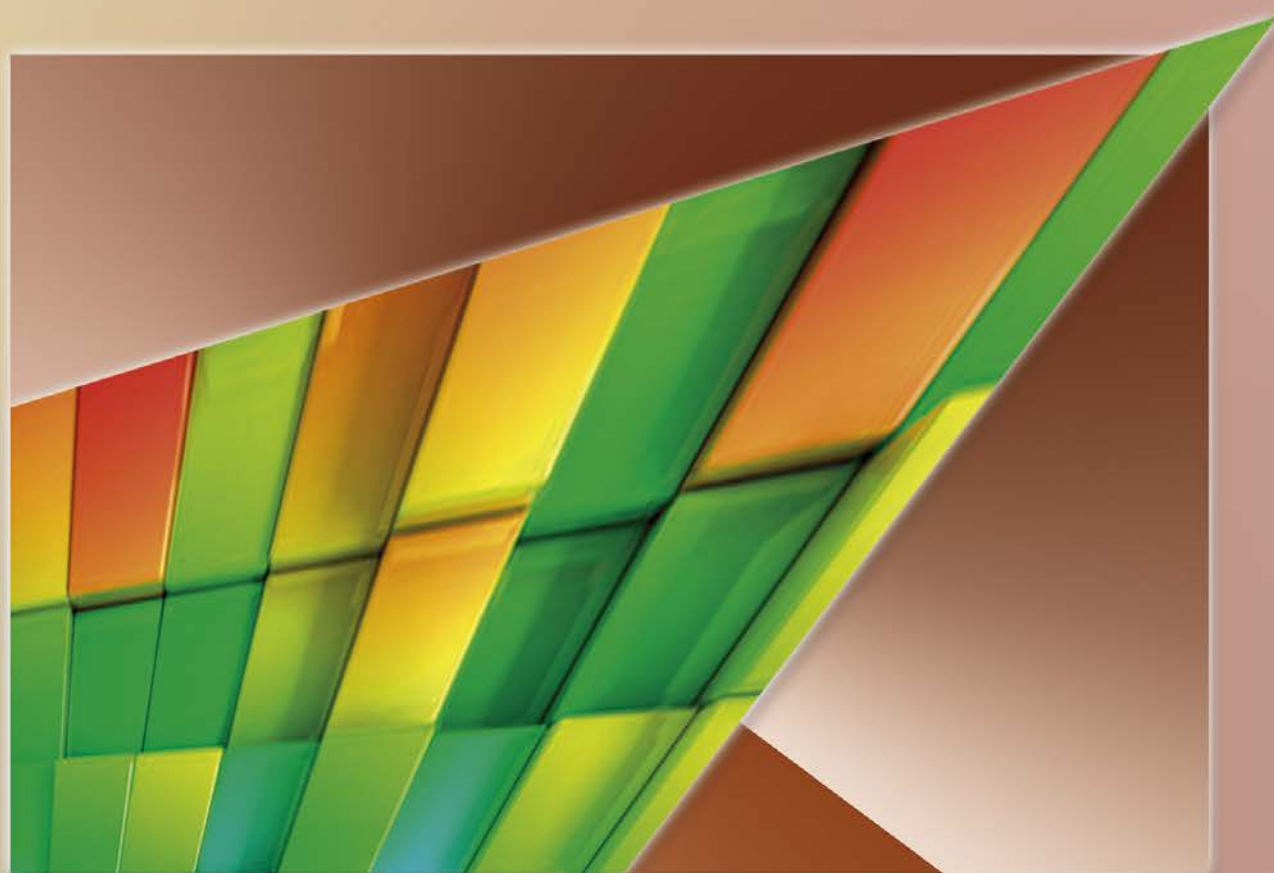
O exercício de 2016 é especialmente marcado pelo início de um novo Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, referente ao período de 2016-2019, que reforça a opção por um modelo de desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia, alinhado ao planejamento estratégico do Governo Federal, dando novas dimensões ao Plano.

Por fim, o relatório apresentará ao leitor um panorama de tudo o que o IBGE desenvolveu ao longo do exercício, as respectivas práticas de gestão e estratégia de atuação adotadas frente às responsabilidades institucionais no exercício de 2016.



Paulo Rabello
Presidente do IBGE





21	INTRODUÇÃO
23	1 VISÃO GERAL
25	1.1 Finalidade e Competências
25	1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Entidade
22	1.3 Ambiente de Atuação
28	1.4 Organograma
30	1.5 Macroprocessos Finalísticos
37	2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS
39	2.1 Planejamento Organizacional
39	2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício
41	2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico
51	2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos
52	2.3 Desempenho Orçamentário
52	2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade
52	2.3.1.1 Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações
54	2.3.1.2 Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
62	2.3.1.3 Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
63	2.3.1.4 Ação Censos Demográfico e Agropecuário
64	2.3.1.5 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos
68	2.3.1.6 Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos
70	2.3.1.7 Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
72	2.3.1.8 Ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais
75	2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário
75	2.3.3 Informações sobre a Execução das Despesas
78	2.4 Desempenho Operacional
92	2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Sumário

97	3	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
99	3.1	Descrição das Estruturas de Governança
103	3.2	Informações sobre os Dirigentes e Colegiados
107	3.3	Atuação da Auditoria Interna
109	3.4	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
110	3.5	Gestão de Riscos e Controles Internos
117	4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
119	4.1	Gestão de Pessoas
119	4.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade
122	4.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal
123	4.1.3	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal
125	4.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
127	4.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura
127	4.2.1	Gestão da Frota de Veículos
130	4.2.2	Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso
130	4.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
132	4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas
132	4.2.5	Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros
133	4.3	Gestão da Tecnologia da Informação
136	4.3.1	Principais Sistemas de Informação
142	4.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de TI
144	4.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
148	4.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

151	5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
153	5.1	Canais de Acesso do Cidadão
154	5.2	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários
154	5.3	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade
155	5.4	Medidas para garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações
157	6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
159	6.1	Desempenho Financeiro do Exercício
159	6.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos
160	6.3	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade
161	6.4	Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas
165	7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
159	7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU
167	7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)
171	7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário
172	7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993
175		ANEXOS
177		Anexo 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas
179		Anexo 2 – Macroprocessos Finalísticos
184		Anexo 3 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade
192		Anexo 4 – Demonstrações Contábeis

Lista de Quadros

43	Quadro 1 - Metodologia de Planejamento e Gestão Estratégica
46	Quadro 2 - Oficinas Temáticas realizadas em 2016
46	Quadro 3 - Oficinas com as Unidades Estaduais realizadas em 2016
52	Quadro 4 - Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações
54	Quadro 5 - Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
62	Quadro 6 - Identificação da Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
63	Quadro 7 - Identificação da Ação Censos Demográfico e Agropecuário
64	Quadro 8 - Identificação da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos
68	Quadro 9 - Identificação da Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos
70	Quadro 10 - Identificação da Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
72	Quadro 11 - Identificação da Ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais
75	Quadro 12 - Despesas por Modalidade de Contratação
76	Quadro 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa
93	Quadro 14 - Indicadores de Desempenho
119	Quadro 15 - Força de Trabalho da UPC
119	Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva
120	Quadro 17 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC
120	Quadro 18 - Quantitativo de Ativos por Escolaridade Real
122	Quadro 19 - Demonstrativo das Despesas do Pessoal
126	Quadro 20 - Composição do Quadro de Estagiários
128	Quadro 21 - Média Anual de Quilômetros Rodados por Tipo de Combustível nas Unidades do IBGE
129	Quadro 22 - Despesas com Manutenção da Frota de Veículos
131	Quadro 23 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União
132	Quadro 24 - Distribuição Geográfica dos Imóveis Locados de Terceiros
171	Quadro 25 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Lista de Gráficos

- 94** **Gráfico 1** - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2011-2016
- 95** **Gráfico 2** - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas – IBGE 2014-2016
- 95** **Gráfico 3** - Correspondências Respondidas, por Intervalo de Classes de Dias, pelo IBGE (2014-2016)
- 109** **Gráfico 4** - Folha de Pagamento - Diferenças
- 146** **Gráfico 5** - Variação do Consumo Mensal de Água e de Energia Elétrica - IBGE - 2016/2015

Lista de Figuras

- 29** **Figura 1** - Organograma Funcional do IBGE
- 43** **Figura 2** - Mapa Estratégico do IBGE
- 50** **Figura 3** - Fase 1: Planejamento estratégico – Formulação e Desdobramento da Estratégia (PLAN)
- 66** **Figura 4** - Suplemento da PNAD 2014 - Mobilidade Sócio-Ocupacional
- 66** **Figura 5** - Estatísticas do Empreendedorismo – 2014
- 67** **Figura 6** - Pesquisa de Inovação – PINTEC - 2014
- 107** **Figura 7** - Organograma da Auditoria Interna
- 110** **Figura 8** - Relatório de Procedimentos Instaurados Registrados no Sistema CGU/PAD
- 173** **Figura 9** - Autorização de Pagamentos Contabilizadas

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABER	Associação Brasileira de Estudos Regionais
ALAP	Associação Latino-Americana de População
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	<i>American Statistical Association</i>
ASSEMB	Associação dos Economistas de Minas Gerais
AUD	Auditoria Interna do IBGE
BDA	Banco de Dados Administrativo
BDSGB	Base de Dados do Sistema Geodésico Brasileiro
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAR	Coordenação de Cartografia
CDC	Companhia Docas do Ceará
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CEGRAD	Coordenação de Graduação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CETE	Coordenação de Estruturas Territoriais
CGED	Coordenação de Geodésia
CGEO	Coordenação de Geografia
CGS	Comitê de Gestão da Sustentabilidade
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADS	Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas
COAGRO	Coordenação de Agropecuária
COATI	Coordenação de Atendimento Integrado
COBAD	Coordenação de Metodologia e Banco de Dados
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças

— Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

COIND	Coordenação de Indústria
COINF	Coordenação de Serviços de Informática
COINP	Coordenação de Índices de Preços
COMAR	Coordenação de Marketing
COMEQ	Coordenação de Métodos e Qualidade
CONAC	Coordenação de Contas Nacionais
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
Confeg	Conferência Nacional de Geociências
Confest	Conferência Nacional de Estatística
COPES	Coordenação de Projetos Especiais
COPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais
COPRO	Coordenação de Produção
COREN	Coordenação de Trabalho e Rendimento
COSEC	Coordenação de Serviços e Comércio
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPS	Coordenação de Planejamento e Supervisão
CR	Correspondências Respondidas
CREN	Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CRM	Coordenação de Recursos Materiais
CTA	Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento
CTIC	Comitê de Tecnologias de Informação e Comunicação
DE	Diretoria-Executiva
DGC	Diretoria de Geociências
DI	Diretoria de Informática
DOU	Diário Oficial da União
DPE	Diretoria de Pesquisas
EAD	Educação a Distância
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologias da Informação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ESTADIC	Pesquisa Básica de Informações dos Estados

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FP-GEMA	Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental
GECON	Gerência de Contabilidade
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GES	Grupos Executivos de Sustentabilidade
GET	Grupo Executivo de Trabalho
GFSM	<i>Government Finance Statistics Manual</i>
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GS/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IASE	<i>International Association for Statistical Education</i>
IASI	<i>Inter-American Statistical Institute</i>
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IG	Selos de Indicação Geográfica
IGTEC	Instituto de Geoinformação e Tecnologia
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INFOPLAN	3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPP	Índice de Preços ao Produtor
ISI	<i>International Statistical Institute</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MACUV	Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo
MAPGEO	Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil

— Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

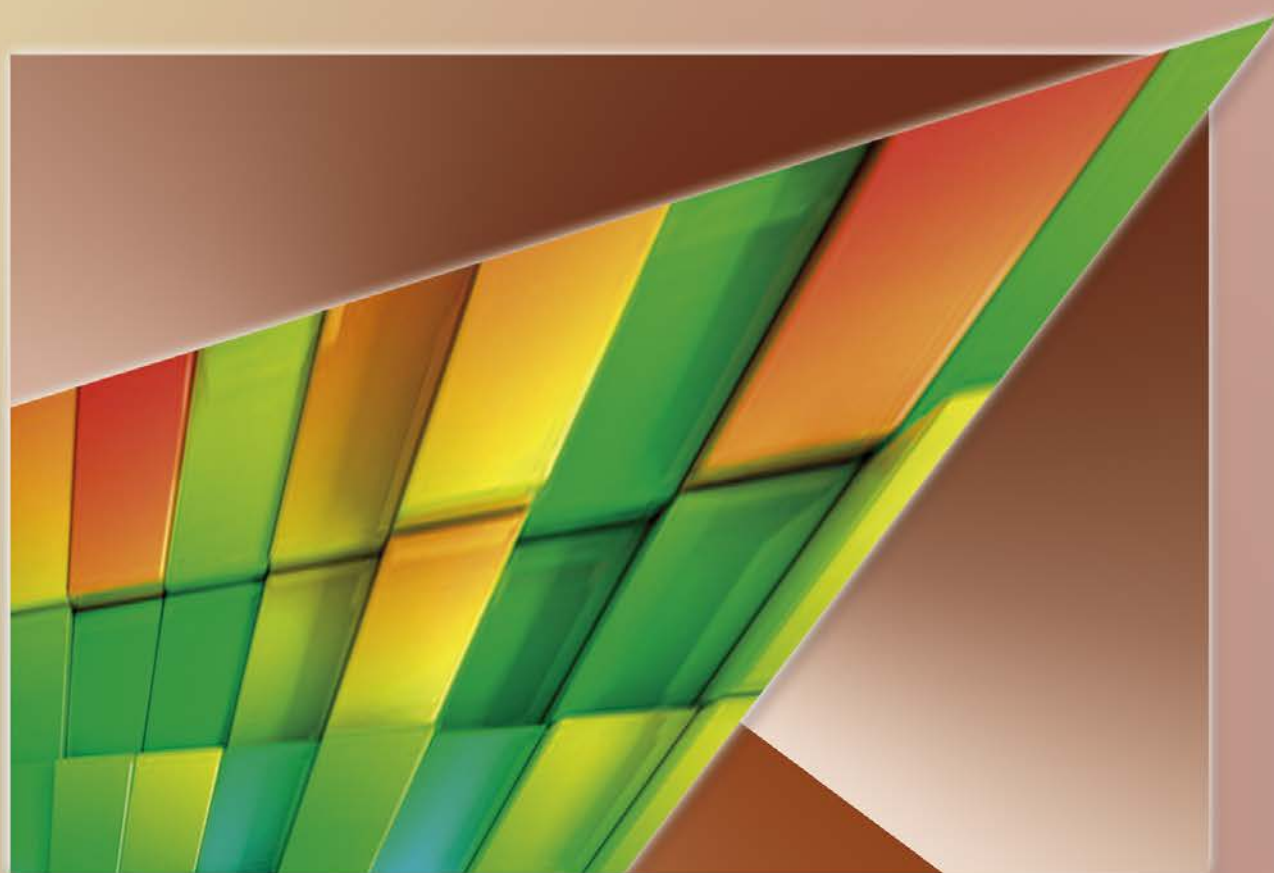
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NMC	Nomenclatura Comum do Mercosul
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAINT	Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PAM	Pesquisa de Agricultura Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDA	Assistentes Pessoais Digitais
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PEPS	Pesquisas de Especificação de Produtos e Serviços
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PEVS	Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIMES	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
PINTEC	Pesquisa de Inovação
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PROAP	<i>Programa de Apoio à Pós-Graduação</i>
PSH	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RA	Taxa de Resultados Alcançados
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RCB	Revista de Cartografia Brasileira
RCD	Resolução do Conselho Diretor
REBEP	Revista Brasileira de Estudos de População
REGCI	<i>Estatísticas de Registro Civil</i>
RPMG	Rede Maregráfica Permanente para Geodésia
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SBC	Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria, e Sensoriamento Remoto
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SDA	Sistema de Dados Administrativos
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEV	Serviço de Veículo

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIAD	Sistema de Atos Administrativos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Sistema Integrado Comercial
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGA	Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
Sigestão	Sistema Integrado de Gestão
SINAPE	Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SISPEP	Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais
SisPES	Sistema Esplanada Sustentável
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNA	<i>System of National Accounts</i>
SNIO	Sistema Nacional de Informações Oficiais
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSU	Taxa de Satisfação dos Usuários
UE	Unidade Estadual
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa



Introdução

De acordo com a Lei nº 5.878 de maio de 1973, o IBGE é o órgão responsável por “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Por ser a informação um recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma organização que pauta pela qualidade da informação por ele gerada, o Instituto conta com o reconhecimento da sociedade pela importância da diversidade dos produtos que dissemina.

Nesse contexto, o Relatório de Gestão vem a ser um dos principais instrumentos que viabilizam o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público, apresentando e analisando os aspectos inerentes ao processo institucional e às práticas e técnicas de gestão ocorridas no exercício, que propiciaram a produção e a disseminação das informações para a sociedade em geral.

A Instituição buscou nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, nº 72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, da Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017, o embasamento teórico-normativo para a elaboração do Relatório de Gestão 2016.

O conteúdo do presente documento está apresentado conforme a estrutura definida no sítio do TCU e no Sistema e-Contas. Além dessa apresentação, o relatório foi dividido da seguinte forma: (i) a Visão Geral da Unidade é apresentada na seção 1; (ii) o Planejamento Organizacional e Resultados são detalhados na seção 2; (iii) a Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos são analisados na seção 3; (iv) as Áreas Especiais de Gestão são apresentadas na seção 4; (v) O Relacionamento com a Sociedade é resumido na seção 5; (vi) o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis são examinadas na seção 6; (vii) a Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle são apresentadas na seção 7; (viii) por fim, os Anexos e Apêndices complementam e elucidam, por meio de quadros e tabelas, os temas desenvolvidos no relatório.

Ressalte-se, ainda, que este relatório é resultado de um trabalho coletivo que integrou diversas equipes da Instituição, sendo as informações a expressão do IBGE como um todo.

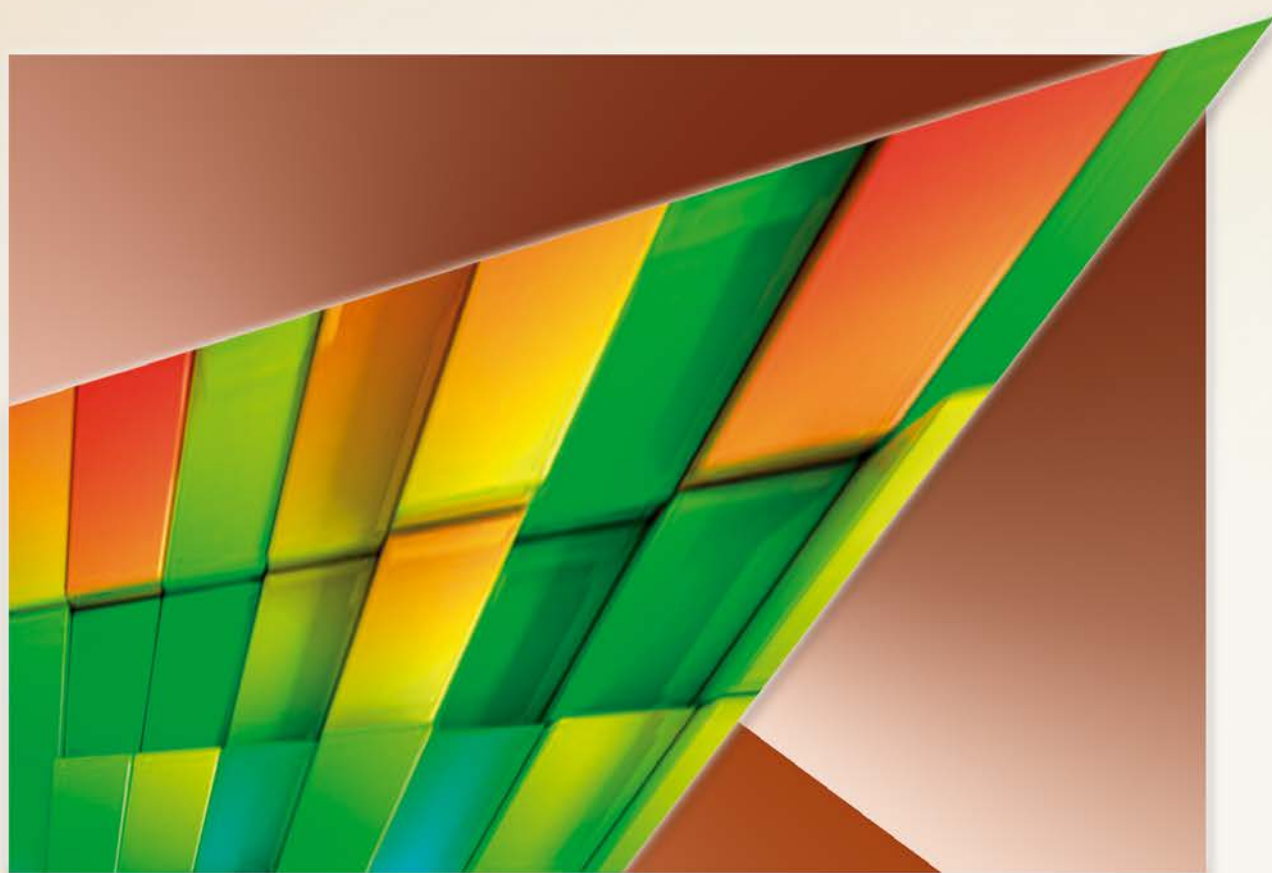
A seguir destacam-se algumas informações e atividades que dizem respeito às principais realizações da gestão da instituição no exercício, que foram importantes na execução e aprimoramento do seu plano de trabalho:

- O IBGE realizou a 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN), que reuniu representantes de quase 200 organizações públicas e privadas, 350 especialistas brasileiros e estrangeiros e cerca de dois mil participantes. Foram discutidos, em nove sessões plenárias, 30 palestras e 111 mesas redondas, os principais temas que envolvem a produção e a utilização de informações estatísticas, geocientíficas e ambientais, tendo como fio condutor o lema “Coordenação para o Planejamento”. Além das plenárias, palestras e mesas redonda, a conferência sediou um evento paralelo sobre Estatísticas Relacionadas às Mudanças Climáticas, do qual participaram os principais especialistas sobre mudanças climáticas do país.
- No âmbito das informações estatísticas, foram divulgados os novos indicadores resultantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua). Entre as novidades destacam-se as taxas que revelam a subutilização da força de trabalho: (i) taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas e da desocupação; (ii) taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial; (iii) a taxa composta da subutilização da força de trabalho.
- Na esfera das informações geocientíficas, foi disponibilizado a “Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado de Goiás e do Distrito Federal, na escala 1:100.000”, o primeiro conjunto de dados geoespaciais vetoriais a ser disponibilizado à sociedade brasileira, dando origem a um produto cartográfico de abrangência nacional mais detalhado que os atualmente disponíveis.
- Pela primeira vez no Brasil foi lançada uma frente parlamentar mista em prol da geografia, estatística e do meio agroambiental reunindo quase 300 parlamentares, entre deputados e senadores. A Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (FP-GEMA) é destinada ao estudo, discussão e encaminhamento de questões de legislação relativas aos temas, visando ao desenvolvimento institucional das entidades governamentais atuantes na produção, gestão, uso, compartilhamento e disseminação de informações, contribuindo efetivamente no planejamento público e privado dos setores chaves para o desenvolvimento sustentável brasileiro.

- Outra marca do exercício, foi a relevância crescente do IBGE diante da sociedade brasileira. Isso se expressou nos mais de 70 milhões de atendimentos à sociedade feitos em todo o país, por meio dos serviços de atendimento e do Portal na internet, onde os cidadãos tiveram acesso a toda produção já disseminada, com a credibilidade e transparência com que a instituição trabalha, com aderência às metodologias internacionais e com informações que são fundamentais, não só para as políticas públicas, mas também para o exercício da cidadania.
- Destaca-se, também, o lançamento de um conjunto de produtos que apresentaram o país para as mais de 200 delegações aqui presentes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, para a mídia internacional, Comissões Organizadoras, atletas e o público em geral: o site “Países Olímpicos” e um infográfico (ilustrações explicativas sobre um tema na forma de mapa) do território brasileiro, por meio do folder “Um passaporte para conhecer o Brasil – embarque nas informações do IBGE”, nas versões inglês e português.
- Por fim, com o lançamento do material informativo “O seu Município em Números 2016”, o IBGE participou das eleições municipais fornecendo para sociedade local dados relevantes sobre os 5.570 municípios brasileiros. As informações personalizadas ao nível municipal apoiaram candidatos, eleitores e formadores de opinião nas eleições ocorridas em outubro, melhorando a qualidade do debate público e da consciência política dos cidadãos.

No próximo exercício, ter-se-á uma sequência nova de contribuições para a sociedade brasileira, entre elas o Censo Agropecuário 2017, que tem previsão de ir a campo no último trimestre do ano. Em relação ao Censo, cabe destacar o esforço empenhado para sua realização, pois tal atividade não recebeu recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Os recursos alocados a essa operação foram obtidos por meio de uma parceria com o Congresso Nacional, através de emenda ao orçamento de 2017, que possibilitou a retomada dos trabalhos do Censo em 2017.

Num ano em que o país, de modo geral, enfrentou dificuldades decorrentes do ambiente de restrição fiscal existente, o IBGE teve as atividades de seu plano de trabalho regular realizadas. Durante o exercício foi possível executar as principais ações planejadas, garantindo à sociedade brasileira as informações que produz com a excelência de sempre. Vale ressaltar, a propósito, que isso só foi possível com a dedicação, o esforço e competência de seu corpo técnico, hoje bastante reduzido.



1

Visão Geral



1.1 Finalidade e Competências

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ao IBGE coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, e as de natureza geográfica e cartográfica, bem como realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, constituindo-se assim como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

Cabe ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG); atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Entidade

Normas de criação e alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de agosto de 2004, e publicado no DOU nº 156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Normas relacionadas à gestão e estrutura do IBGE

O IBGE conta com um Sistema de Atos Administrativos (SIAD), disponível na intranet, que agrega os atos administrativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da Instituição.

Manuais e publicações relacionadas às atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet¹ mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da Instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos do Órgão, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

1.3 Ambiente de Atuação

O IBGE é o órgão oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação, que tem por base sua independência técnica e institucional em relação a interferências externas, está voltada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel institucional deve-se ao fato de a instituição produzir essas informações como bens públicos, cabendo, portanto, ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento, e ao IBGE de disponibilizá-las a toda a sociedade, com regularidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras empresas e instituições. É isto que as tornam poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

No horizonte de atuação estratégica da instituição é inevitável mencionar as oportunidades e ameaças quanto à atuação do IBGE. Dentre as oportunidades de

¹ <http://www.ibge.gov.br>



maior relevância, inclusive para se consolidar a excelência de nossa rede de unidades descentralizadas, destacam-se:

- Avançar no uso estatístico de registros administrativos como uma alternativa eficiente e menos custosa do que a coleta direta tradicional das pesquisas, utilizando dados administrativos que já foram coletados por outros órgãos governamentais para complementar a produção estatística e geocientífica. Tal perspectiva requer, para além de ganhos de eficiência, o fortalecimento da dimensão de coordenação da produção estatística e geocientífica nacional;
- Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquelas relativas aos indicadores de desenvolvimento sustentável;
- O crescimento da demanda por informações para atender as políticas públicas e privadas e para o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências internacionais requer o reforço, não apenas da atenção para com a avaliação dos benefícios econômicos e sociais gerados pelos produtos do IBGE, mas também, e principalmente, maior ênfase nas atividades ligadas à etapa de comunicação junto ao grande público;
- Desenvolver o uso intenso e emergente de informações geoespaciais integradas às estatísticas, em resposta à crescente demanda pública e privada por informações, especialmente as georreferenciadas, conforme ganha complexidade a estrutura econômica e social do país, com a progressiva interiorização do desenvolvimento;
- O uso crescente das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, a gestão e acessibilidade de arquivos digitais e da sua possibilidade de utilização usualmente expresso na ideia do *Big Data* ; e
- Avanço na construção de modelos genéricos a nível internacional voltados para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade na produção de informações estatísticas e geocientíficas.

No que se refere às ameaças mais impactantes, merecem ser apontadas pela relevância que tiveram, e ainda têm, as que seguem:

- A reposição insuficiente do quadro de servidores, frente às elevadas aposentadorias, tem atualmente dificultado a execução do nosso plano de trabalho e, em se mantendo o tal quadro, as atividades do IBGE poderão ficar bastante prejudicadas. É, portanto, imperioso garantir a autorização de concursos para a incorporação imediata de novos quadros;
- O contexto já mencionado de restrição de recursos e carência de pessoal em meio a pressões de demandas crescentes por informações para cobrir novos temas, com maior detalhamento temático e espacial, maior frequência e menor prazo;
- Dificuldade de obter informações básicas e cooperação dos informantes e de estabelecer parcerias para acesso a registros administrativos;

- Incerteza e limitação no planejamento e disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros; e
- Possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informação decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento.

Importante uma vez mais salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas, o IBGE conseguiu alcançar os objetivos previstos em seu plano de trabalho ao longo de 2016, como também buscou definir estratégias e desenvolver ações ligadas à gestão de risco para prevenir e reduzir os impactos dessas ameaças.

1.4 Organograma

O estatuto do IBGE define sua natureza, finalidade, estrutura organizacional e competências. A estrutura organizacional compreende: i) órgãos colegiados de direção superior; ii) órgão de assistência direta e imediata ao presidente; iii) órgãos seccionais; iv) órgãos específicos singulares; e v) órgãos descentralizados.

Dos órgãos colegiados de direção superior fazem parte os Conselhos Técnico, Diretor e Curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial.

O órgão de assistência direta e imediata ao presidente está representado, na estrutura organizacional, pelo Gabinete, cuja competência é prestar assistência ao presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Ainda na função de assessoria estão os órgãos seccionais Auditoria Interna (AUD), Procuradoria Federal (PF) e a Diretoria-Executiva (DE). À Auditoria compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a Instituição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos; e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

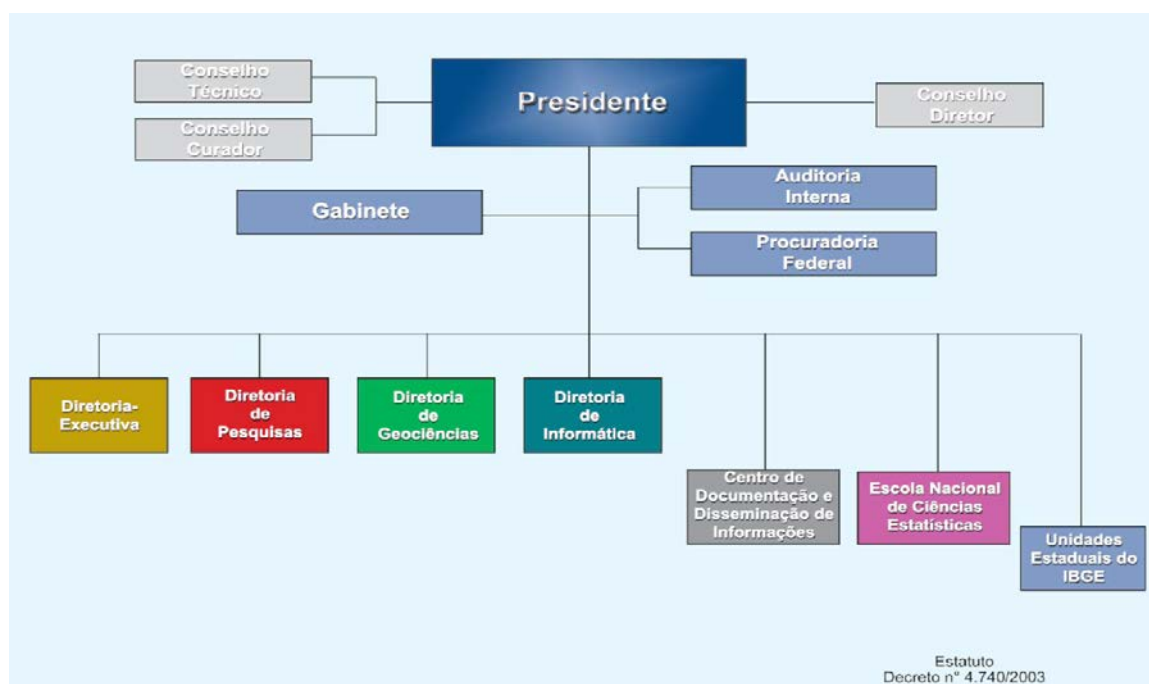


Dos órgãos específicos singulares fazem parte a Diretoria de Pesquisas (DPE), a Diretoria de Geociências (DGC), a Diretoria de Informática (DI), o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Os órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras e a elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Instituição no âmbito de sua jurisdição.

As informações referentes às áreas e subunidades estratégicas do IBGE encontram-se no Anexo 1. A Figura 1 apresenta o Organograma funcional da Instituição.

Figura 1 – Organograma Funcional do IBGE



Fonte: Estatuto/Decreto nº 4.740/2003.

1.5 Macroprocessos Finalísticos

Os produtos e serviços, os principais clientes e as unidades responsáveis relacionados aos macroprocessos finalísticos do IBGE, ou seja, às atividades primárias (de negócio) da Instituição, encontram-se no Anexo 2.

Para o cumprimento de atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos o IBGE contou com parcerias estratégicas e fundamentais em 2016. São elas:

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Em tramitação acordo de cooperação entre os partícipes para oferta e realização dos cursos constantes no plano de trabalho, integrante do documento assinado, com intuito de ampliar as oportunidades de capacitação para servidores públicos localizados próximos à área geográfica de atuação da instituição parceira.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Em tramitação acordo de cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Demanda Social, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em tramitação acordo de cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br)

Em tramitação acordo de cooperação para a realização de atividades de pesquisas amostrais sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil e desenvolver ações de capacitação de pessoas e produção acadêmica nas áreas de metodologias de pesquisa e estudos estatísticos.

Statistical Analysis Software (SAS), Institute Brasil Ltda.

Em andamento, termo de licença gratuita, à licenciada, da utilização de *software* do licenciador, para uso exclusivo na formação de alunos e usuários especializados em



estatística, *data mining*, sistemas de apoio à decisão e áreas de conhecimento afins, principalmente divulgando e ensinando na ENCE, seus conceitos, aplicabilidade e sua importância no mercado.

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET)

Em andamento, convênio que regula a cooperação técnico-científica entre o CEFET Rio de Janeiro e a ENCE, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, nos seguintes setores: intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos; atividades de pesquisa em temas de interesse em comum; cessão mútua de recursos laboratoriais; formação de pessoal em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado); intercâmbio de professores.

Fundação Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Em tramitação acordo de cooperação para oferta e realização dos cursos constantes do Plano de Trabalho, integrante deste documento, com o intuito de ampliar as oportunidades de capacitação para os servidores públicos que atuam nestes dois órgãos públicos.

Ministério da Saúde

Formalização do Protocolo de Intenções para implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de iniciativas e atividades que serão desenvolvidas, por meio de instrumentos específicos, com os respectivos Planos de Trabalhos.

Ministério da Pesca e Aquicultura

Formalização do Terceiro Termo Aditivo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cujo objeto foi a prorrogação da vigência até maio de 2016 do projeto “Programa de Inclusão da Aquicultura na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)”.

Ministério do Turismo

Formalização junto ao Ministério do Turismo está a parceria para a realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Celebração junto à EMBRAPA de parceria para a execução de levantamentos e mapeamentos, visando a realização de estudos referentes aos impactos ambientais, econômicos e sociais dos sistemas de produção agropecuários, em consonância com

o Projeto registrado no SEG sob o n.º 01.11.01.002.0200, denominado “Avaliação econômica de tecnologias e políticas para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa em sistemas de produção de grãos em Biomas brasileiros”.

Instituto Empreender Endeavor Brasil (ENDEAVOR)

Realização de estudos sobre o tema “Empreendedorismo” como parte do desenvolvimento do Sistema de Estatísticas de Empreendedorismo, por meio das seguintes publicações:

- “Estatísticas de Empreendedorismo 2014” da série “Estudos e Pesquisas” do IBGE, lançado no dia 18 de novembro de 2016;
- “Estatísticas de Empreendedorismo 2015” da série “Estudos e Pesquisas” do IBGE, a ser lançado no segundo semestre de 2017.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Formalização da parceria com a ANVISA, no sentido de desenvolver trabalhos no âmbito científico, acadêmico e técnico de interesse comum as suas áreas, por meio das seguintes ações: estimativa da participação das atividades econômicas reguladas pela vigilância sanitária na economia brasileira; avaliação da equivalência entre as nomenclaturas adotadas no PROD-LIST - Indústria do IBGE e Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) com as listas de produtos usadas no cadastro da ANVISA; mapeamento das informações do Cadastro de Empresas do IBGE, de acordo com as atividades de interesse da vigilância sanitária, segundo a CNAE versão 2.0, ressalvadas as informações de caráter sigiloso e disponibilização dos dados produzidos pela ANVISA conforme interesse do IBGE, ressalvada restrição crítica da natureza da informação.

Estados da Federação

Em fase final de formalização com os Estados da Federação, Acordos de Cooperação Técnica para a construção de consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP). Até o momento já foram assinados 20 acordos de cooperação técnica relativos ao SISPEP.

Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Em tramitação parceria com a STN, que tem por finalidade instituir cooperação com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando a compatibilização conceitual das mesmas e a racionalização da aplicação



de recursos públicos na geração e manutenção das bases de dados. As atividades previstas serão executadas anualmente: alinhamento das classificações do governo central e de estados e municípios; aprimoramentos da conta de governo à luz do *System of National Accounts* (SNA), de 2008, e da *Government Finance Statistics Manual* (GFSM), de 2014; revisão da abrangência dos setores governo geral e setor público; adaptação dos planos de contas às necessidades de Contas Nacionais; harmonização e compartilhamento das informações para estatísticas de finanças públicas e contas nacionais em bases trimestrais e publicação conjunta STN/IBGE das estatísticas de finanças públicas e conta intermediária do governo.

Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério do Trabalho e Fundação Universidade de Brasília

Formalização de parceria com Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério do Trabalho e Fundação Universidade de Brasília os três órgãos, visando à harmonização, extração, análise e difusão de sistemas, dados e informações que permitam subsidiar estatísticas sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil, para apoiar a formulação, execução e correção de políticas públicas.

Estado do Tocantins e Fundação Ezute

Cessão gratuita de direito de uso de arquivos digitais, referente aos pontos de controle GPS, para correção de imagens medidas pelo IBGE no estado de Tocantins a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), por prazo determinado e de forma não exclusiva, dos seguintes produtos:

- a) Recortes das Fotografias dos Pontos de Apoio de Campo (arquivos BMP ou JPG);
- b) Lista de Coordenadas dos Pontos de Apoio de Campo (arquivos TXT);
- c) Croquis de Localização dos Pontos de Apoio de Campo (arquivos BMP ou JPG);

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Acordo de Cooperação Técnica, tendo como objetivo que visa o estabelecimento das condições de colaboração para se instalar e manter em atividade a Estação da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) da estação Alegrete - RSAL, implantada (ou a ser implantada) através de parceria entre o IBGE e a UNIPAMPA, nas dependências do Campus Alegrete, no estado do Rio Grande do Sul.

Companhia Docas do Ceará (CDC)

Acordo de Cooperação que tem por objetivo o estabelecimento das condições de colaboração para se manter em atividade a estação CEFT, integrante da RBMC dos Sistemas GNSS, e da Rede Maregráfica Permanente Para Geodésia (RPMG), ambas instaladas nas dependências da CDC, na cidade de Fortaleza/CE.

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Acordo de Cooperação Técnica que visa o estabelecimento das condições de colaboração para se manter em atividade a Estação da RBMC da estação VICO, implantada pelo IBGE através de parceria anterior, celebrada em 22/08/1997, no Campus da UFV, na cidade Viçosa/MG.

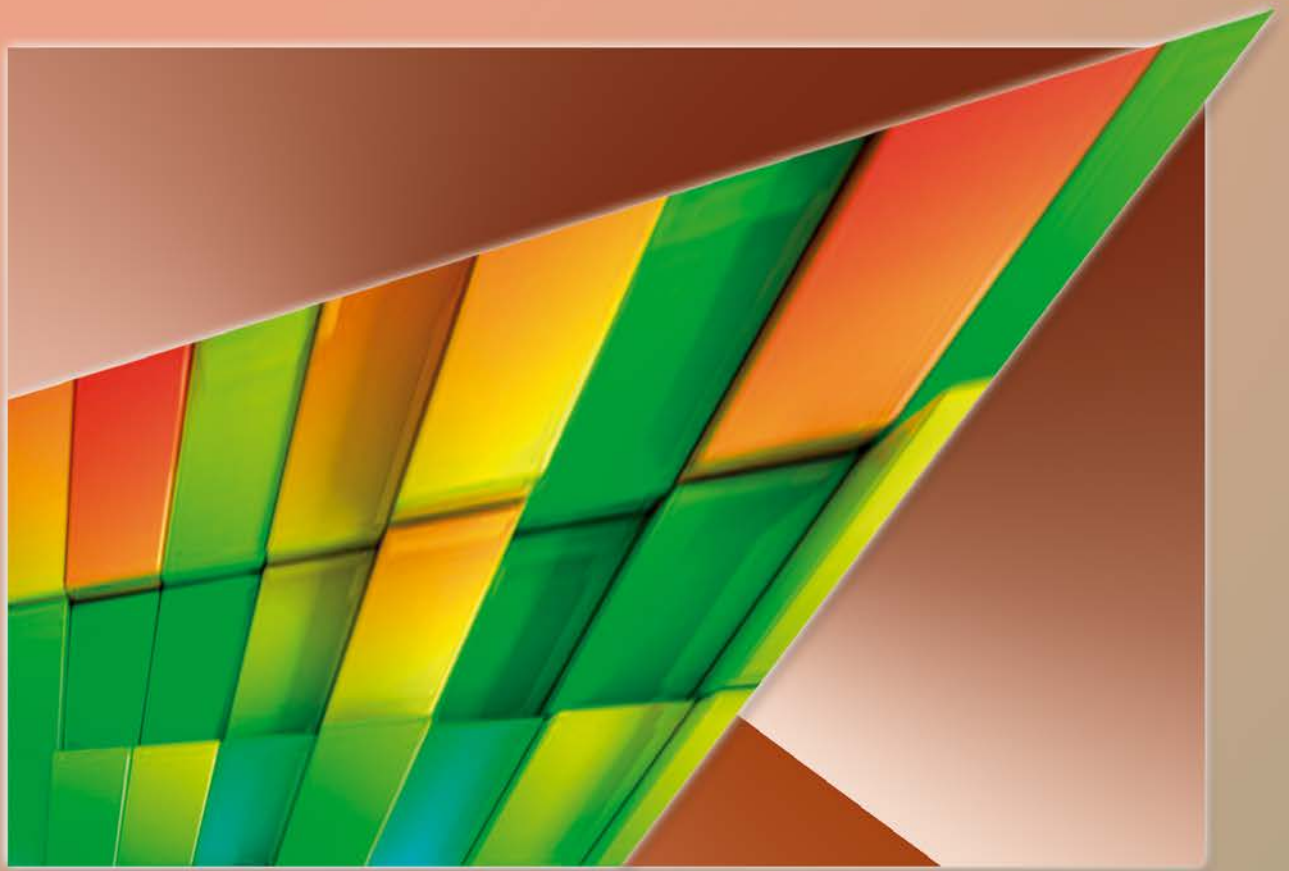
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O Acordo de Cooperação Técnica tem por finalidade o estabelecimento de parceria entre a União, por intermédio do MDA, INCRA e IBGE, no âmbito de suas competências, para a realização de ações visando:

- I. o intercâmbio de dados e informações gráficas, textuais e estatísticas sobre o meio rural, suas dinâmicas e articulações no espaço brasileiro;
- II. o acesso do IBGE aos sistemas de informações do INCRA relativos às áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária e Regulação Fundiária, comunidades remanescentes de quilombo e propriedades rurais;
- III. o acesso pelo IBGE à base cartográfica do INCRA e outras informações georreferenciadas, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e também ao Sistema de Certificação de Imóveis Rurais;
- IV. o acesso do IBGE às informações analíticas da Declaração de Aptidão ao PRONAF;
- V. o acesso pelo INCRA e pelo MDA às informações georreferenciadas e estatísticas dos censos agropecuários;
- VI. estabelecimento de ações conjuntas e pesquisas que possam subsidiar a elaboração e publicação do Atlas do Espaço Rural Brasileiro;
- VII. estabelecimento de ações conjuntas e pesquisas para a realização de uma pesquisa sobre fluxos agropecuários no Brasil;



- VIII. apoio do IBGE ao planejamento estratégico do INCRA;
- IX. estabelecimento de procedimentos sobre certificação de áreas municipais;
- X. acesso, pelo IBGE, às informações georreferenciadas do Programa Terra Legal do MDA relativos a Regularização Fundiária na Amazônia Legal;
- XI. ações que aprimorem o Sistema Nacional de Informações Oficiais a ser desenvolvido pelo IBGE.



2

Planejamento Organizacional e Resultados



2.1 Planejamento Organizacional

O IBGE, empenhando-se em aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao governo através do alcance da visão de futuro definida pelo Instituto, sempre pautado nos valores de ética, transparência, responsabilidade, imparcialidade e excelência, dedicou-se, no ano 2016, à formulação do novo plano estratégico institucional e seu desdobramento em proposição de ações (projetos) para implementação dos objetivos estratégicos definidos. Esse trabalho começou ao final de 2015, ainda sob a liderança da Presidente anterior, e foi concluído somente ao final de 2016, sob a orientação do atual Presidente do IBGE, com a realização da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN) - Informações para o Planejamento.

Desse modo, o ano de 2016 foi um ano atípico em que o corpo técnico e as lideranças estratégicas do órgão se dedicaram aos processos de reflexão estratégica e formulação do Plano Estratégico Institucional para os próximos 10 anos. Este foi um trabalho realizado internamente, sem consultoria externa, mobilizando lideranças da Sede, no Rio de Janeiro, e das Unidades Estaduais. As ações serão efetivamente iniciadas somente em 2017, por meio da implementação dos projetos estratégicos priorizados.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

No âmbito do PPA 2016-2019, o IBGE não possui objetivos sob sua responsabilidade. Não obstante, a contribuição da Instituição para o PPA encontra-se nas metas e iniciativas, nas quais desenvolve suas ações orçamentárias para os seguintes programas e objetivos:

2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Para o Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, o IBGE contribui para o Objetivo “1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos”, por meio das seguintes metas e iniciativas:

- Meta 04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente àquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável;

- Meta 04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas;
- Iniciativa 06LU - Implementação da Infraestrutura do Sistema Nacional de Informações Oficiais, promovendo a organização e articulação das instituições envolvidas e dos dados por elas produzidos;
- Iniciativa 06LV - Realização do III Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, congregando a Conferência Nacional de Estatística (Confest) e a Conferência Nacional de Geociências (Confege);
- Iniciativa 06LW – Implantação do Portal Nacional de Informações Oficiais, plataforma *web* de acesso ágil, completo e integrado aos dados e respectivos metadados do sistema de informações oficiais;
- Iniciativa 06LX – Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) ampliando a adesão das organizações produtoras e usuárias de dados geoespaciais;
- Iniciativa 06LY – Realização de pesquisas e estudos estatísticos de natureza conjuntural e estrutural, com base em pesquisas e registros administrativos;
- Iniciativa 06LZ – Aprimoramento dos levantamentos das pesquisas estatísticas existentes, através da adoção de novas tecnologias e metodologias e da ampliação da cobertura territorial e temática, com destaque para as estatísticas ambientais;
- Iniciativa 06M0 – Realização do Censo Agropecuário em 2017 (ano de referência 2016) e o planejamento do Censo Demográfico de 2020;
- Iniciativa 06M1 – Realização das pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos, com a incorporação de novas tecnologias e metodologias, ampliando as áreas de cobertura, os detalhamentos em diferentes escalas, os recortes territoriais e a precisão das medidas.
- Iniciativa 06M2 – Ampliação da produção de publicações eletrônicas e impressas e aprimorar o portal do IBGE na internet.



2040 – Gestão de Riscos e Desastres

Para o Programa Temático Gestão de Riscos e Desastres, o IBGE contribui para o Objetivo “0602 - Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos”, por meio da seguinte iniciativa:

- Iniciativa 06M1 – Realização das pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos, com a incorporação de novas tecnologias e metodologias, ampliando as áreas de cobertura, os detalhamentos em diferentes escalas, os recortes territoriais e a precisão das medidas.

2080 - Educação de Qualidade para Todos

Para o Programa Educação de Qualidade para Todos, o IBGE contribui, através da ENCE, de forma direta para a realização do objetivo “1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.

Conforme exposto no decorrer capítulo, o IBGE não possui objetivos ou resultados a apresentar no que concerne ao planejamento estratégico no ano de 2016, uma vez que com o encerramento do ciclo de planejamento estratégico anterior (2012-2015), o ano de 2016 foi dedicado inteiramente à formulação do novo plano estratégico institucional (2017-2027).

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico cristaliza as intenções estratégicas de uma instituição, servindo de referencial para todos aqueles que envidam esforços para a realização de sua missão. Em se tratando de uma instituição oficial de produção de informações estatísticas e geocientíficas, como o IBGE, o plano estratégico representa não apenas um direcionamento para os seus servidores, como também um veículo de transparência de suas atividades ao governo e à sociedade.

Este subitem descreve o estágio de implementação do planejamento estratégico do IBGE. Com o encerramento do ciclo de planejamento estratégico anterior (2012-2015), o ano de 2016 foi dedicado à formulação do novo plano estratégico institucional.

Por decisão do Conselho Diretor, o horizonte de tempo de planejamento foi ampliado para dez anos, considerando a complexidade dos desafios de longo prazo a serem perseguidos.

Neste novo ciclo o *Balanced Scorecard (BSC)* foi a ferramenta gerencial escolhida para traduzir a missão e a estratégia em um conjunto equilibrado de objetivos e medidas de desempenho, em três perspectivas: “aprendizagem & crescimento”; “processos” e “contribuições para a sociedade”. Às perspectivas tradicionais do BSC adequadas à administração pública, foram incorporadas quatro outras dimensões consideradas estratégicas para o IBGE: Precisão, Eficiência, Relevância e Integração (PERI). Tais dimensões representam os focos do direcionamento estratégico e sintetizam as principais linhas de atuação nos próximos anos.

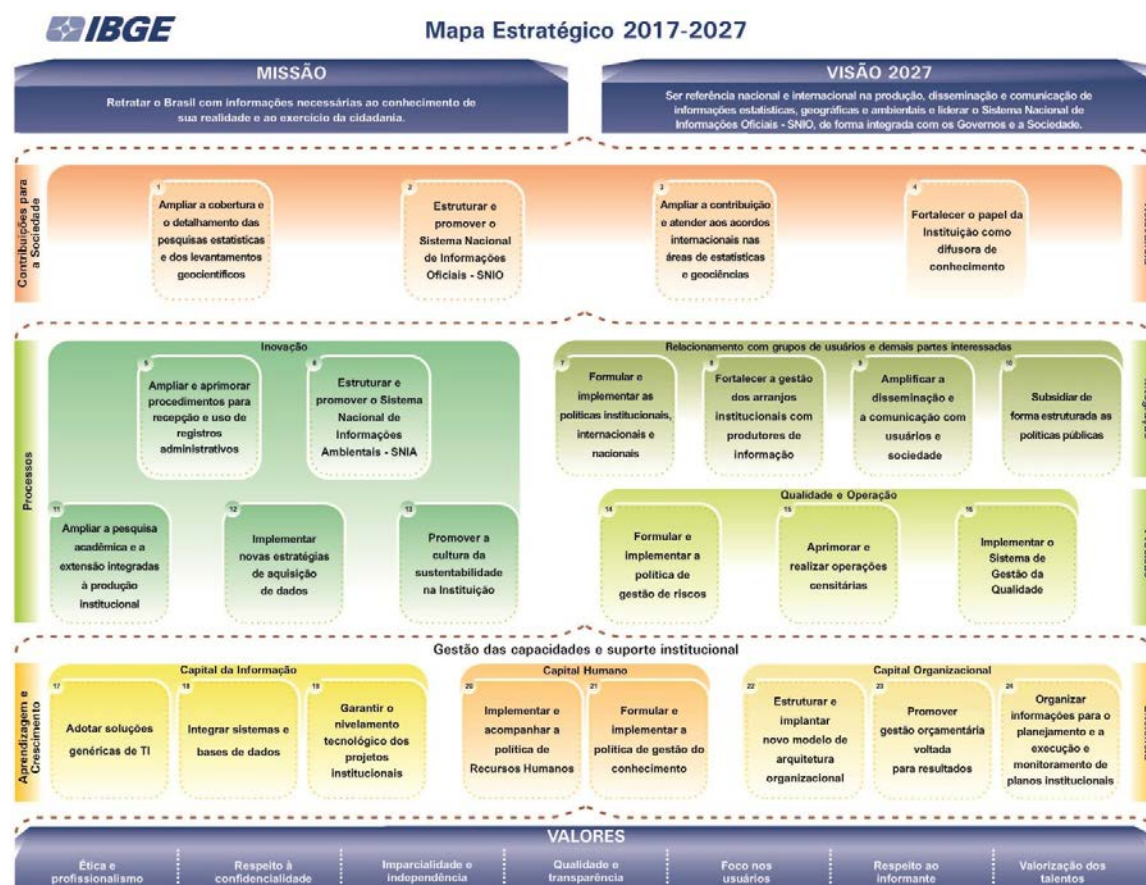
No ano de 2016 foram realizados dois encontros com o Conselho Diretor Ampliado e 13 oficinas de reflexão estratégica envolvendo 275 lideranças nos processos de formulação da estratégia e seu desdobramento em ações concretas. Nesses encontros os referenciais estratégicos foram revisados (foi mantida a declaração da missão institucional e atualizado o conjunto de valores), o texto que sintetiza a visão 2027 foi construído coletivamente e 24 objetivos estratégicos foram definidos. Esses elementos estão consolidados no Mapa Estratégico do IBGE 2017-2027, recurso que comunica e sintetiza a estratégia para os próximos dez anos e que está apresentado na Figura 2. Nas Oficinas com a participação dos Chefes das Unidades Estaduais e nos Encontros com Coordenadores e demais lideranças foram discutidas as propostas de projetos de melhorias em processos críticos e de projetos de inovação e mudança, as quais contribuirão para a consecução dos objetivos estratégicos. Em reuniões setoriais entre as lideranças e seu corpo técnico as propostas foram refinadas e, após consolidação, 136 projetos foram aprovados.

Ao final de 2016 (entre os dias 05 e 09 de dezembro) o IBGE organizou a 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN) - Informações para o Planejamento. O evento reuniu especialistas do IBGE, além de renomados profissionais do Brasil e de outros países, para apresentações, discussões técnicas e compartilhamento de conhecimentos. O encontro representou um importante espaço para debater e refletir sobre questões cruciais para o futuro do IBGE, que passa por ampliar e aprimorar o uso de registros administrativos e por estruturar e promover o Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), o que requer forte articulação e claro compromisso entre as instituições envolvidas. A INFOPLAN, portanto, foi uma oportunidade de ouvir produtores e



usuários de informação, de aproximar ainda mais a Instituição da sociedade e levantar prioridades, de modo a reunir subsídios essenciais para o alinhamento do Plano Estratégico e das intenções institucionais às demandas e necessidades identificadas.

Figura 2 - Mapa Estratégico do IBGE



Fonte: IBGE.

O Quadro 1 resume as quatro fases do processo de planejamento e gestão estratégica e o conjunto de etapas envolvidas. Em 2016, o IBGE dedicou-se à primeira fase, ou seja, à formulação da estratégia e o seu desdobramento em projetos e ações. Em 2017 daremos início às ações priorizadas e seu monitoramento.

Quadro 1 - Metodologia de Planejamento e Gestão Estratégica

Fase 1: Planejamento estratégico – formulação e desdobramento da estratégia (PLAN)
Etapa 1 – Levantamento de informações prévias/Análise do ambiente
Etapa 2 – Formulação da estratégia
Etapa 3 – Detalhamento dos objetivos estratégicos e desdobramento em projetos
Etapa 4 – Consolidação e ajuste do Plano Estratégico
Etapa 5 – Validação pelo Conselho Diretor
Etapa 6 – Detalhamento dos projetos propostos
Etapa 7 – Comunicação

Fase 2: Execução da Estratégia – Gerenciamento dos projetos (ações de mudança) (DO)
Etapa 1 – Execução dos projetos
Fase 3: Acompanhamento da estratégia (CHECK)
Etapa 1 – Apuração e atualização das informações para acompanhamento dos resultados
Fase 4 – Avaliação e revisão da estratégia (ACT)
Etapa 1 – Avaliação e revisão da execução da estratégia

Fonte: IBGE.

Destacamos, a seguir, as ações realizadas em 2016, no âmbito da primeira fase e os resultados alcançados.

Fase 1: Planejamento estratégico – formulação e desdobramento da estratégia (PLAN)

Etapa 1 - Levantamento de informações prévias/Análise do ambiente

Realizada ainda em 2015, quando foram levantados insumos relativos à análise do ambiente interno e externo que serviram de base às reflexões estratégicas. Serão detalhadas as ações implementadas no ano de 2016.

Etapa 2 - Formulação da Estratégia

Duas Oficinas de Reflexão Estratégica foram realizadas com o Conselho Diretor Ampliado, em **15 de dezembro de 2015 e em 18 de janeiro de 2016**. Nesses encontros questões institucionais e técnicas foram amplamente debatidas. Basicamente, as seguintes questões nortearam as discussões:

⇒ Fundamentos Estratégicos e Diretrizes Organizacionais:

- Quem somos, o que fazemos, para quem?
- Onde estamos hoje?
- Quais são nossas forças mais atuantes, fraquezas mais prejudiciais, oportunidades mais acessíveis e ameaças mais impactantes?

⇒ Grandes Escolhas Estratégicas:

- Onde queremos estar daqui a cinco anos? E daqui a 10 anos?
- Como chegaremos lá?
- Que resultados a sociedade espera do IBGE?
- Em que processos de negócio devemos concentrar melhorias?
- Para cumprir bem a missão e alcançar a visão o que aprender e melhorar?
- Quais sistemas devemos usar? Que tecnologias são prioritárias?
- Quais são as necessidades de infraestrutura? Que clima organizacional deve ser promovido para sustentar os processos? Que estrutura organizacional?



A metodologia adotada incluiu reflexão prévia orientada, discussões presenciais em pequenos grupos para interação e reflexão e, posteriormente, em plenária, para alinhamento, consenso e fechamento das propostas.

Produtos da Etapa 2:

- Ratificação da missão institucional;
- Revisão dos valores institucionais;
- Priorização de forças e fraquezas do ambiente interno e das oportunidades e ameaças do ambiente externo;
- Proposta de futuro para o IBGE materializada na declaração da visão de futuro (inicialmente, visão 2020 e posteriormente, após a chegada do novo presidente do IBGE, novas reflexões, visão 2027);
- Conjunto de Objetivos Estratégicos organizados no Mapa Estratégico do IBGE.
- Com a chegada do novo presidente, foram incorporadas à reflexão quatro dimensões (direcionadores estratégicos): Precisão, Eficiência, Relevância e Integração (PERI).

Etapa 3: Detalhamento dos Objetivos Estratégicos e Desdobramento em Projetos

Os resultados gerados na Oficina de Reflexão Estratégica com o Conselho Diretor Ampliado foram apresentados, debatidos e aprofundados nas diversas Oficinas de Trabalho com Coordenadores, Gestores Estratégicos e Chefes de UEs. Nessas Oficinas, o mapa estratégico e a missão, os valores, a visão de futuro e os objetivos estratégicos foram apreciados por grupos mais amplos e propostas de contribuições, complementos e sugestões foram sendo registradas e discutidas, de forma incremental, a cada oficina.

Os objetivos estratégicos foram debatidos e detalhados e os participantes também propuseram, por meio de discussões em grupos transversais interdisciplinares, como os objetivos podem ser alcançados e que caminhos o IBGE deverá seguir na direção de sua visão de futuro, ou seja, os participantes propuseram como cada objetivo poderia ser desdobrado em projetos estratégicos e em iniciativas específicas concretas.

As proposições de projetos para cada objetivo foram discutidas, primeiramente, em pequenos grupos e em plenária ao final da oficina. A Secretaria Executiva realizou posteriormente o trabalho de análise das propostas, identificação de ideias similares ou complementares e consolidação do resultado.

Entre os meses de maio e julho de 2016 foram realizadas 11 Oficinas Temáticas, a saber:

Quadro 2 – Oficinas Temáticas realizadas em 2016

Oficinas Temáticas	Data
Oficina: Capital Organizacional <i>Discussão dos objetivos 22, 23 e 24</i>	16/05/2016
Oficina: Capital Humano <i>Discussão dos objetivos 20 e 21</i>	23/06/2016
Oficina: Tecnologia da Informação e Comunicação e Estratégias de Aquisição de Dados <i>Discussão dos objetivos 12, 17, 18 e 19</i>	17/05/2016
Oficina: Ensino, Pesquisa e Extensão <i>Discussão do objetivo 11 (e foi proposta a inclusão do objetivo 4)</i>	16/06/2016
Oficina: Operações Censitárias <i>Discussão do objetivo 15</i>	10/06/2016
Oficina: Processos e Riscos <i>Discussão dos objetivos 14 e 16</i>	21/06/2016
Oficina: Produtos <i>Discussão do objetivo 1</i>	22/06/2016
Oficina: Sustentabilidade <i>Discussão do objetivo 13</i>	09/06/2016
Oficina: Disseminação e Comunicação <i>Discussão do objetivo 9</i>	14/06/2016
Oficina: Objetivos de Contribuição aos Objetivos do MP <i>Discussão dos objetivos 2, 3, 5 e 6</i>	05/07/2016
Oficina: Arranjos Institucionais, Subsídio às Políticas Públicas e Política de Relações Internacionais <i>Discussão dos objetivos 7, 8 e 10</i>	06/07/2016

Fonte: IBGE.

Essas oficinas envolveram 180 participantes e resultaram em 120 propostas de projetos.

Além das oficinas temáticas outras duas oficinas foram realizadas, envolvendo especificamente gestores das Unidades Estaduais:

Quadro 3 – Oficinas com as Unidades Estaduais realizadas em 2016

Oficinas com as Unidades Estaduais	Data
Oficina com os Chefes das Unidades Estaduais	26/09/2016
Oficina com Gestores das Unidades Estaduais	03/11/2016

Fonte: IBGE.

Essas oficinas aconteceram em dois momentos:

- Inicialmente, os Chefes das Unidades Estaduais que estavam no Rio de Janeiro para o Encontro das Unidades Estaduais, participaram de uma oficina de planejamento em que conheceram as proposições e contribuições das lideranças da Sede e apresentaram suas propostas de ações e projetos para fortalecimento do IBGE nas quatro dimensões estratégicas (PERI). Essa oficina aconteceu em 26/09/2016.



- Ao retornarem para seus estados, os participantes envolveram lideranças e equipes locais para que novas contribuições pudessem ser agregadas. As contribuições estaduais foram analisadas coletivamente por ocasião do Encontro das Equipes de Planejamento, realizado em Salvador, em 03/11/2016 e após debates, foi priorizado um conjunto de projetos de interesse das UEs para fortalecer as quatro dimensões estratégicas: Precisão, Eficiência, Relevância e Integração.

Nestas duas últimas oficinas foram envolvidos 95 participantes e registradas 80 sugestões de iniciativas e projetos por parte das UEs.

Produtos da Etapa 3:

- Contribuições aos textos de Missão, Valores, Visão de Futuro 2027;
- Proposta de inclusão de um objetivo estratégico e de revisão dos demais;
- Detalhamento dos Objetivos Estratégicos;
- 120 propostas de projetos por parte das lideranças da Sede;
- 80 propostas de projetos por parte das Unidades Estaduais.

Além das contribuições das lideranças (200 propostas de projetos, 275 participantes), a Presidência registrou 24 projetos de interesse, totalizando, então, 224 propostas para serem analisadas e consolidadas.

Etapa 4: Consolidação e Ajuste do Plano Estratégico

As sugestões apresentadas pelas lideranças para os textos de missão, visão, valores e objetivos foram sendo consolidadas ao longo das oficinas, de forma incremental.

As propostas de projetos foram todas analisadas pela secretaria executiva para agrupamento por afinidades e identificação de projetos similares que pudessem ser unificados ou de projetos complementares que pudessem ser gerenciados como um programa.

Projetos foram conceituados de acordo com o PMI: um esforço temporário para criar um produto, serviço ou resultado único, de característica singular (não foi feito antes). A natureza temporária dos projetos indica que eles têm início e término definidos. Temporário não significa necessariamente de curta duração. O termo não se aplica ao produto, serviço ou resultado criado pelo projeto. A maioria dos projetos é empreendida para criar um resultado duradouro.

O *portfólio* de projetos, como ações de mudança, refere-se a uma coleção de projetos e programas gerenciados como um grupo para facilitar o efetivo gerenciamento do trabalho para o alcance de objetivos estratégicos; ele é composto de:

- *Projetos táticos (ou iniciativas de melhorias em processos)*: decorrem das funções das Unidades Organizacionais e do cumprimento da missão institucional e envolvem ações de melhoria, aperfeiçoamento, desenvolvimento dos produtos e processos em trabalho existentes (corrigir, prevenir, reduzir efeitos indesejados, melhorar desempenho, eficiência, eficácia; ampliar cobertura e/ou detalhamento das pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos);
- *Projetos estratégicos*: envolvem ações estratégicas que levam à inovação, à reorganização, à mudanças revolucionárias, a produtos e processos novos.

Agrupados em um portfólio, os Programas são compostos de um grupo de projetos relacionados e interdependentes, gerenciados de modo coordenado para obtenção de benefícios e controles que não estariam disponíveis se gerenciados individualmente. Projetos dentro de um programa são relacionados entre si pelo resultado comum ou sua capacidade coletiva.

Projetos singulares são aqueles que não fazem parte de um programa, mas fazem parte do portfólio de projetos estratégicos. Embora os projetos ou programas do portfólio possam não ser necessariamente interdependentes ou diretamente relacionados, eles estão ligados ao plano estratégico por meio do portfólio. As estratégias e prioridades organizacionais são vinculadas e possuem relações entre portfólio e programas, e entre programas e projetos singulares.

Em 11/11/2016 foi realizada reunião com os integrantes do Grupo Executivo de Trabalho (GET). A reunião teve por objetivo apresentar o documento que consolida as propostas das lideranças ao processo de planejamento estratégico (incluindo as contribuições das Unidades Estaduais), e buscar as contribuições finais das áreas para o fechamento do trabalho e para a apresentação ao Conselho Diretor Ampliado para validação.

Integrantes do GET foram encarregados de organizar reuniões internas em suas Unidades Organizacionais e disseminar os resultados, de modo a ampliar as consultas e envolver um maior número de servidores no processo de planejamento. Contribuições às propostas encaminhadas à Secretaria Executiva foram analisadas e incorporadas ao conjunto, quando apropriadas.

*Produto da etapa 4:*

- Elaboração do documento que consolida as contribuições recebidas, incluindo a proposta do portfólio de projetos, organizados em programas.

Etapa 5: Validação pelo Conselho Diretor

A Oficina de Validação com o Conselho Diretor Ampliado ocorreu em 22/11/2016. Foram apresentadas ao Conselho todas as contribuições das lideranças ao Plano Estratégico, incluindo as propostas de projetos estratégicos associados a cada objetivo.

O Mapa Estratégico foi aprovado (declaração de missão, conjunto de valores, texto da visão 2027 e 24 objetivos estratégicos).

Em prosseguimento, cada Diretoria ficou incumbida de se reunir com sua equipe para detalhamento dos projetos selecionados.

Produtos da etapa 5:

- Textos de missão, valores, visão de futuro e objetivos estratégicos revisados e aprovados pelo Conselho Diretor Ampliado (mapa estratégico aprovado).

Etapa 6: Detalhamento dos Projetos Propostos

As Diretorias encaminharam suas observações e complementação das informações sobre os projetos para a Secretaria Executiva, que consolidou o documento final. Os projetos selecionados para início em 2017 serão detalhados no Termo de Abertura dos Projetos.

Produto da etapa 6:

- Plano Estratégico do IBGE 2017-2020 aprovado.

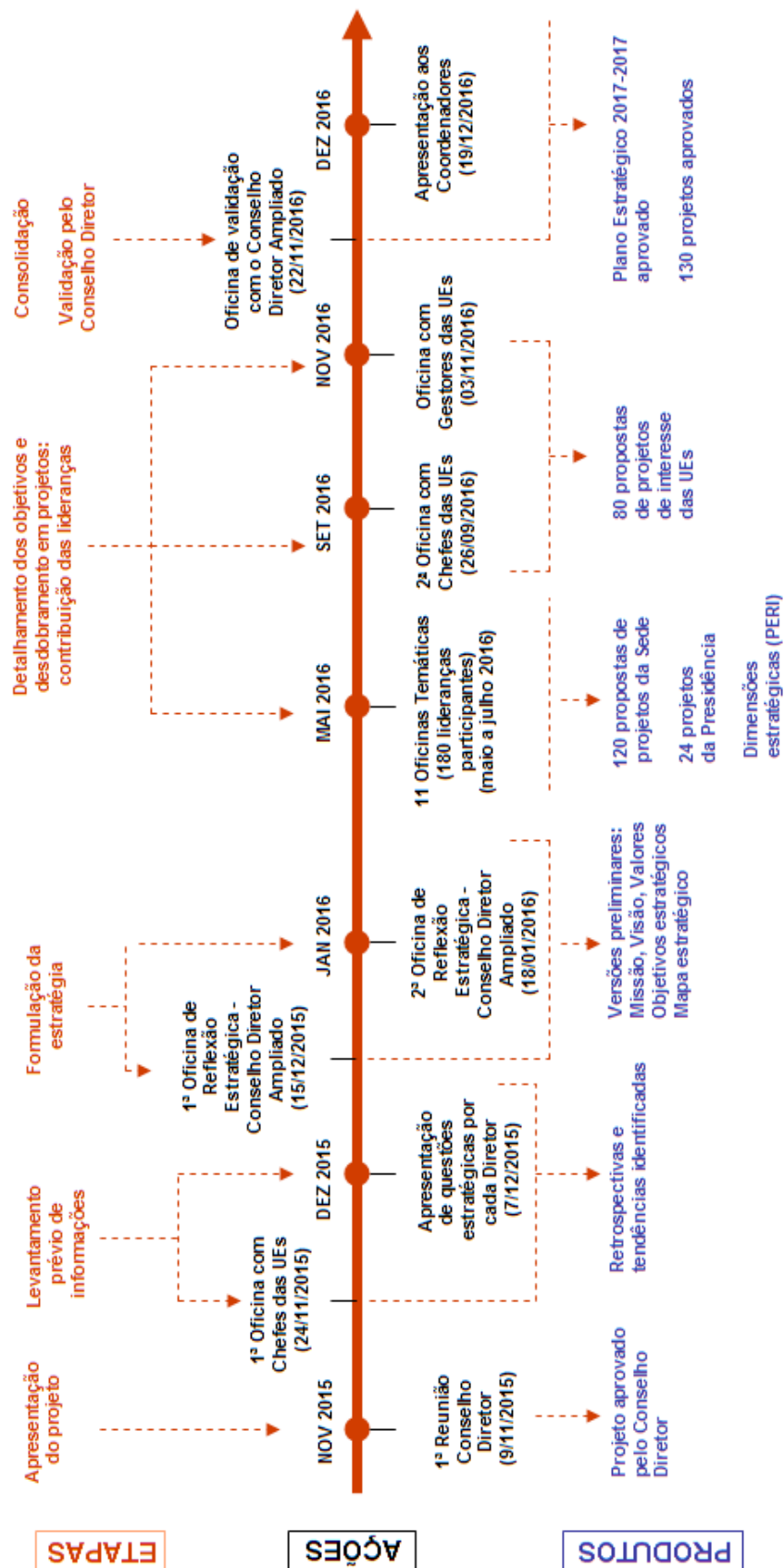
Etapa 7: Comunicação

Em 19/12/2016 foi realizada uma reunião com os Coordenadores para apresentação do Plano como aprovado pelo Conselho Diretor.

Outras instâncias serão planejadas para ampla comunicação do Plano aos servidores.

A Figura 3, a seguir, sintetiza as principais etapas, ações e produtos desta Fase 1.

Figura 3 - Fase 1: Planejamento estratégico – Formulação e Desdobramento da Estratégia (PLAN)





2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

O ano de 2016 foi caracterizado como o da formulação estratégica (Fase 1). O ano de 2017 estará concentrado como o ano de início da implementação das ações planejadas e da condução das demais Fases (2 a 4).

Em 2017 será realizada uma oficina para a proposição de indicadores e metas para cada Objetivo Estratégico. Pretende-se compor um Painel de Indicadores, ou seja, um conjunto de indicadores que traduzem de forma numérica os objetivos estratégicos. Para cada objetivo do Mapa Estratégico indicadores e metas serão propostos, e responsáveis por cada indicador serão designados. As metas estratégicas referem-se ao nível desejado de cada indicador para o horizonte de tempo do planejamento.

Tão importante quanto formular estratégias é criar uma estrutura para acompanhar e monitorar o progresso dos indicadores e a implementação efetiva das estratégias. Assim, para que o IBGE caminhe na direção de sua visão de futuro, é fundamental que promova a cultura da gestão estratégica e planeje as rotinas e as instâncias de avaliação dos progressos, por meio de sistemas de medição e acompanhamento da efetividade das ações e projetos estratégicos.

Ao final de 2016, ainda estava em fase de seleção o sistema de planejamento e gestão que irá auxiliar os processos de apuração e atualização das informações sobre os projetos para acompanhamento da estratégia e seus resultados. A partir daí, serão planejadas as rotinas e as instâncias de avaliação dos progressos. A apuração dos indicadores requer procedimentos específicos a serem desenvolvidos de modo a gerar relatórios periódicos, bem como uma visão consolidada dos indicadores e do conjunto de projetos.

Pretende-se adoção de um sistema declaratório, sendo de responsabilidade dos gestores de projeto a inclusão dos registros e a atualização mensal de informações dos projetos por parte do gestor. Caberá à DE/CPS o monitoramento das ações estratégicas e seus resultados, e a visibilidade e o relato do andamento de projetos estratégicos para acompanhamento pelo Conselho Diretor.

Boas práticas revelam que o Plano Estratégico deve ser acompanhado em Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), ocasião em que a evolução dos indicadores e o acompanhamento do desempenho dos projetos estratégicos são monitorados. As RAEs são a essência do ciclo de aprendizado estratégico e promovem a cultura da gestão estratégica por meio da análise sistemática de dados e fatos, como etapas cumpridas, custos incorridos, sinalização de problemas e riscos e indicação de ações corretivas e ajustes. A apuração dos indicadores requer procedimentos específicos que

devem ser desenvolvidos especificamente para este fim, de modo a gerar relatórios periódicos de cada indicador, bem como uma visão consolidada dos indicadores e do conjunto de projetos.

Por melhor que seja o Plano elaborado, há sempre mudanças de percurso no decorrer de sua implementação. A pretensão é a de que, anualmente, o Plano seja avaliado, assim como as necessidades de mudança sejam analisadas e os ajustes necessários efetuados. Periodicamente, a proposição é avaliar, também, os impactos e os benefícios da estratégia.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei

Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

2.3.1.1 Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Quadro 4 - Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		2230			Tipo: Atividade	
Título		Gestão da Documentação Disseminação de Informações				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160				
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.435.301,00	5.947.000,00	5.775.449,32	4.151.080,07	4.151.080,07	0,00	1.624.369,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Usuário atendido		Unidade	52.000.000		60.000.000	71.437.903
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.759.130,50	1.602.253,14	99.752,34	Usuário atendido		Unidade	-

Fonte: SIOP, jan/2017.



No que tange à meta física, os acessos de usuários de informações estatísticas e geocientíficas no IBGE, acumulados no ano de 2016, alcançaram o número aproximado de 71,4 milhões, superando em 19% a estimativa, reprogramada em 1 julho de 2016, de 60 milhões de acessos de usuários (acompanhando a taxa de crescimento dos dois anos anteriores). O resultado é justificado, em especial, pela atualização permanente do portal do Instituto.

Em 2016, vale lembrar que com o lançamento, no primeiro semestre, do serviço “Nomes no Brasil” (<http://censo2010.ibge.gov.br/nomes>), no Portal do IBGE na internet, houve um crescimento acima das expectativas, no que diz respeito ao número de acessos de usuários a informações estatísticas e geocientíficas no IBGE.

Além da superação da meta física, o IBGE teve como principais realizações no âmbito da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações, para o ano de 2016:

- Realização da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações (INFOPLAN);
- Exposição 80 anos do IBGE, 80 anos de Brasil;
- Evento dos Pioneiros do IBGE em comemoração aos 80 anos;
- Ações de 80 anos do IBGE nas mídias sociais;
- Lançamento de produtos relacionados com a Grade Estatística;
- Aplicação interativa;
- Atlas Digital Brasil 1 por 1;
- Aplicação População&Ambiente;
- Lançamento da 7ª edição do Atlas Geográfico Escolar;
- Lançamento do Anuário Estatístico Brasileiro 2015;
- Lançamento do Brasil em Números, volume 24, 2016. (Publicação bilíngue, ilustrada com obras de arte do Museu Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte);
- Divulgação do Nomes no Brasil, através de *app* e *website*;
- Ações realizadas para os Jogos Rio 2016: (*site* Países Olímpicos e Infográfico Um Passaporte para conhecer o Brasil, em meio impresso e digital);
- Divulgação do O Seu Município em Números 2016 (em parceria com o TSE);
- Reformulação completa do site Cidades@ (compatível com dispositivos móveis);
- Publicação de vídeos da série IBGE Explica: vídeos comemorativos pelos 80 anos do IBGE;
- Divulgação do *site* da Revista Brasileira de Geografia (RGB);
- Divulgação do *site* Respondendo (dúvidas sobre as pesquisas do IBGE aos entrevistados);

- Treinamento de usuários no uso de ferramentas digitais do IBGE de informações estatísticas e geocientíficas;
- Realização do Seminário de Metodologia do IBGE.

2.3.1.2 Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Quadro 5 – Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20U5 Tipo: Atividade				
Título		Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1010				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício de 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.460.833,00	1.464.000,00	1.328.221,12	1.043.924,66	1.043.924,66	0,00	284.296,46
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Aluno matriculado			Unidade	416	420	323
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
229.985,75	194.714,57	35.082,57	Aluno matriculado		Unidade	-

Fonte: SIOP, jan/2017.

Em 2016, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$1.464.000,00, concentrada na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$1.043.924,66, representando 71,3% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em restos a pagar não processados, o valor de R\$284.296,46, o que totaliza a execução da Ação em R\$1.328.221,12, elevando o percentual de execução a 90,73%. No caso



dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o valor em primeiro de janeiro somou o montante de R\$229.985,75, enquanto o valor liquidado representou R\$194.714,57 e o cancelado totalizou R\$35.082,57.

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo destas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação, do mestrado e doutorado da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos, em projetos de pesquisa, bem como proporcionando também a dedicação exclusiva dos alunos de pós-graduação ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, facilitando que a conclusão das dissertações e teses ocorra nos prazos recomendados pela CAPES/MEC.

Os gastos referentes às bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes da graduação e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.

A contratação de professores colaboradores para a graduação, especialização e mestrado foi importante para a atualização e manutenção dos Cursos de Bacharelado em Estatística, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, e Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento. Juntamente com o pagamento de bolsas de estudos no país, tais dispêndios são de suma importância para o andamento do curso e conclusão das dissertações com alta qualidade.

Embora represente uma pequena parcela do orçamento, o pagamento de passagens e diárias também é essencial para as atividades da pós-graduação e da graduação, possibilitando a participação em eventos científicos e divulgação das produções de docentes e discentes da ENCE.

As demais despesas referem-se a gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE, tais como: inspetoria de alunos, manutenção do sistema acadêmico, atividades da secretaria e da biblioteca, bem como outras atividades necessárias para a adequada gestão da Escola.

Meta Física realizada e Principais Resultados alcançados em 2016 na Graduação

No que diz respeito ao Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística, o curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas contou, em 2016, com 32 professores em seu quadro permanente e 14 professores colaboradores, oito no primeiro semestre e seis no segundo. No conjunto, foram oferecidas 46 turmas com

95 disciplinas (ao longo do ano). O curso teve 199 alunos matriculados no primeiro semestre e 243 alunos no segundo, em dois turnos, manhã e noite. Ressalta-se que, no segundo semestre do ano, foi implantada a nova matriz curricular do Curso de Graduação da ENCE.

Para o ano letivo de 2016, foram oferecidas 120 vagas, sendo 60 vagas para o turno noturno (primeiro semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (segundo semestre). O número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente (PSD 2016) chegou a 612 no primeiro semestre, e 928 no segundo; sendo a relação candidato/vaga de 10.2 e 15.5, respectivamente.

Graduaram-se quinze alunos no primeiro semestre de 2016 e treze estão em vias de receber o diploma no segundo semestre letivo.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu bolsas de monitoria, mediante processo seletivo próprio, sendo 10 bolsas no primeiro semestre e 10 no segundo, no valor de R\$600,00, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático.

O Projeto Ação Afirmativa – Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno com carência financeira e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, contou este ano com 12 bolsas-auxílio no primeiro semestre e 12 no segundo semestre, todas mantidas pelo IBGE, no valor de R\$400,00 cada. Foram realizados dois processos seletivos para o Projeto Ação Afirmativa.

Trinta e oito alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2016. A remuneração média observada para estágios de 6h/dia foi de R\$990,00, além dos benefícios. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE com as empresas contratantes.

A Coordenação de Graduação tem centrado esforços na divulgação da carreira de Estatística e da ENCE. Ao longo de 2016, a Coordenação enviou material impresso sobre o Curso de Graduação para escolas de ensino médio no Rio de Janeiro. Ao longo do primeiro semestre de 2016, foram proferidas palestras sobre a carreira/mercado de trabalho, em feiras de profissões, em escolas de ensino médio no Rio de Janeiro, nas quais foram distribuídos materiais informativos sobre o Curso de Graduação da Escola.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). No ano de 2016, o Programa contou com oito bolsas do CNPq no primeiro semestre e, como contrapartida, com duas bolsas do IBGE no primeiro semestre, e 10 no segundo semestre.



Como parte das atividades ligadas ao PIBIC, em novembro, a ENCE realizou sua IX Jornada de Iniciação Científica. A conferência de abertura do evento foi sobre: *Aplicação de Métodos de Pesquisa Operacional em Problemas do IBGE*. Em seguida, foram apresentados os 10 trabalhos desenvolvidos ao longo do período de agosto de 2015 a julho de 2016.

É relevante destacar também a participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais e internacionais ao longo de 2016, tais como: o Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, o Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional, o Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, o Seminário de Metodologia do IBGE, a 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN), o *Joint Statistical Meeting*, da *American Statistical Association*, que ocorreu em Chicago, nos EUA, e o evento *Cologne-Twente Workshop on Graphs and Combinatorial Optimization*, na Itália.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões (Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE); Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação-CEPGrad), produções bibliográficas, na orientação de monografias e dissertações, e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE.

Adicionalmente, foram realizadas as seguintes atividades:

- Cursos de Verão nos meses de janeiro e fevereiro de 2016. Nesses dois meses foram oferecidos os cursos de “Banco de Dados e Linguagem SQL” para 40 alunos, no período de 25 a 29/01/16, totalizando 17h/aula, “*Big Data: Conceitos e Técnicas*” com 40 vagas, de 01 a 04/02/16, totalizando 12h/aula, e “Gestão de Risco Atuarial” para 40 alunos, no período de 11-14/01/16 e 18-21/01/16, totalizando 17h/aula.
- Comemoração do Dia do Estatístico – o evento aconteceu no dia 1º de junho, organizado pela Coordenação de Graduação e sediado na própria Escola. O evento foi realizado com apresentações de ex-alunos da ENCE sobre experiências da profissão e também a mesa redonda com o título “Mitos e verdades sobre o p-valor”, composta por professores da ENCE, da Universidade Federal Fluminense e da Fiocruz.
- Convênio com o CEFET/RJ: estabelecido pelo prazo de cinco anos, a partir de julho de 2014, visando o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos, atividades de pesquisa em temas de interesse comum, cessão mútua de recursos laboratoriais, formação de pessoal (mestrado e doutorado) e intercâmbio de professores.

- Convênio com a Fundação Lemann: estabelecido com o propósito de se obter o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos e atividades de formação de pessoal em temas de interesse comum. No mês de junho, foi ministrado o curso de 23 h/aula sobre “métodos para pesquisas quantitativas e elaboração de questionários” na sede da fundação em São Paulo.

Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

O IBGE, por meio da ENCE, executa ações relativas a Programas de Pós-Graduação *Stricto* e *Lato Sensu*. A ENCE oferece desde 1998 um curso de mestrado e, a partir de março de 2015, um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa de pós-graduação teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para População, Território e Estatísticas Públicas. Tal modificação atendeu de forma mais significativa à interdisciplinaridade do programa e se vinculou, sobretudo, à reformulação realizada quando da proposição do curso de doutorado à Capes. Inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e especificamente na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes, o programa alcançou nota quatro na última avaliação cujos resultados foram divulgados em 2012. Atualmente, conta com 320 dissertações de mestrado defendidas. Desde 1997, a Escola oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, curso *Lato Sensu*, com 186 monografias concluídas.

O curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País. A partir de 2014, com a reformulação do programa e inclusão do nível de doutorado, as linhas de pesquisa foram organizadas em duas: População, Território e Condições de Vida e Produção de Estatísticas Públicas. A primeira tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda linha tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.



Durante o ano de 2016, ingressaram na pós-graduação *stricto sensu* 23 alunos, sendo 16 em nível de mestrado e sete de doutorado. Durante o mesmo ano, ainda estavam com matrículas regulares 17 alunos em nível de mestrado e cinco alunos em nível de doutorado, ingressantes em 2015; e 12 alunos, em nível de mestrado, ingressantes em 2014. Desse modo, ao todo 57 alunos estavam regularmente matriculados no programa ao longo do ano de 2016.

O programa de pós-graduação *stricto sensu* da ENCE busca sempre oferecer bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-la. Em 2016, foram 13 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES no mestrado e quatro no doutorado. Dos sete discentes do curso de doutorado que ingressaram em 2016, apenas dois não solicitaram bolsa. Nesse sentido, tivemos dois alunos de doutorado com bolsas financiadas pelo IBGE e, ainda, 13 alunos bolsistas de mestrado que contaram com os recursos do Instituto. Importante mencionar que também há entre os discentes servidores do IBGE, com afastamento integral de suas atividades laborais em tempo integral. A dedicação exclusiva dos alunos é fundamental para um programa de pós-graduação *stricto sensu*, pois é um facilitador para que a conclusão das dissertações e teses ocorra nos prazos recomendados pela CAPES.

Em 2016, ocorreu um total de 13 defesas de dissertações e o primeiro Exame de Qualificação do curso de doutorado. As versões finais das dissertações já entregues pelos discentes encontram-se disponíveis na biblioteca da ENCE e no Portal da Instituição para leitura do texto completo. Também foi submetida uma versão em formato digital à Plataforma Sucupira, portal da Capes para a coleta dos dados do programa.

A seleção dos ingressantes é feita anualmente a partir da publicação do edital de chamada. Para as turmas de mestrado e doutorado que terão início em março de 2017, cujo processo seletivo ocorreu em 2016, foram oferecidas até 24 vagas para o mestrado e até oito vagas para o curso de doutorado. Neste processo seletivo, houve 67 candidatos inscritos para o mestrado, sendo 14 de fora do estado do Rio de Janeiro e 14 de fora do município do Rio de Janeiro, mas ainda residentes em território fluminense. Para a seleção do doutorado, inscreveram-se 40 candidatos, sendo 11 residentes fora do estado do Rio de Janeiro e seis residentes fora da capital, mas ainda dentro dos limites do estado. Após a finalização do processo seletivo, foram aprovados 20 candidatos para o mestrado e oito para o doutorado. A data de início das aulas é março de 2017.

Em 2016, o Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD) na ENCE contou com uma bolsista selecionada que iniciou suas atividades em fevereiro e atuou sob a supervisão de uma docente do Programa.

Com relação ao corpo docente do programa, em 2016 contamos com 17 professores permanentes e quatro colaboradores no mestrado. Deste corpo docente, 11 professores foram credenciados como permanentes no curso de doutorado. Os professores estiveram envolvidos em 27 projetos de pesquisa, vários contemplados em editais por agências de fomento; tiveram um número de orientações que variou de um a no máximo cinco alunos por professor; houve maior participação dos docentes ministrando aula na graduação; a maioria dos professores do corpo docente permanente teve publicações em pelo menos um periódico classificado pelo Qualis da CAPES (conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação); vários professores participaram de congressos e seminários, com pelo menos um trabalho apresentado em cada evento financiados pelo programa e várias outras participações em seminários, conferências internacionais e congressos foram realizadas com financiamento externo com recursos da Capes, CNPq, Faperj ou do próprio organizador do evento. Ressalta-se também que, visando o acompanhamento da atuação dos docentes junto à CAPES, tem-se incentivado a atualização de forma mais constante dos Currículo Lattes dos professores.

Tais atividades são importantes para a evolução do programa e conquista de maiores notas no âmbito da avaliação da CAPES, com aumento da produção intelectual dos docentes e de projetos financiados pelos diversos órgãos de fomento.

Ademais, os professores também participaram ativamente de atividades de caráter de inserção social e científica, tais como: planejamento e organização do 22º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística (SINAPE), organização do 5º Seminário de Metodologia do IBGE; organização do VII *Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población* e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais; editoria da Revista Brasileira de Estatística (RBEs); editoria da Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP); Membros do Comitê Editorial da Revista Latino-Americana de Estudos de População da Associação Latino-Americana de População (ALAP); Comitê Editorial da Revista de Cartografia Brasileira (RCB); participação em associações científicas (ALAP, ABEP, ISI, IASI, ABER, ASA, SBC, dentre outras).

Adicionalmente, cabe destacar a continuidade dos processos administrativos em andamento, como a contínua disponibilização de informações na página da pós-graduação no Portal ENCE a informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares para o mestrado e doutorado, com a implementação das funcionalidades do Portal do Aluno para os discentes de doutorado.



Com relação às atividades e projetos futuros, a principal atividade da pós-graduação é o fortalecimento do doutorado e melhoria das notas de avaliação junto a CAPES. Adicionalmente, continua-se com os avanços, principalmente em questões administrativas. Dentre essas, devem ser destacadas: a finalização da implementação do sistema acadêmico informatizado; a revisão do conteúdo do Portal internet e intranet; implementação de regulamento do programa de Pós-Doutorado; regulamentação do estágio docente; aperfeiçoamento do processo de avaliação das disciplinas feito pelos alunos; realização de um censo de alunos egressos; definição de uma comissão de publicações para retomar as publicações dos Textos para Discussão e outras publicações pertinentes.

A outra atividade de ensino da Pós-Graduação é o curso de Especialização, cujas aulas são ministradas de terça a sexta-feira, na parte da manhã, e alguns sábados (com trabalhos de campo). O curso tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da formação e da qualificação profissional daqueles que pretendem atuar, ou já atuam, como planejadores, nas esferas pública e privada, formulando e implementando estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial. Essa especialização é desenvolvida enfatizando questões pertinentes à formação de gestores ambientais, que serão trabalhadas considerando uma cliente.

Com relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, durante o ano de 2016 foi criada uma comissão para elaborar uma proposta de reformulação do curso, com vistas a atender às demandas acadêmicas e ao disposto no Planejamento Estratégico do IBGE. As atividades realizadas pela comissão estão em fase final para posterior publicação.

Em 2016, houve 26 alunos regularmente matriculados que ingressaram nesse ano e 18 alunos matriculados da turma de 2015, totalizando 44 alunos regularmente matriculados no curso de Especialização.

2.3.1.3 Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Quadro 6 – Identificação da Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial					
Código		20DA		Tipo: Atividade			
Título		Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos					
Iniciativa		Representa o próprio objetivo					
Objetivo		Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
10.000,00	10.000,00	9.032,34	9.032,34	9.032,34	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Cadastro mantido			Percentual de execução física		100	100	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
529.741,42	465.061,02	62.374,39	Cadastro mantido		Percentual de execução física	-	

Fonte: SIOP, jan/2017.

Em 2016 o recurso orçamentário liberado foi insignificante frente ao pedido e necessário para a Ação. Tal fato obrigou ao IBGE a restringir as atividades da mesma àquelas comportadas pelo limite orçamentário imposto que correspondem a duas diárias e passagens aéreas para treinamento. Em adição, para a manutenção do mínimo possível do Cadastro, o IBGE viu-se obrigado a lançar mão da sua força de trabalho interna, em especial, aquela que poderia ser executada em conjunto com atividades de campo de outras pesquisas.



2.3.1.4 Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Quadro 7 – Identificação da Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20U7			Tipo: Atividade		
Título	Censos Demográfico e Agropecuário					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
262.327.454,00	5.500.000,00	3.208.920,91	2.786.061,08	2.786.061,08	0,00	422.859,83
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Censo divulgado			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	966,39	9.420,98	Censo divulgado		Unidade	-

Fonte: SIOP, jan/2017.

O Censo Agropecuário, devido às restrições orçamentárias e aos cortes sofridos, foi postergado em um ano, ou seja, a coleta foi reprogramada para 2018, com data de referência em 2017. Sendo assim, em 2016, o IBGE limitou as atividades àquelas que pudessem ser comportadas pelo limite orçamentário definido ou que dependiam, exclusivamente, de atividades cotidianas de sua força interna de trabalho. Dentro das atividades realizadas no primeiro semestre destacam-se a atualização da Base Territorial, a realização da Segunda Prova-Piloto do Censo Agropecuário, o desenvolvimento de sistemas para uso na coleta e o desenvolvimento do Projeto Básico e do Projeto Operacional do Censo Agropecuário 2017. Já no segundo semestre, a principal atividade, além do desenvolvimento dos sistemas de TI, foi executada a 3ª Prova Piloto e prosseguiram as atividades de atualização da base territorial.

2.3.1.5 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos

Quadro 8 – Identificação da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20U6			Tipo: Atividade	
Título		Pesquisas e Estudos Estatísticos				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160				
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.788.215,00	44.589.917,00	39.858.362,97	37.054.139,26	37.033.763,03	20.376,23	2.804.223,71
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Resultado divulgado			Unidade	153	153	153
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.511.339,55	1.908.868,26	575.295,47	Resultado divulgado		Unidade	-

Fonte: SIOP, jan/2017

Em 2016, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$44.589.917,00, concentrada na fonte 0100 (Recurso do Tesouro). Foram liquidados R\$37.054.139,26, representando 83,10% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$2.804.223,71, o que totaliza a execução da Ação em R\$39.858.362,97, elevando o percentual de execução a 89,39%.

Ilustrado o esforço para a obtenção das informações nos mais diversos e distantes pontos do país, verifica-se que as despesas de maior vulto, representando aproximadamente 67,51% referem-se a diárias, combustíveis e lubrificantes automotivos, locomoção urbana, passagens no país, indenização por trabalho de campo, locação e manutenção



de veículos. Destacam-se, também, no exercício de 2016, o gasto de aproximadamente 20,10% do total executado com serviços de informática, essenciais para a execução da Ação.

No exercício de 2016, com os recursos autorizados para a Ação, o IBGE cumpriu integralmente sua programação de pesquisas divulgando todos os resultados previstos. Foram divulgados 140 resultados de pesquisas conjunturais e nove de pesquisas estruturais, a saber:

- 16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate-4, Couro-4, Leite-4, POG-4);
- 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques;
- 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA);
- 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM-PF);
- 3 resultados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor da Indústria Extrativa e de Transformação (IPP);
- 24 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPCA);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15);
- 4 resultados do IPCA-E;
- 12 resultados do SINAPI;
- 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas – Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC);
- Pesquisa Anual de Comércio (PAC);
- Pesquisa Anual de Serviços (PAS);
- Pesquisa da Agricultura Municipal (PAM);
- Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS);
- Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM);
- Pesquisa Industrial Anual (PIA);
- 2 resultados das pesquisas estruturais sócio-demográficas – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais/Municipais (ESTADIC/MUNIC);
- Estatísticas do Registro Civil (REGCI).

Além desses, o IBGE divulga, também, outros resultados que, por derivarem das pesquisas principais, não demandam recursos específicos para a coleta, entre os quais: Contas Nacionais Trimestrais, Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, Sistema de Contas Nacionais Brasil, Conta Intermediária do Governo, Contas Regionais do Brasil, Prognósticos de Safras, Tábuas de Mortalidade, Estimativas de População.

Importante ressaltar também que, em 2016, o IBGE realizou outras divulgações, as quais foram viabilizadas através de parcerias firmadas com outros órgãos. No âmbito do sistema de pesquisas domiciliares cabe destaque à divulgação do terceiro suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2014, intitulado “Mobilidade Sócio-Ocupacional” (Figura 4). Este suplemento, decorrente de um convênio entre o IBGE e o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), se soma aos suplementos “Acesso à internet e à televisão e posse

Figura 4 – Suplemento da PNAD 2014 - Mobilidade Sócio-Ocupacional

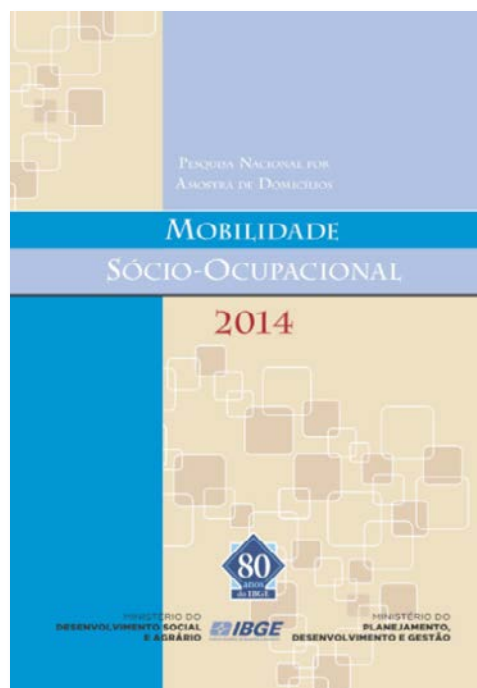
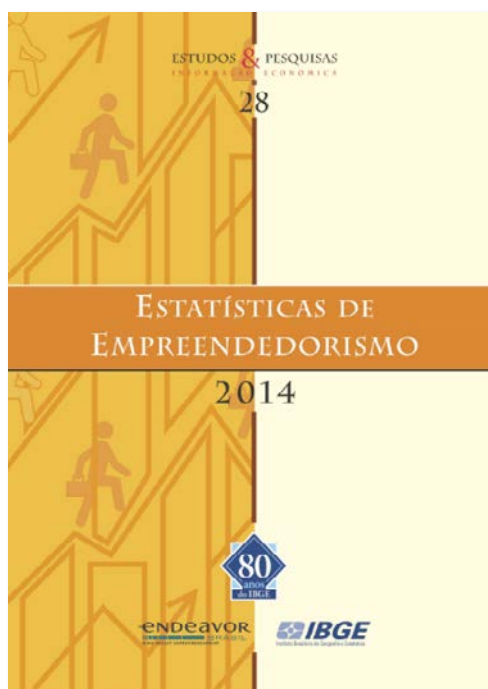


Figura 5 - Estatísticas do Empreendedorismo – 2014



de telefone móvel celular para uso pessoal” e “Acesso à programas de inclusão produtiva e Cadastro único para programas sociais do governo federal”, já divulgados anteriormente.

A publicação Estatísticas do Empreendedorismo – 2014 (Figura 5), realizada com a colaboração técnica do Instituto *Empreender Endeavor Brasil*, apresentou, pela primeira vez, a análise sobre empresas multilocalizadas, ou seja, aquelas empresas que têm pelo menos uma filial localizada em município diferente da sede.

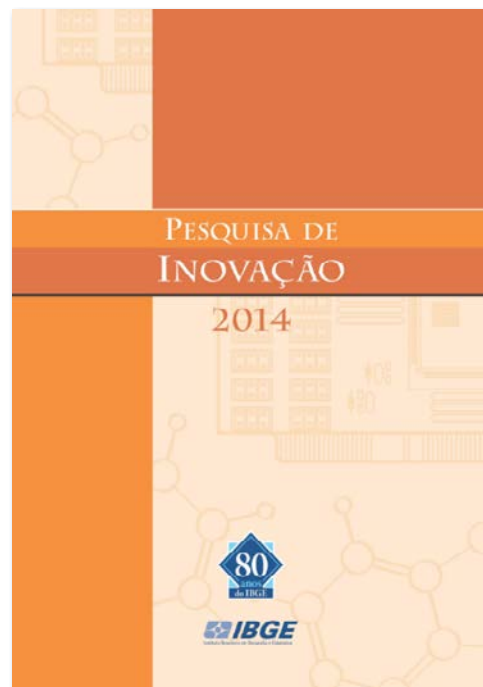


Destaca-se ainda a divulgação da Pesquisa de Inovação – PINTEC (Figura 6), com referência a 2014, cujos resultados do triênio 2012-2014 podem ser comparados com os do triênio 2009-2011, divulgados em 2013.

Em relação às atividades da PNAD Contínua, além da divulgação das informações constantes do corpo básico da pesquisa, foram investigados, também, os seguintes temas suplementares: rendimentos de programas sociais e outras fontes; outras formas de trabalho; trabalho infantil; habitação; migração; fecundidade; TIC.

As atividades previstas para o projeto Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias – SNPA, foram adiadas em função dos limites orçamentários impostos.

Figura 6 - Pesquisa de Inovação – PINTEC - 2014



No âmbito do projeto Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), deu-se continuidade ao processo de incorporação dos estados de Mato Grosso, Acre, Maranhão e Sergipe com a coleta piloto de preços e a atualização dos painéis de produtos e de locais.

Quanto à Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua, atrasos na liberação dos recursos, bem como a priorização da execução das pesquisas correntes do IBGE, para as quais parte dos recursos do projeto foi remanejada, impediram o cumprimento da meta prevista para o ano em sua totalidade.

A partir de setembro, com a liberação de parte dos recursos, foi possível dar início à preparação da pesquisa. Os recursos financeiros e de pessoal permitiram a iniciação do desenvolvimento do sistema de entrada de dados, etapa fundamental para o sucesso da pesquisa, uma vez que é um sistema bastante complexo e com muitos controles. Também ao final de 2016, no mês de dezembro, foi possível a realização, no Rio de Janeiro, de um encontro gerencial, envolvendo os coordenadores da pesquisa, agora programada para o intervalo de 2017-2018 (fase de coleta dos dados em campo).

O ano de 2017, com o transcorrer da POF Completa, será um ano de reavaliação do sistema de POFs que inclui replanejar a pesquisa anual.

2.3.1.6 Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Quadro 9 – Identificação da Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20U8			Tipo: Atividade		
Título	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038					

Fonte: SIOP, jan/2017.

Em 2016, a Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos, de responsabilidade da Diretoria de Geociências, contou com dotação orçamentária no valor de R\$7.361.457,00. Foram liquidados e pagos R\$4.933.978,16, que correspondem a 67,00% da dotação final. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não processados R\$1.706.450,15, que se somados ao valor liquidado e pago projetam uma execução da Ação em R\$6.640.428,31, ou seja, 90,20% do orçamento.

O cumprimento da meta física de 2016 foi alcançado, apesar do percentual de execução orçamentária, pois parte dos produtos referentes à meta foram gerados a partir de insumos adquiridos em atividades de campo de períodos anteriores.



Os recursos liberados possibilitaram, desta forma, um resultado de 35.417 informações disponibilizadas ao público, cerca de 3,6% acima da previsão inicial, de 34.174 informações.

Quanto aos restos a pagar inscritos e não processados, os valores mais representativos se referem a processos de licitação para aquisição de equipamentos de geoprocessamento e atualização de licenças de *software*.

A aquisição dos equipamentos e atualização dos *softwares* tem o objetivo de atender à necessidade de modernizar o processo de produção de informações geoespaciais nas atividades de levantamento, tratamento e processamento dos insumos, buscando reduzir os custos e os prazos de produção.

Os gastos com diárias, passagens, combustíveis e lubrificantes automotivos se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para realizar as atividades, em campo, de manutenção e implantação das estações geodésicas, levantamento de dados geoespaciais para a elaboração das bases cartográficas, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente, cobrindo amplas e diversas áreas do país. Além das atividades de campo, que representam a maior parcela da despesa com diárias e passagens, há também gastos com a participação em eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos.

Os aparelhos e equipamentos de medição, comunicação e orientação são essenciais ao processo de produção de informações geoespaciais nas atividades de levantamento, tratamento e processamento dos insumos.

Quanto às despesas de informática, estas se referem principalmente à locação de equipamentos de processamento de dados, em especial periféricos, que têm por finalidade dar suporte à condução das atividades, possibilitando a ampliação do uso da geotecnologia aplicada à coleta, tratamento e disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção da informação geoespacial e reduzindo os custos e os prazos de produção.

Os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio tem sido realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), com base na Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistemas e informática.

2.3.1.7 Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Quadro 10 - Identificação da Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		15DN Tipo: Projeto				
Título		Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos. Código: 0602				
Programa		Gestão de Riscos e de Desastres Código: 2040 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
450.000,00	450.000,00	170.946,66	164.625,33	164.625,33	0,00	6.321,33
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Informação disponibilizada			Unidade	600	600	865
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIOP, jan/2017.

Em 2016, a ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$450.000,00. Foram liquidados e pagos R\$164.625,33, que correspondem a 36,58% da dotação final.

A meta física de 2016 foi alcançada e superada em 44%, apesar do percentual de execução orçamentária, em decorrência de algumas razões, explicitadas a seguir.

No decorrer de 2016 foram necessárias alterações no planejamento inicial, devido ao uso de novos produtos ou por problemas encontrados nos produtos oferecidos inicialmente, de forma que foi possível o atingimento de resultado substancialmente acima da meta prevista.



As despesas com diárias e com combustíveis e lubrificantes automotivos, as mais representativas da ação, estão estritamente relacionadas ao deslocamento dos técnicos do IBGE para realizar as atividades de campo.

A Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres surgiu da necessidade de se levantar e validar as informações cartográficas de municípios com maior suscetibilidade a desastres naturais.

O Plano Gestão de Riscos e Respostas a Desastres possui foco nos eventos enchente, enxurrada e deslizamentos, reconhecidos como causadores de grandes impactos em diversos estados brasileiros. A partir da identificação das localidades críticas, foi formada lista prioritária com 835 municípios, para os quais estão sendo realizados mapeamentos temáticos geotécnicos para a identificação das áreas de risco a desastres. Dentre esses, há 286 municípios selecionados, pelo maior nível crítico, para ações adicionais de estruturação da defesa civil, de monitoramento e alerta, e de resposta após a ocorrência da catástrofe.

A participação do IBGE no Plano é uma demanda das instituições que o integram (MME, MI, MCidades e MCT) para obtenção de bases cartográficas confiáveis e a respectiva validação quanto à qualidade geométrica dos dados. Na disponibilização de informações cartográficas está a maior contribuição do IBGE para o Plano. A partir dessas informações serão produzidos mapas de suscetibilidade a desastres, de risco à população e de aptidão à urbanização, além de orientação à construção de obras preventivas, muitas das quais integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento.

Desta forma, o envolvimento do IBGE é fundamental para a confiabilidade das informações que serão retratadas nos mapeamentos temáticos do Plano em questão. A atuação do IBGE na disponibilização de informações cartográficas relativas aos municípios críticos a desastres, se somará às ações públicas de prevenção a desastres naturais e proteção da população.

No estado do Espírito Santo surgiu a possibilidade de utilização de um produto mais novo e de maior precisão, produzido pelo estado. Assim, foi decidido que seria mais produtiva a avaliação do estado como um só produto, com nova redistribuição de pontos, ao invés da avaliação de municípios isolados. No estado de Minas Gerais, o Instituto de Geoinformação e Tecnologia (IGTEC), órgão que gerou os produtos, não concluiu o trabalho (o órgão foi extinto) sendo preciso que o IBGE realizasse a medição dos pontos necessários para produzir as ortoimagens e modelos de terreno

do município de Vespasiano. Em Santa Catarina, apesar de não estar no planejamento inicial, antecipou-se a avaliação de municípios que eram do interesse da CPRM e que estão na lista de municípios para avaliar até 2019. Em Pernambuco, por solicitação do estado, foi possível antecipar a avaliação de municípios que estão na lista de 2016-2019 da CPRM, otimizando-se os recursos de 2016.

2.3.1.8 Ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais

Quadro 11 – Identificação da Ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	15DM			Tipo: Projeto		
Título	Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Código: 1160					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.270.941,00	2.270.941,00	1.730.770,37	1.670.039,78	1.670.039,78	0,00	60.730,59
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Sistema implantado			Percentual de execução física	22	22	20
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIOP, jan/2017.



Em 2016, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$2.270.941,00, concentrada na fonte 0100 (Recurso do Tesouro). Foram liquidados R\$1.670.039,78, representando 73,54% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$60.730,59, o que totaliza a execução da Ação de R\$1.730.770,37, elevando o percentual de execução a 76,21%.

Os maiores gastos no âmbito desta Ação foram relacionados a exposições, congressos e conferências e a festividades e homenagens representando 74,16% e 8,44%, respectivamente, totalizando 82,60%. Tais despesas foram direcionadas para a realização da 3ª Conferência nacional de produtores e usuários de informações estatísticas, geográficas e ambientais (INFOPLAN).

Em relação ao andamento da ação, tanto o planejamento para a construção do Sistema Nacional de Informações Oficiais, quanto a organização das demandas do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais foram prejudicadas devido ao limite de empenho concedido. Entretanto, com a recomposição desse limite, foi possível alcançar o principal resultado da ação, mesmo que fora do período planejado.

No âmbito da ação Integração do Sistema de Informações Estatísticas e Geocientíficas Oficiais, o principal resultado alcançado no exercício foi a realização da 3ª Conferência nacional de produtores e usuários de informações estatísticas, geográficas e ambientais. O evento, inicialmente programado para o mês de junho, reuniu representantes de quase 200 organizações públicas e privadas, 350 especialistas brasileiros e estrangeiros e cerca de dois mil participantes. Foram discutidos, em nove sessões plenárias, 30 palestras e 111 mesas redondas, os principais temas que envolvem a produção e a utilização de informações estatísticas, geocientíficas e ambientais, tendo como fio condutor o lema “Coordenação para o Planejamento”. Entre os assuntos em destaque estavam desenvolvimento sustentável, (2) *Big Data*, (3) justiça e segurança pública, (4) saúde e educação, (5) mudanças climáticas, (6) estatísticas do trabalho, (7) redes sociais para captação de informação, (8) recursos naturais, (9) ecossistemas, cobertura e uso da terra, (10) compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos, (11) grupos populacionais específicos, (12) estatísticas de turismo, (13) estatísticas de desastres e (14) eventos extremos e cultura. Além das plenárias, palestras e mesas redondas, a INFOPLAN sediou um evento paralelo sobre Estatísticas Relacionadas às Mudanças Climáticas, do qual participaram os principais especialistas sobre mudanças climáticas do país. Ainda no âmbito da 3ª Conferência, vale ressaltar a realização

das reuniões preparatórias que ocorreram nas dependências da sede do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em Brasília. Nesse encontro prévio, foram iniciadas as discussões com áreas-chaves da produção estatística, geocientífica e ambiental no âmbito do poder público, tendo em vista estruturar a agenda de trabalho da 3ª Conferência e estabelecer arranjos institucionais e parcerias para o compartilhamento de dados num Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) e para produção coordenada de informações sobre temas como segurança pública, meio ambiente e registro único de pessoas, entre outros. Dentre os participantes, estavam representantes do próprio MP, da Casa Civil, do Tribunal de Contas da União, dos Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e da Justiça e Cidadania, do Tribunal Superior Eleitoral e do Exército.

No que tange às atividades da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), cabe ressaltar que o cenário político-econômico interferiu negativamente no processo de adesão à INDE, já que várias instituições de esferas distintas foram atingidas, sendo que algumas ainda estão em negociação para adesão. As mudanças estruturais na CONCAR interferiram no andamento das adesões à INDE e nas respectivas capacitações, impactando o cumprimento da meta programada para o exercício. A expectativa de recuperação da diferença da meta no segundo semestre não ocorreu com pleno êxito. Estão sendo tomadas providências para que tal cenário negativo seja mitigado ao longo de 2017. Entretanto, cabe ressaltar a adesão de quatro instituições produtoras de informações geoespaciais, são elas: Universidade Federal do ABC; Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e Prefeitura de Embu das Artes.

No que diz respeito às atividades de Integração do Sistema Nacional de Informações Oficiais, destaca-se que essas não ocorreram em função da necessidade de se aguardar a realização da INFOPLAN. O evento estava inicialmente programado para junho, mas foi adiado por problemas de limite de empenho, ocorrendo apenas no mês de dezembro. Com isso, as atividades planejadas para integração do Sistema Nacional de Informações Oficiais ficaram prejudicadas, uma vez que será necessário aguardar a consolidação dos resultados do encontro que irão orientar e favorecer o estabelecimento de arranjos institucionais e parcerias para o compartilhamento de dados no Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) e para produção coordenada de informações sobre diversos temas. Tais ações viabilizarão a construção de um portal, em plataforma *web* e acesso ágil, completo e integrado aos dados e respectivos metadados do Sistema de Informações Oficiais.



2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Os fatores considerados intervenientes no desempenho orçamentário, caso sejam de relevante menção, estão descritos nos demais tópicos desta seção.

2.3.3 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 12 - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade orçamentária: IBGE		Código UO: 47205				UGO: 114601			
Modalidade de Contratação		Despesa executada		Despesa paga					
		2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)		155.453.768,74	6,671	95.719.331,94	4,527	85.365.676,65	3,793	78.995.954,59	3,779
a) Convite		35.700,00	0,002	0,00	0,000	35.700,00	0,002	0,00	0,000
b) Tomada de Preços		276.249,42	0,012	753.457,18	0,036	23.456,62	0,001	225.198,46	0,011
c) Concorrência		1.637.508,09	0,070	443.594,55	0,021	98.228,63	0,004	119.960,86	0,006
d) Pregão		153.504.311,23	6,587	94.522.280,21	4,471	85.208.291,40	3,786	78.650.795,27	3,762
e) Concurso		0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
f) Consulta		0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
2. Contratações Diretas (h + i)		88.069.396,66	3,779	54.991.092,56	2,601	81.974.689,10	3,643	48.665.522,49	2,328
h) Dispensa		63.002.540,61	2,703	30.989.943,14	1,466	61.141.533,17	2,717	28.630.564,70	1,369
i) Inexigibilidade		25.066.856,05	1,076	24.001.149,42	1,135	20.833.155,93	0,926	20.034.957,79	0,958
3. Regime de Execução Especial		6.098.204,72	0,262	5.811.911,36	0,275	6.098.204,72	0,271	5.811.214,36	0,278
j) Suprimento de Fundos		6.098.204,72	0,262	5.811.911,36	0,275	6.098.204,72	0,271	5.811.214,36	0,278
4. Pagamento de Pessoal (k + l)		1.962.821.949,80	84,226	1.853.630.766,78	87,674	1.959.829.788,26	87,089	1.853.585.851,23	88,661
k) Pagamento em Folha		1.951.933.870,05	83,759	1.843.012.322,55	87,172	1.948.941.708,51	86,605	1.842.967.965,20	88,153
l) Diárias		10.888.079,75	0,467	10.618.444,23	0,502	10.888.079,75	0,484	10.617.886,03	0,508
5. Total das Despesas acima (1 + 2 + 3 + 4)		2.212.443.319,92	94,937	2.010.153.102,64	95,078	2.133.268.358,73	94,796	1.987.058.542,67	95,045
6. Total das Despesas da UPC		2.330.421.005,13	100,000	2.114.225.488,40	100,000	2.250.377.345,90	100,000	2.090.650.360,25	100,000

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e 2016.

Quadro 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: IBGE			Código UO: 47205				UGO: 114601			
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
1. Despesas de Pessoal	1.951.933.870,05	1.843.012.322,55	1.950.587.993,78	1.843.012.322,55	1.345.876,27	0,00	1.948.941.708,51	1.842.967.965,20		
11-Venc. E Vantag. Fixas	704.863.042,82	725.173.387,94	704.863.042,82	725.173.387,94	0,00	0,00	704.403.123,60	725.162.989,31		
01-Aposentadorias e Reformas	796.497.930,11	689.672.627,46	796.478.740,73	689.672.627,46	19.189,38	0,00	796.478.675,73	689.672.627,46		
03-Pensões do RPPS e do Militar	176.592.067,11	172.297.906,70	176.592.067,11	172.297.906,70	0,00	0,00	176.592.067,11	172.297.906,70		
Demais elementos do grupo	273.980.830,01	255.868.400,45	272.654.143,12	255.868.400,45	1.326.686,89	0,00	271.467.842,07	255.834.441,73		
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
21-Juros s/a Dívida p/ Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
22-Outros Encargos s/a Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3. Outras Despesas Correntes	314.195.914,80	268.309.773,91	300.172.520,17	248.445.622,20	14.023.394,63	19.864.151,71	300.087.895,77	247.414.851,95		
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	130.657.579,43	102.360.680,06	122.465.432,40	88.644.944,79	8.192.147,03	13.715.735,27	122.420.496,47	87.815.552,36		
04-Contratação p/ Tempo Determinado	34.375.678,06	30.110.748,89	34.375.678,06	30.110.748,89	0,00	0,00	34.375.678,06	30.110.748,89		
46-Auxílio Alimentação	30.821.459,76	25.966.749,86	30.821.459,76	25.966.749,86	0,00	0,00	30.821.459,76	25.966.749,86		
Demais elementos do grupo	118.341.197,55	109.871.595,10	112.509.949,95	103.723.178,66	5.831.247,60	6.148.416,44	112.470.261,48	103.521.800,84		
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
4. Investimentos	64.291.220,28	2.903.391,94	1.347.741,62	267.543,10	62.943.478,66	2.635.848,84	1.347.741,62	267.543,10		
52-Equip. E Mat. Permanente	57.717.467,46	1.927.273,24	1.200.010,71	138.034,30	56.517.456,75	1.789.238,94	1.200.010,71	138.034,30		
51-Obras e Instalações	542.978,44	551.598,35	43.459,07	70.276,77	499.519,37	481.321,58	43.459,07	70.276,77		
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	6.007.769,91	372.688,32	81.267,37	7.400,00	5.926.502,54	365.288,32	81.267,37	7.400,00		
Demais elementos do grupo	23.004,47	51.832,03	23.004,47	51.832,03	0,00	0,00	23.004,47	51.832,03		
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
71-Principal da Dívida p/ Cont.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	2.330.421.005,13	2.114.225.488,40	2.252.108.255,57	2.091.725.487,85	78.312.749,56	22.500.000,55	2.250.377.345,90	2.090.650.360,25		

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e 2016.



A programação orçamentária do IBGE de 2016, comparada com a de 2015, sofreu oscilações no grupo “Pessoal e Encargos” devido ao aumento salarial concedido pelo governo, promulgado pela Lei nº 13.327/2016, e à entrada de novos servidores, oriundos do Concurso Público realizado em 2016.

Com relação ao grupo “Outras Despesas Correntes”, a elevação nos valores dos elementos 04 (Contratação por Tempo Determinado) e 46 (Auxílio-alimentação), espelham gastos com auxílio-alimentação, escola e transporte, decorrente do aumento no número de contratos temporários – Lei nº 8.745/1993 – para atender ao levantamento de informações do programa de trabalho anual, na rede de coleta do IBGE.

Ressalta-se que, em 2016, o IBGE realizou um Concurso Público para provimento de cargos efetivos e um Processo Seletivo Simplificado (PSS) para cargos temporários. O pagamento feito às empresas contratadas para tal produziu um aumento no gasto, gerando um acréscimo em torno de 27% no elemento 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Foi autorizada pela Lei nº 13.404/2016, a abertura de crédito suplementar em favor do IBGE no valor total de R\$60.768.253,00, sendo R\$10.504.210,00 no grupo Outras Despesas Correntes, para viabilizar o pleno funcionamento da infraestrutura de suporte das atividades finalísticas, e R\$50.563.743,00 no grupo Investimento, para garantir o atendimento de despesas relacionadas à manutenção e a aquisição de equipamentos de TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação.

A abertura de crédito suplementar supracitada ocorreu no final do exercício, em 22 de dezembro de 2016, refletindo os aumentos observados no período no grupo Investimento, inclusive nas inscrições de Restos a Pagar Não Processados.

2.4 Desempenho Operacional

Como mencionado já mencionado, o exercício de 2016 foi um ano atípico em que o corpo técnico e as lideranças estratégicas do IBGE se dedicaram aos processos de reflexão estratégica e formulação do Plano Estratégico 2017-2027. Embora não houvesse um planejamento estratégico vigente, a Instituição não deixou de alcançar os resultados que contribuíram para o cumprimento da missão institucional.

Em 2016, os resultados foram alcançados com base, principalmente, no objetivo, nas metas e iniciativas definidas no Plano Plurianual 2016-2019. Por meio das informações estatísticas e geocientíficas disponibilizadas para sociedade, o IBGE contribuiu diretamente para o alcance do objetivo 1160 “Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos”, vinculado ao programa 2038 “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, composto por duas metas e nove iniciativas, que nortearam a atuação da Instituição na obtenção dos resultados do exercício.

O aprimoramento do conhecimento sobre a realidade brasileira, por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos, advêm das atividades de coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas com diferentes órgãos oficiais federais produtores de informações, bem como da ampliação do uso e do aprimoramento dessas informações.

No âmbito das atividades de coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas, é fundamental ampliar a organização e integração entre os diferentes órgãos oficiais federais produtores de informações. Para isso, merecem destaque algumas ações e resultados alcançados em 2016:

- Organização do encontro sobre os Indicadores Globais de Desenvolvimento Sustentável para Monitoramento da Agenda 2030, com o propósito de mostrar o papel do Brasil e das Organizações das Nações Unidas (ONU) na formulação dos indicadores de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados eixo central da Agenda 2030, da ONU. O encontro reuniu representantes do IBGE, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Ministério das Relações Exteriores, do Sistema da ONU no Brasil, do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável–PNUD (Centro Rio +), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), e do Ministério do Meio Ambiente;



- Divulgação da publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2014”, fruto de parceria entre o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, que apresenta os dados sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados, em 2014. A parceria tem o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados dessas instituições, com o objetivo de fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração da conta intermediária do setor governo. O trabalho foi fruto da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando à sua compatibilização conceitual e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados;
- Reuniões preparatórias para a 3ª Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Meio Ambiente (INFOPLAN). Nesse encontro prévio, foram iniciadas as discussões com áreas-chaves da produção estatística, geocientífica e ambiental no âmbito do poder público, tendo em vista estruturar a agenda de trabalho da 3ª Conferência e estabelecer arranjos institucionais e parcerias para o compartilhamento de dados num Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO) e para produção coordenada de informações sobre temas como segurança pública, meio ambiente e registro único de pessoas, entre outros. Nessas reuniões compareceram representantes do próprio MP, da Casa Civil, do Tribunal de Contas da União (TCU), dos Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e da Justiça e Cidadania, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Exército;
- Realização da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN), que reuniu representantes de quase 200 organizações públicas e privadas, 350 especialistas brasileiros e estrangeiros e cerca de dois mil participantes. Foram discutidos, em nove sessões plenárias, 30 palestras e 111 mesas redondas, os principais temas que envolvem a produção e a utilização de informações estatísticas, geocientíficas e ambientais, tendo como fio condutor o lema “Coordenação para o Planejamento”. Entre os assuntos em destaque estavam desenvolvimento sustentável, *Big Data*, Justiça e segurança pública, saúde e educação, mudanças climáticas, estatísticas do trabalho, redes sociais para captação de informação, recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra, compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos, grupos populacionais específicos, estatísticas de turismo, estatísticas de desastres e eventos extremos e cultura. Além das plenárias, palestras e mesas redonda,

a conferência sediou um evento paralelo sobre Estatísticas Relacionadas às Mudanças Climáticas, do qual participaram os principais especialistas sobre mudanças climáticas do país; e

- Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (FP GEMA), uma associação suprapartidária integrada por deputados e senadores, destinada a estudar, discutir e encaminhar questões de legislação relativas às áreas de geografia, meio agroambiental e estatística, visando ao desenvolvimento institucional das entidades governamentais atuantes na produção, gestão, uso, compartilhamento e disseminação de informações.

No que tange à ampliação do uso e do aprimoramento das informações estatísticas e geocientíficas, foram divulgados cerca de 190 resultados de estudos e pesquisas estatísticas e 181 produtos geocientíficos que, além de atualizar a realidade brasileira, aprimoraram seu conhecimento por meio da divulgação de novos produtos e resultados.

A atualização de dados conjunturais e estruturais, informações e produtos geocientíficos, bem como das publicações é fundamental não só para manter atual o conhecimento sobre a realidade do país, mas também para aprimorá-la. Nesse sentido, destacam-se em 2016:

- Lançamento da 75ª edição do Anuário Estatístico do Brasil, referente ao ano de 2015, apresentando uma visão geral do país, com informações sobre aspectos territoriais, ambientais, demográficos e socioeconômicos, resultantes de levantamentos, estudos e pesquisas realizados pelo IBGE e outras instituições dedicadas ao conhecimento sistemático do Brasil;
- Lançamento da edição 2016 do Brasil em Números/*Brazil in figures*, uma publicação anual escrita em português e inglês que aprofunda o conhecimento sobre importantes aspectos da realidade brasileira como contas nacionais, preços e características demográficas e socioeconômicas da população, entre outras, servindo de instrumento de consulta e de base para análises e planejamentos em diversas esferas do governo e da sociedade;
- Relançamento da Revista Brasileira de Geografia (RBG), importante publicação científica editada entre 1939 e 2006, palco de inúmeros debates teóricos e metodológicos centrais da geografia e ciências afins. Agora em meio eletrônico, a RBG retoma suas atividades em seu 61º volume, com um número que traz textos de diversos pesquisadores renomados;
- Atualização das altitudes de sete pontos culminantes brasileiros, a partir da aplicação da versão 2015 do modelo de ondulação geoidal do Brasil;



- Atualização semestral da listagem dos municípios que compõem as regiões metropolitanas (RMs), regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e Aglomerações Urbanas definidas pelos estados e pela União;
- Atualização da Divisão Político-Administrativa (DPA) brasileira, com alterações em seis estados, tendo sido registrados aumentos nas áreas de Rondônia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e reduções no Espírito Santo e Mato Grosso, bem como a divulgação das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros. Em relação aos municípios, houve variação (positiva ou negativa) de área a partir de 1% do território em 63 dos 5.570 municípios, sendo em 27 pra mais e 36 para menos. Para a superfície total do país, foi mantido o valor de 8.515.767,049 km². A atualização periódica é essencial, pois o território é referência para as estimativas da população residente nos 5.570 municípios, produzidas anualmente pelo IBGE, e que são um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União no cálculo do Fundo de Participação de Estados e Municípios, além de serem fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos;
- Atualização das informações dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). São 63 indicadores organizados em quatro dimensões (ambiental, social, econômica e institucional), segundo o marco ordenador do Livro Azul proposto em 2001 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas. No seu conjunto, o IDS é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. A presença do IDS na plataforma SIDRA consolida o papel dos indicadores desta publicação na avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e fornece a pesquisadores e gestores públicos uma forma de acesso atualizada, rápida e democrática aos dados que permitem esta avaliação;
- Disponibilização da versão 2016 do Mapa Político do Brasil, na escala 1:5.000.000. Trata-se de uma representação cartográfica de todo o território brasileiro, com limites estaduais e internacionais, feições hidrográficas, pontos extremos, principais localidades pertinentes à escala, sistemas viário e ferroviário e principais edificações;
- Divulgação do relatório das mudanças na Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2014, com comentários, tabelas e gráficos, bem como do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2014; e
- Disponibilização da versão atualizada da Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao milionésimo, com revisões da estrutura topológica e de toponímia, além de

atualizações de informações nas categorias Hidrografia, Relevo, Localidades, Limites, Sistema de Transportes, Energia e Comunicações, Estrutura Econômica e Vegetação.

No rol dos novos produtos e resultados, que aprimoram o conhecimento sobre a realidade brasileira, uma vez que ampliam a cobertura territorial e temática dos levantamentos, pesquisas e estudos produzidos, destacam-se:

- Disponibilização da Grade Estatística, que permite obter as informações sobre população (total e por sexo) e o total de domicílios do Censo Demográfico 2010 para diversos recortes espaciais, como regiões hidrográficas, biomas e unidades de relevo, ampliando as possibilidades de análise de dados. Isso é possível porque a Grade Estatística divide o território em células de 200 x 200 m² nas áreas urbanas e 1 x 1 km² nas áreas rurais, permitindo agregar os dados independentemente das divisões político-administrativas.

A Grade Estatística também permite a realização de estimativas de população afetada por algum desastre climático ou ambiental, ou pode ser utilizada em modelos de simulação de expansão urbana ou do uso da terra, entre outras utilizações técnicas. Ela facilita, ainda, a comparação nacional e internacional de dados;

- Divulgação dos resultados do projeto Nomes no Brasil, um levantamento inédito dos nomes mais frequentes no Brasil, identificados pelo Censo Demográfico 2010. Foram observados 130.348 nomes diferentes na população brasileira, 63.456 masculinos e 72.814 femininos. Para as mulheres, o nome preferido é Maria, com frequência de 11,7 milhões de pessoas. Já para os homens, o mais comum é José, com 5,7 milhões de pessoas. As informações disponibilizadas estão organizadas por sexo, para Brasil, unidades da federação e municípios. O levantamento também aponta os nomes mais frequentes até 1929 e por década de nascimento a partir de 1930, possibilitando identificar nomes que entraram e saíram de moda e aqueles que aparecem de maneira mais constante;
- Disponibilização da Base de Faces de Logradouros do Censo Demográfico 2010, que contempla todos os 5.570 municípios brasileiros, fornecendo à sociedade uma base de logradouros (ruas, avenidas, praças, jardins etc.), segmentados em quarteirões, compatível com os setores censitários definidos para a coleta do Censo. Esta base pode ser utilizada em Sistemas de Informação Geográfica, permitindo a realização de análises geográficas e espaciais, além de se constituir numa ferramenta para descrição do espaço urbano de uma grande quantidade de municípios que ainda não dispõem de bases cartográficas digitais;
- Divulgação do suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da PNAD 2014 e 2015: Acesso à INTERNET e à Televisão e Posse de Telefone



Móvel Celular para Uso Pessoal, realizado em convênio com o Ministério das Comunicações, com o objetivo de investigar a utilização das TIC, trazendo a público um extenso conjunto de informações que contribuem para a identificação dos principais aspectos relacionados ao acesso às TIC nos domicílios e ao seu uso individual pelas pessoas:

Os resultados constituem importante fonte de estatísticas sobre a utilização das dessas tecnologias pelas pessoas, subsidiando, assim, o planejamento nacional e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico do País. Nos domicílios, foram analisados o acesso às TVs digital aberta, por assinatura e por antena parabólica; a existência e quantidade de aparelhos de TV de tubo e de tela fina; a existência de *tablet*; o acesso à internet e aos tipos de aparelhos eletrônicos utilizados (microcomputador, telefone celular, *tablet*, TV e outros) e, ainda, se esse acesso foi discado, em banda larga fixa ou em banda larga móvel. Também foi investigada a utilização da internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal da população de 10 anos ou mais de idade, segundo a idade, o sexo, a escolaridade, as formas de inserção no mercado de trabalho e o rendimento mensal domiciliar *per capita*. Dentre os resultados mais relevantes, mostrou que, pela primeira vez, o acesso à internet via telefone celular nos domicílios brasileiros ultrapassou o acesso via microcomputador, de 2013 para 2014, e que em 2014, pela primeira vez, mais da metade (52,5%) da população rural com 10 anos ou mais de idade tinha celular;

- Divulgação do suplemento Acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Programas de Inclusão Produtiva, da PNAD 2014, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O primeiro investigou não só o conhecimento da existência do Cadastro Único e dos principais programas federais por ele acessíveis (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Tarifa Social de Energia Elétrica), como também sobre sua tentativa de cadastramento para acesso a algum desses programas e a ocorrência de entrevista para inscrição no Cadastro. O segundo investigou o acesso dos trabalhadores conta-própria e empregadores a ações e programas orientados à inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal ou do empreendedorismo;
- Divulgação do suplemento Mobilidade Sócio-ocupacional, da PNAD 2014, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que mostra a mobilidade sócio-ocupacional dos filhos em relações aos pais, em estratos classificados segundo rendimento e um critério de vulnerabilidade;

- Divulgação da Síntese de Indicadores da PNAD 2015, pela última vez, encerrando um ciclo de 49 anos, iniciado com a primeira PNAD, em 1967. A partir de 2017, as principais informações sobre as características da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação terão como fonte a PNAD Contínua;
- Disponibilização de um conjunto de novos indicadores, resultantes da PNAD Contínua, que captam informações relacionadas à força de trabalho, com resultados, para Brasil, desde o início da série histórica da pesquisa (1º trimestre 2012) até o 2º trimestre de 2016, com o objetivo de enriquecer as análises sobre o mercado de trabalho e seguir as recomendações internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre os novos indicadores, destacam-se as taxas de subutilização da força de trabalho: (i) taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas e da desocupação trata de pessoas ocupadas com uma jornada de menos de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior (subocupação por insuficiência de horas); (ii) taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial abrange as pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram mas não estavam disponíveis para trabalhar (força de trabalho potencial); (iii) a taxa composta da subutilização da força de trabalho engloba as duas taxas anteriores, visando medir como um todo a subutilização da força de trabalho. Integram, ainda, o conjunto de indicadores sobre horas trabalhadas, empregadores e contas-próprias com CNPJ, número de trabalhos, tempo no trabalho, entre outros;
- Divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015, realizada a partir de convênio celebrado com o Ministério da Saúde e o apoio do Ministério da Educação. Nesta terceira edição da pesquisa, a ampliação de sua abrangência geográfica permitiu a desagregação dos dados por Unidades da Federação, além dos níveis já apresentados em edições anteriores. Outras inovações importantes foram introduzidas, dentre as quais se destaca a disponibilização de informações oriundas de dois planos amostrais distintos, que contemplam, respectivamente, escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, e escolares de 13 a 17 anos de idade frequentando as etapas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental (antigas 5ª a 8ª séries) e da 1ª a 3ª série do ensino médio, no ano de referência da pesquisa;
- Lançamento do quarto volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013: Indicadores de Saúde no Mercado de Trabalho, analisando a relação entre a condição no mercado de trabalho e alguns temas já contemplados nos volumes anteriores, tais como: pessoas com deficiência; posse de plano de saúde; diagnóstico de depressão; fatores de risco e proteção à saúde, entre outros;



- Divulgação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) 2014, que tem por objetivo a construção de indicadores setoriais nacionais e, no caso da indústria, também regionais, das atividades de inovação das empresas brasileiras, comparáveis com as informações de outros países. Entre as novidades da PINTEC 2014, está a análise sobre o quantitativo de mulheres atuando como pesquisadoras nas atividades internas de P&D nas empresas, e as compras públicas de produtos inovadores, item pela primeira vez destacado no questionário, dentre os programas de incentivo do governo;
- Disponibilização dos resultados da Matriz de Insumo-Produto para o ano 2010, elaborada a partir das Tabelas de Recursos e Usos, cujos resultados foram disponibilizados em 2015 já de acordo com as últimas recomendações internacionais. Sua divulgação incorporou os avanços metodológicos presentes no manual SNA 2008, e foi precedida de seminários técnicos realizados com usuários e especialistas, sendo complementada com a disponibilização, em 2016, de relatório metodológico sobre variados aspectos do Sistema. Seus resultados proporcionam uma visão detalhada da estrutura produtiva brasileira e permitem avaliar o grau de interligação setorial da economia, e também os impactos de variações na demanda final dos produtos, mediante a identificação dos diversos fluxos de produção de bens;
- Divulgação da retroprojeção da população do Brasil de 2000 a 1980, possibilitando a construção de séries históricas compatibilizadas desde 1980 até 2060, complementando as projeções de população divulgadas em 2013, que vão de 2000 a 2060. Estão sendo disponibilizadas novas séries para o total da população por sexo, grupos de idade e indicadores como taxa de crescimento da população, taxa de fecundidade total e por grupo de idade da mãe, e esperança de vida ao nascer, para o período de 1980 a 1999, sendo os indicadores para o ano de 2000 em diante os mesmos apresentados pela Projeção de População (2013);
- Lançamento do livro *Relações entre as Alterações Históricas na Dinâmica Demográfica Brasileira, Políticas Públicas e Impactos Futuros Decorrentes do Processo de Envelhecimento da População*. A publicação analisa as transformações históricas ocorridas no padrão demográfico do país, com redução na taxa de crescimento populacional, diminuição do número de crianças e adolescentes e aumento da população em idade ativa e do total de idosos;
- Lançamento da publicação *Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais*, que integra a coleção *Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica*, com o objetivo de contribuir para sistematizar a produção dos indicadores sociais, levando em consideração as recomendações e experiências. O livro aborda, em cinco capítulos, a produção de estatísticas

sobre educação, famílias, direito à moradia, padrão de vida e distribuição de renda e trabalho;

- Disponibilização do Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Mato Grosso, do Maranhão e do Rio de Janeiro para a escala de referência de 1:250.000 (1cm = 2.500m), resultado da interpretação de imagens de satélite com 25m e 30m de resolução, com apoio de levantamentos de campo, complementados por informações estatísticas e textuais. As informações contidas no mapa retratam a dinâmica do uso da terra e são fundamentais para o planejamento e a gestão do território. Trata-se de um importante instrumento de apoio às análises de avaliação de impactos sobre os recursos naturais, detectando os processos de transformação e permitindo, inclusive, a avaliação de conflitos socioambientais;
- Disponibilização do Mapa Hidrogeológico da Região Sudeste, descrevendo e mapeando os depósitos de água subterrânea do Sudeste brasileiro, com o objetivo de fornecer um maior conhecimento sobre o comportamento geral dos aquíferos que compõem a região, oferecendo subsídios para o planejamento, gestão e uso racional e sustentável dos recursos hídricos regionais;
- Disponibilização da versão digital do Mapa das Indicações Geográficas do Brasil, fruto de uma parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O mapa traz informações sobre os chamados Selos de Indicação Geográfica (IG), localizando as regiões de origem de 49 produtos e serviços nacionais certificados por Indicação de Procedência ou Denominação de Origem;
- Disponibilização de 50 cartas imagem digitais, na escala 1:100.000 (1cm = 1.000m), abrangendo parte dos estados do Piauí, Tocantins, Pará, Maranhão e Mato Grosso. Essas representações cartográficas são formadas por mosaico de imagens de satélite ortorretificadas, que proporcionam uma visão do território compatível com os requisitos de representação da escala e apresentam a denominação dos elementos geográficos de maior relevância. O estado do Tocantins fica integralmente coberto, o que corresponde a um total de 127 cartas imagem, e o Piauí passa a ter 35% de seu território representado, de um total de 108 cartas imagem;
- Disponibilização da Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado de Goiás e do Distrito Federal, na escala 1:100.000 (1 cm = 1.000 m). Cabe ressaltar que esse é o primeiro conjunto de dados geoespaciais vetoriais a ser disponibilizado



à sociedade brasileira, resultado do Projeto BC100, que objetiva mapear todas as 27 unidades da federação na escala 1:100.000, dando origem a um produto cartográfico de abrangência nacional mais detalhado que os atualmente disponíveis. Em formato digital para utilização em Sistemas de Informação Geográfica, a base cartográfica provê informações relativas ao posicionamento espacial, nomes geográficos e à classificação dos elementos representados;

- Disponibilização de um novo conjunto de 101 folhas, na escala 1:250.000, com informações geoespaciais sobre Geologia (rochas), Geomorfologia (relevo), Pedologia (solos) e Vegetação para recortes cartográficos ao redor das cidades do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Rio Doce (MG), Paranapanema (SP), Cuiabá (MT), Salvador (BA), Aracaju (SE) e Recife (PE). As informações sobre essas regiões contribuem para o mapeamento dos recursos naturais no país e objetivam colaborar nos estudos e avaliação de impactos ambientais;
- Divulgação do relatório Análise do Nível Médio do Mar nas Estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG) – 2001/2015, apresentando a metodologia de tratamento dessas informações e os resultados preliminares referentes aos dados do período 2001-2015, contribuindo para a discussão sobre a necessidade do monitoramento ambiental para a mitigação e a adaptação aos efeitos das mudanças globais. Além disso, as informações produzidas pelas estações da rede maregráfica são úteis para diversas aplicações, tais como redução de sondagens para conservação e ampliação da capacidade de portos e vias navegáveis, implantação de infraestrutura (portos, rodovias, redes de água e esgoto) em regiões litorâneas, e estudo de possíveis medidas de adaptação e mitigação dos impactos da elevação global do nível do mar;
- Lançamento da publicação Logística de Energia 2015 – Redes e fluxos do território, abordando o tema das redes e fluxos do território a partir da integração de dois grandes eixos da produção e distribuição de energia no País: de um lado, os combustíveis, como os derivados de petróleo, os biocombustíveis e o gás, e, de outro, a energia elétrica em seus diversos métodos de produção;
- Lançamento do Atlas Nacional Digital do Brasil 2016, que incorpora, em ambiente interativo, as informações contidas no Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, publicado em 2010, acrescidas de 170 mapas com informações demográficas, econômicas e sociais atualizadas e um caderno temático sobre

a população indígena no Brasil. Com isso, faz um mapeamento inédito sobre a localização dessa população dentro e fora das terras indígenas, segundo dados do Censo Demográfico 2010. Esse lançamento inaugura a política do IBGE de divulgação anual do Atlas Nacional Digital do Brasil;

- Lançamento de Sertões Brasileiros II, o novo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, que reúne os Sertões do Oeste e Sertões de Passagem, por meio de recortes territoriais situados no Centro-Oeste do país e em áreas adjacentes das regiões Norte e Sudeste, como o Pontal do Paranapanema (SP), o Triângulo Mineiro (MG) e o Jalapão (TO). Com imagens de satélite, fotos e mapas em diferentes escalas, essa coleção retrata as regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da literatura nacional;
- Lançamento do livro Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI, que tem o objetivo de ampliar o conhecimento das alterações ocorridas no território brasileiro como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais nas últimas décadas. A publicação gira em torno da formação territorial e demográfica do país, da relação entre geografia e urbanização, da ocupação do território pela agropecuária, do desenvolvimento local e da diversidade cultural. Aborda pontos relevantes da realidade contemporânea, reinterpretados pela análise geográfica, ao mesmo tempo em que atualiza a edição anterior, lançada em 1995;
- Divulgação do primeiro volume da série Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, com o tema A Geografia do Café. A publicação contempla o deslocamento dessa cultura agrícola no espaço rural brasileiro ao longo de quatro décadas (1970 a 2010). Além disso, identifica os principais vetores de mobilidade espacial da cafeicultura, que são as condições naturais (como eventos climáticos), socioeconômicas (como períodos de superprodução e preços elevados) e políticas públicas (como as ações de renovação da cultura cafeeira). A série Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária tem o objetivo de acompanhar o deslocamento espacial e revelar a geografia contemporânea de produtos da agropecuária nacional. O foco é sistematizar, em uma mesma base cartográfica, um conjunto de informações que contribuam para a análise geográfica dos principais segmentos que compõem o espaço rural brasileiro na contemporaneidade. Os produtos selecionados para compor essa série são aqueles que, ao longo do tempo, alcançaram uma expressão relevante na estruturação do espaço rural brasileiro;



- Lançamento de um conjunto de produtos que apresentaram o país para as mais de 200 delegações que vieram competir nos Jogos Olímpicos, para a mídia internacional, atletas e o público em geral. O *site* Países Olímpicos, trouxe informações sobre a participação dos países nas Olimpíadas, como o número de medalhas e as modalidades em que se destacaram ao longo da história dos Jogos. Apresenta, também, os principais dados estatísticos sobre a economia, população, indicadores sociais, meio ambiente e redes (tecnologia). Assim, as informações esportivas podem ser combinadas às socioeconômicas e ambientais para permitir um amplo conhecimento da realidade desses países. O *folder* Um passaporte para conhecer o Brasil – embarque nas informações do IBGE, nas versões em português e inglês, foi distribuído em locais estratégicos da cidade, mostrando para o público as principais informações geográficas e estatísticas sobre o país, tais como extensão territorial (8.515.767,049 km²), população (206,1 milhões de habitantes), esperança de vida ao nascer (75,7 anos) e PIB *per capita* (US\$11.387). Além disso, o *folder* apresentou um infográfico (ilustrações explicativas sobre um tema na forma de mapa) do território brasileiro, onde foram representados seis biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa, Cerrado, Pantanal); a produção agropecuária (soja, milho, café, cana-de-açúcar, frutas no Vale do São Francisco, pecuária bovina) e dos recursos minerais (cobre, ferro, nióbio, ouro, petróleo/gás natural, pedras preciosas e semipreciosas); povos indígenas e imigrantes; além da localização dos aquíferos, polos de tecnologia e conhecimento, destinos turísticos mais visitados e pontos extremos do país;
- Lançamento do material informativo O seu Município em Números 2016. Folhetos em papel e em meio digital, que trouxeram dados relevantes sobre os 5.570 municípios brasileiros, com o objetivo de apoiar candidatos, eleitores e formadores de opinião nas eleições ocorridas em outubro de 2016. O produto, oriundo da parceria entre o IBGE e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teve o objetivo de propiciar aos cidadãos, debates preeleitorais mais interessantes e com maior conhecimento da realidade, não apenas promessas de candidaturas. Para cada município, os folhetos trouxeram informações do IBGE e outras fontes oficiais (Ministérios da Saúde e da Educação, TSE etc.) sobre perfil da população e dos domicílios, saúde, educação, economia e sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e
- Lançamento da nova versão do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), uma ferramenta digital que pode ser acessada em qualquer navegador de internet e permite consultar, de forma simples e rápida, dados de estudos e

pesquisas realizados pelo Instituto. A nova interface oferece acesso amigável em qualquer plataforma, seja celular, *tablet* ou computador, por meio de uma interação visual e intuitiva, com informações e funcionalidades sendo encontradas facilmente. O SIDRA permite consultar informações de todos os indicadores econômicos conjunturais (como os de trabalho e rendimento, inflação, indústria, comércio, serviços, agropecuária e o PIB) e suas séries históricas. Também dá acesso aos resultados de quase todas as pesquisas estruturais do IBGE, inclusive o Censo Demográfico, a PNAD, a POF, a PNS e as pesquisas econômicas anuais.

Por fim, vale mencionar que devido a imparcialidade, isenção, ética, transparência e qualidade dos resultados e produtos que representam a realidade do país, o IBGE tem seu reconhecimento sempre destacado nacional e internacionalmente.

O ano de 2016 foi marcado por prêmios, homenagens e conquistas que representam a importância do IBGE para a manutenção da democracia, do estado de direito e do pleno exercício da cidadania, bem como seu desenvolvimento organizacional. Apresentamos, a seguir, algumas das conquistas mais importantes:

- Prêmio Faz Diferença, do jornal O Globo, na categoria Economia. Esta é a 14ª edição do prêmio - uma iniciativa de O Globo em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que reconhece o trabalho, a dedicação e o talento de brasileiros, nas mais diversas áreas de atuação, que serviram de inspiração para o país e o mundo em 2016;
- Prêmio Destaque Econômico do Ano 2015, concedido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), durante a abertura do XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado entre 31 de agosto e 3 de setembro, em Natal (RN). O IBGE foi uma das instituições com maior número de indicações para o prêmio, no âmbito dos conselhos regionais de economia, sendo confirmado como Destaque Econômico, na modalidade Desempenho Técnico, na 667ª Sessão Plenária do Confecon, devido “ao qualificado histórico do Instituto, em especial pela qualidade na transmissão de informações de natureza econômica à sociedade.”;
- Medalha Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco – Estabilidade e Crescimento Econômico, em reconhecimento ao trabalho em prol do desenvolvimento econômico de Minas Gerais e do Brasil. O presidente do IBGE recebeu a honraria concedida durante o X Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico, oferecido pela Associação dos Economistas de



Minas Gerais (ASSEMB) e pela Mercado Comum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; e

- Servidora do IBGE, representando o Brasil, assume a presidência da Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo a primeira vez que o órgão oficial de estatísticas brasileiro preside essa entidade, que já existe há mais de meio século. Juntamente com o servidor da Instituição que assumiu Instituto Internacional de Estatística, em 2015, os dois técnicos do IBGE assumiram as duas principais instituições internacionais de estatística.

2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Com o objetivo de avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, o IBGE utiliza três indicadores, conforme exposto no Quadro 14.

O indicador Taxa de Resultados Alcançados (RA) tem como objetivo mensurar a dimensão eficácia. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS)/Diretoria-Executiva, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional.

O indicador Correspondências Respondidas (CR) passou a ser adotado pelo IBGE em 2016, visando um contínuo aumento da eficiência dos serviços de atendimento prestados aos nossos cidadãos-usuários. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do CDDI. Com o objetivo de associar, a cada correspondência recebida, o tempo transcorrido entre a chegada da correspondência no IBGE, e a sua resposta para o cidadão-usuário, de um total de 11.529 correspondências recebidas, ao longo dos três anos analisados, fizeram parte do cálculo as 9.367 correspondências respondidas (81,2% do total). Os valores estabelecidos para as definições dos intervalos de classes referem-se ao prazo padrão adotado pelo IBGE para o atendimento por correspondência, cinco dias, e o prazo de resposta adotado na Lei de Acesso à Informação (LAI), 20 dias.

Existe ainda, conforme citado no item 5 (Relacionamento com a Sociedade), o indicador Taxa de Satisfação dos Usuários (TSU) que permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do CDDI, que o executa com base na relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.



Quadro 14 – Indicadores de Desempenho

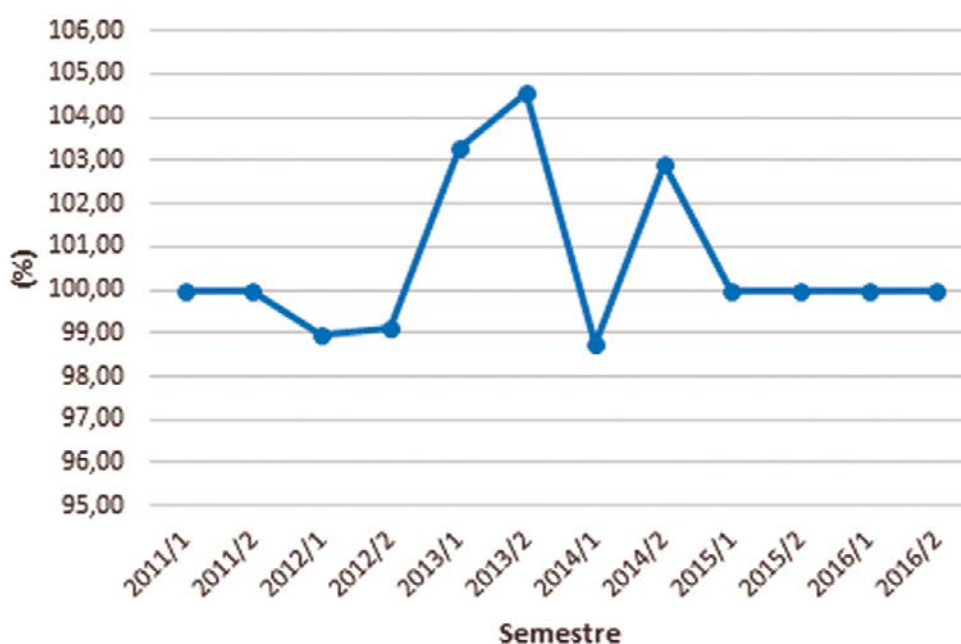
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		Fórmula de cálculo	Unidade	Periodicidade
E F I C Á C I A	Taxa de Resultados Alcançados - RA A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ M _R = metas realizadas. M _P = metas previstas. n = nº de resultados obtidos.	%	Semestral
	Correspondências Respondidas - CR Percentual de correspondências respondidas aos usuários, segundo intervalos de classes de dias, por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar, segundo períodos de tempo, o desempenho do atendimento a demandas por informações de natureza estatística e geocientífica.	$CR_{ptn} (Ano t) = \frac{\sum Cr_{ptn}}{\sum Cr}$ Cr _{ptn} = Correspondências respondidas em um determinado período de tempo n (ptn), onde ptn é igual aos seguintes intervalos de classe: até 5 dias; de 6 a 20 dias; e mais de 20 dias. Cr = Total de correspondências respondidas no ano.	%	Anual
	Taxa de Satisfação do Usuário - TSU Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.	$TSU = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$ $\bar{A}$ = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> . $\bar{E}$ = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i> .	%	Anual

Fonte: IBGE/2017.

No exercício de 2016, no que se refere a Taxa de Resultados Alcançados, a Instituição atingiu o patamar de 100,00% no primeiro semestre e 100,00% no segundo semestre do exercício, conseguindo um ótimo desempenho, no que concerne a eficácia, no alcance das metas institucionais.

Uma série histórica na qual verifica-se o cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2011-2016 é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2011-2016



Fonte: IBGE/ 2017.

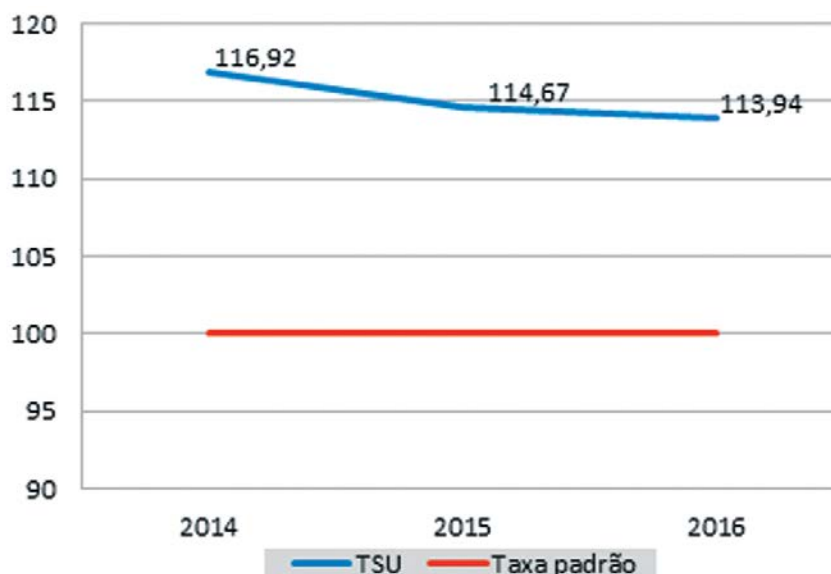
Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros. Com o objetivo de mensurar essa satisfação, o IBGE desenvolveu um indicador chamado de “Taxa de Satisfação dos Usuários” que permite analisar a efetividade do atendimento prestado pelo Instituto para a sociedade.

Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição. De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Em 2016, a pesquisa apresentou uma Taxa de Satisfação dos Usuários de 113,94%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários, representado no Gráfico 2.



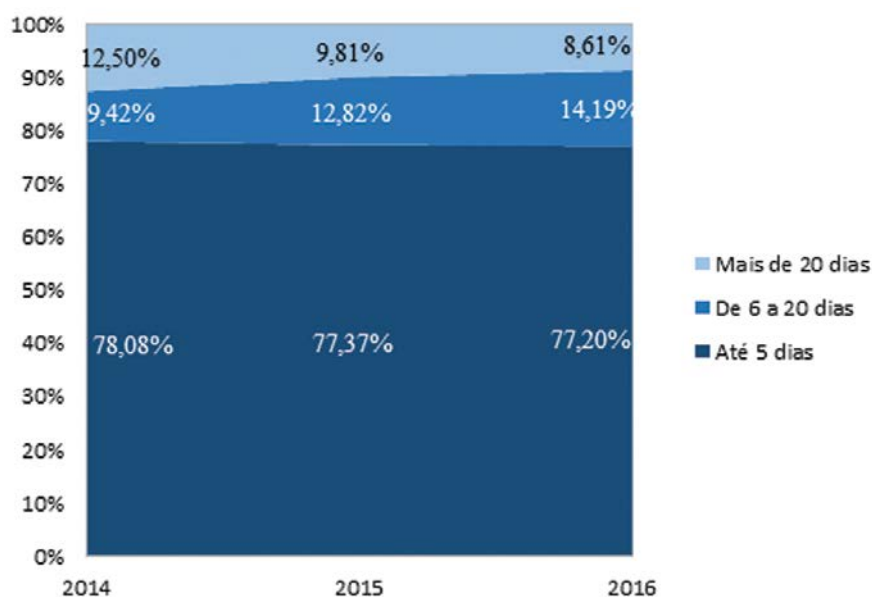
Gráfico 2 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas – IBGE 2014-2016



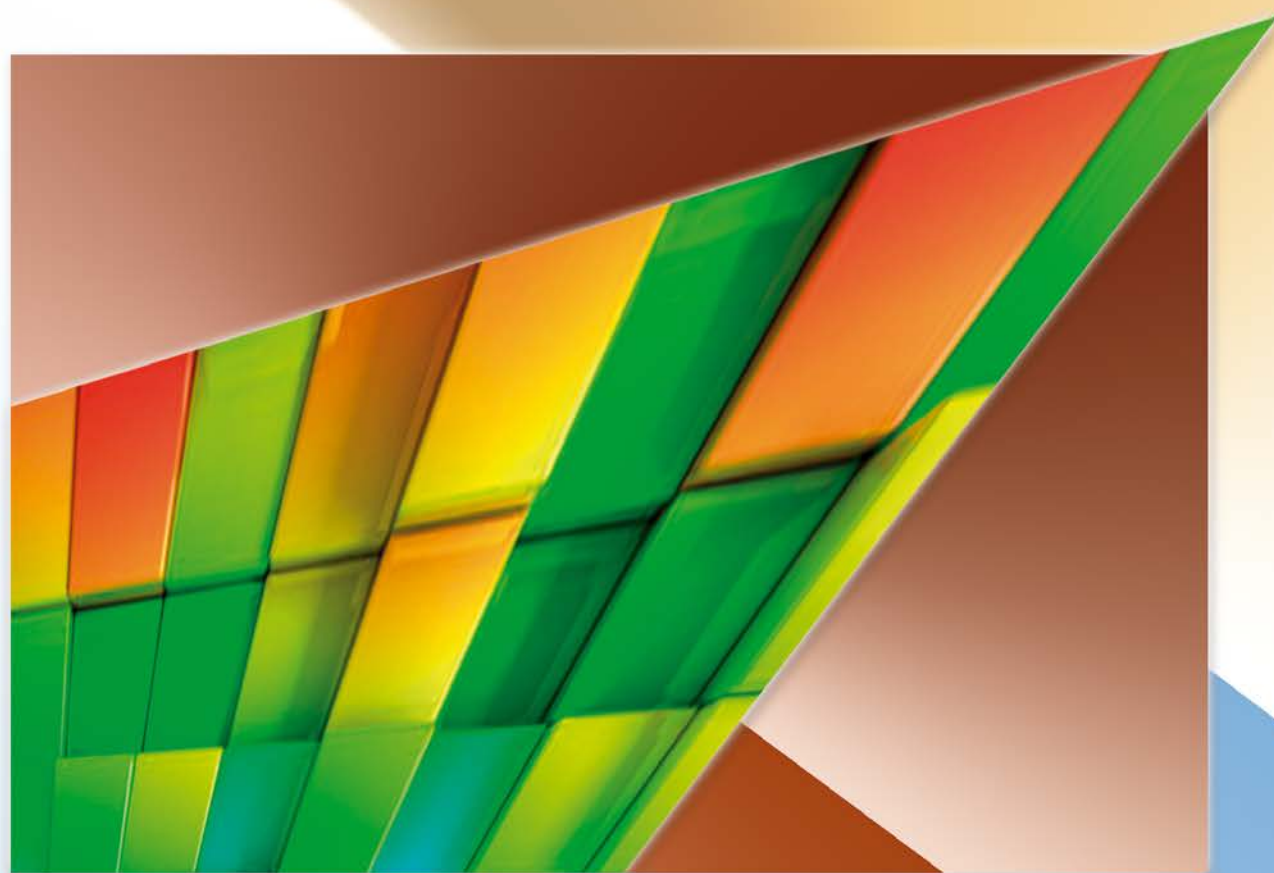
Fonte: IBGE/ 2017.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Correspondências Respondidas é utilizado para avaliar a eficiência desse serviço de atendimento oferecido no endereço ibge@ibge.gov.br. Nesses últimos três anos, conforme o Gráfico 3, observa-se uma estabilidade no percentual de correspondências respondidas em até cinco dias, de seis a 20 dias e mais de 20 dias; tendo variado, em percentual, de 78,08 a 77,20; 9,42 a 14,19; e 12,50 a 8,61, respectivamente.

Gráfico 3 - Correspondências Respondidas, por Intervalo de Classes de Dias, pelo IBGE (2014-2016)



Fonte: IBGE/CDDI/COATI/SIGA/2017.



3

Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos



3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:
 - a. Gabinete da Presidência
- III. Órgãos seccionais:
 - a. Auditoria Interna
 - b. Procuradoria Federal
 - c. Diretoria-Executiva
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Pesquisas
 - b. Diretoria de Geociências
 - c. Diretoria de Informática
 - d. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - e. Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- V. Órgãos descentralizados:
 - a. Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada instância de controle da Instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do art. 8º, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Técnico são tomadas por maioria de votos dos presentes.



Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Está previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do art. 10, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente, quatro vezes por ano, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, desde que estejam presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com o art. 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é um órgão seccional que no exercício de suas competências vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 37 do regimento interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.



A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram (Lei nº 10.180/2001; Instrução Normativa nº 1/2001, Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações da organização, tendo como objetivo comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no art. 17 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Está prevista no art. 18 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.



Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

Está prevista no art. 19 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Está prevista no art. 20 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Disseminação e Documentação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Está previsto no art. 21 do Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:



- Curso de Bacharelado em Estatística;
- Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; e
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento.

Está prevista no art. 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Unidades Estaduais

A Fundação IBGE possui ainda 27 Unidades Estaduais, sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE, que tem como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam ainda com 584 agências de coleta de dados nos principais municípios brasileiros para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados do IBGE.

3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

A seguir, são apresentadas informações sobre a composição dos colegiados, seus papéis e funcionamento e o processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil.

Conselho Técnico

O Conselho Técnico é composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do Conselho, quatro são representantes, respectivamente, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e da Defesa, por indicação de seus titulares.



Ao Conselho Técnico compete:

- Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- Elaborar seu Regimento Interno.

Conselho Curador

O Conselho Curador é composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério do Planejamento; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta de seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- Apreciar os balancetes periódicos;
- Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;
- Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;



- Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- Elaborar seu Regimento Interno; e
- Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor é composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

O Presidente e os Diretores da Fundação IBGE são escolhidos devido à competência técnica e gerencial, sendo nomeados pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, conforme o disposto no art. 1º do Decreto no 4.734, de 11 de junho de 2003. Assim como Presidente e Diretores, os Coordenadores-Gerais também são escolhidos considerando competência técnica e gerencial, sendo nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após a indicação ser apreciada previamente pelo Presidente da República, por intermédio da Casa Civil.

Ao Conselho Diretor compete:

- Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;



- Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;
- Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;
- Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.

Auditoria Interna

A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

À Auditoria Interna compete:

- Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

O Procurador Federal no IBGE será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União, e a ele compete:

- Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Unidades Estaduais

Os Chefes de Unidades Estaduais são nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após processo seletivo interno conforme critérios estabelecidos Resolução do Conselho Diretor nº 27, de 05 de dezembro de 2014. Conforme descrito nessa Resolução, os titulares de cargo de Chefia das Unidades Estaduais devem possuir extensos e profundos conhecimentos sobre a Instituição e seus trabalhos.



3.3 Atuação da Auditoria Interna

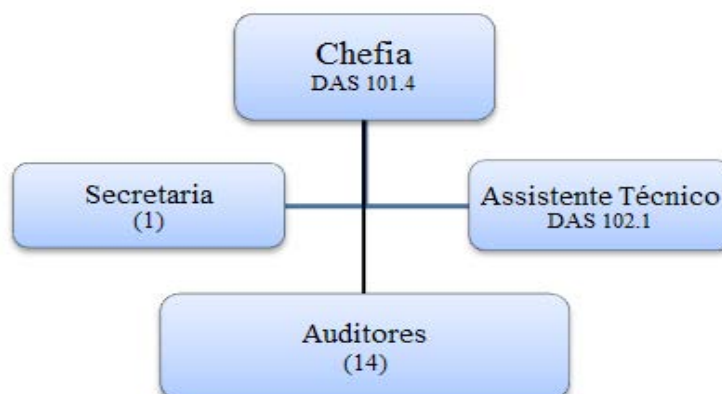
No exercício de suas competências, a Auditoria Interna (AUD) vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do §3º, art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

Conforme Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, são competências da Auditoria Interna:

- fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e;
- comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Em dezembro de 2016 a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe, Assistente Técnico, Secretaria e Auditores, conforme Figura 7.

Figura 7 – Organograma da Auditoria Interna



Fonte: IBGE/ 2017

A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe seguem os procedimentos descritos no item 3.2.

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 24/2015, de 17 de novembro de 2015. A execução das ações do PAINT é reportada à Secretaria Federal de Controle Interno, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União,



mediante comunicação dos relatórios de auditoria emitidos, bem como pelo Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Os relatórios emitidos são encaminhados aos respectivos responsáveis, pelo Gabinete da Presidência do IBGE, para pronunciamento e apresentação de plano de providências para tratamento das recomendações de auditoria.

O conjunto dos planos de providências, com os respectivos prazos, constitui o Plano de Providências Permanente, cujo monitoramento foi implementado em 2016. A implementação das recomendações é monitorada até o pleno atendimento.

Como rotina, informações sobre as recomendações atendidas, e aquelas em monitoramento, compõem os relatórios de auditoria de contas trimestrais que são emitidos para assistir o Conselho Curador no cumprimento das competências regimentais desse órgão colegiado de direção superior.

Em 2016 os trabalhos foram orientados por duas abordagens: Unidades Estaduais e por temas. Pela primeira, cada unidade é visitada com periodicidade (rotação de ênfase) não superior a três anos. Pela segunda foram temas de auditoria as concessões de pensão e aposentadoria, folha de pagamento, auxílio-transporte e prestação de contas trimestrais. O escopo deste último tema contemplou a gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira do IBGE, bem como aspectos relevantes e materiais de concessões de aposentadoria e pensão.

As atividades de auditoria interna são orientadas segundo critérios como materialidade, relevância e criticidade. Pelo primeiro destaca-se a Administração Central que respondeu por cerca de 97% da execução orçamentária do exercício de 2016 – incluindo-se a despesa de pessoal e encargos sociais. As Unidades Estaduais (27), que executaram cerca de 3% da despesa anual, são ciclicamente visitadas em períodos não superiores a três anos, tendo por base os outros dois critérios.

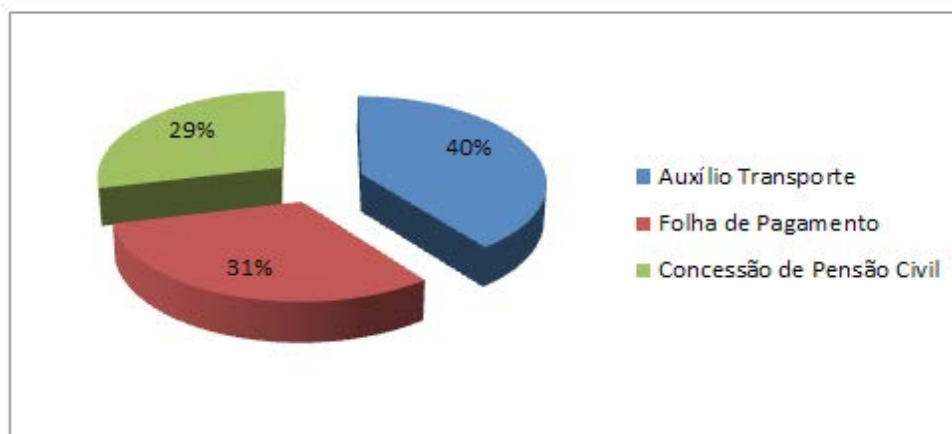
Foram realizadas 96% das ações de auditoria das 28 previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2016), considerando que não houve demanda para a Ação nº 27 – Auditorias Especiais.

Como resultado foram efetuadas 396 (trezentos e noventa e seis) recomendações para encaminhamento de correções ou melhorias em procedimentos e rotinas administrativas. Destas foram atendidas 71,7% e 28,3% estão em monitoramento com prazo a vencer. Eventuais situações adversas, ou críticas, são imediatamente comunicadas à Administração que, prontamente, adota as medidas adequadas ao caso.



No exercício de 2016 foram identificadas impropriedades em pagamentos de despesa de pessoal da ordem de 600 mil reais, distribuídos pelos temas conforme Gráfico 3.

Gráfico 4 – Folha de Pagamento - Diferenças



Fonte: AUDGESTÃO, 2017.

3.4 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

O IBGE vem desenvolvendo, habitualmente, as atividades relativas à apuração de ilícitos administrativos. No âmbito da Sede, os processos correcionais são desenvolvidos por servidores lotados na Gerência de Processos Administrativos Disciplinares da Diretoria-Executiva (GEPAD/DE), que, em algumas ocasiões, conta com a participação de servidores lotados em outras Diretorias. Nas Unidades Regionais estes procedimentos, via de regra, são desenvolvidos por servidores lotados na própria Unidade, excetuando-se aqueles processos que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina, sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2016, destaca-se o processo referente a denúncias de servidores relativas a indícios de assédio moral praticada por um Chefe de Unidade Estadual, bem como, um processo na Unidade Estadual de Santa Catarina, relativo a procedimento inadequado por parte do servidor envolvido, e que foram apurados por servidores da GEPAD.

Tais irregularidades contrariam as normas traçadas na Lei 8.112/90, em especial, aquelas relativas aos Deveres e Proibições impostas ao Servidor Público, consoante o que dispõem os artigos 116 e 117, entretanto, sem que acarretassem a pena de Demissão.



Importante asseverar que, com relação aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043/2007, referente ao Sistema CGU/PAD, tais recomendações são cumpridas rigorosamente, enfatizando-se que, no exercício de 2016, foram lançados no CGU/PAD, 79 procedimentos disciplinares, como evidenciado na Figura 8.

Figura 8 - Relatório de Procedimentos Instaurados Registrados no Sistema CGU/PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		18
Total de Ritos Sumários		1
Total de Sindicâncias		50
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		10
Total de Procedimentos		79

Fonte: CGU/PAD, jan/2017.

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

Uma organização pública, ao desempenhar suas atividades, está sujeita a incidentes ou ocorrências originadas em fontes internas ou externas, que podem afetar positiva ou negativamente a realização de seus objetivos. Assim, cabe aos gestores públicos identificar esses riscos, determinando a probabilidade e o impacto que a sua ocorrência teria nos objetivos da organização.

Embora o IBGE ainda não possua uma política de gestão de risco integrada, sistemática e formalmente constituída, os gestores têm pleno conhecimento dos riscos que podem prejudicar o alcance de seus objetivos. As atividades realizadas pela instituição demandam identificação e gerenciamento dos pontos de fragilidade para prevenir e mitigar os fatores críticos que possam colocar em risco a qualidade, a segurança, o sigilo e os custos de produção de informações estatísticas e geocientíficas.

Quanto aos riscos envolvidos no processo de produção de informações, caberia destacar aqueles decorrentes da quebra na segurança das informações (transmissão, armazenamento), erros de coleta e apuração de dados, resistência à prestação de informações, erros de divulgação, não cumprimento de metas, que na maior parte das vezes ocorre por carência de recursos ou falhas no processo. Na verdade estes



aspectos levantados são relevantes de serem monitorados, porquanto a preservação de uma cultura de excelência no relacionamento com os informantes e usuários depende, fundamentalmente, de se preservar a garantia de sigilo e confidencialidade das informações prestadas que serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Mesmo sem a política de gestão de risco oficialmente definida e instaurada e um processo mapeado, os riscos críticos identificados nos diferentes processos de produção e suporte são avaliados em reunião do Conselho Diretor, que estabelece as diretrizes e recomendações, visando à atuação dos gestores na realização de ajustes imediatos em suas rotinas de trabalho e acompanha a execução das operações nas Unidades Organizacionais.

A Auditoria Interna fiscaliza o uso adequado dos recursos por parte das Unidades do IBGE e comprova a legalidade e legitimidade das ações administrativas. Em seu âmbito de atuação, há procedimentos, tecnicamente normatizados, que funcionam por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para desvios gerenciais. Quando eventuais situações adversas, ou críticas, são identificadas e comunicadas à Administração, esta prontamente adota as medidas adequadas ao caso.

Quanto aos controles internos para reduzir os riscos críticos identificados, no processo de produção de informações, a instituição dispõe de algumas estratégias, tais como:

- Realização de procedimentos para o tratamento do sigilo das informações individualizadas e funcionamento do Comitê de Sigilo;
- Procedimentos de segurança física e eletrônica - segurança física das instalações, controle de acesso, defesa contra *hackers*, transmissão dos dados com criptografia, remoção de atributos de identificação e proteção contra adulteração dos arquivos de dados;
- Realização de testes dos instrumentos e procedimentos de coleta;
- Realização de testes dos sistemas de coleta e apuração;
- Controle e supervisão das atividades de campo;
- Treinamento das equipes;
- Avaliação e acompanhamento contínuo do processo e análise dos resultados;
- Investimento na relação com os informantes;
- Elaboração de manuais de procedimentos para lidar com erros de divulgação e mau uso dos dados e informações, valendo pela importância citar os documentos "Procedimentos para Lidar com Erros de Divulgação de Dados e Informações



Estatísticas do IBGE” e “Procedimentos para Lidar com o Mau Uso dos Dados e Informações Estatísticas e Geoespaciais do IBGE”, que estão formalizados internamente por meio da norma de serviço da Diretoria de Pesquisa e do Conselho Diretor sobre os assuntos;

- Aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e de processos de trabalho, visando a eficiência com redução de custos e desonerando os informantes;
- Elaboração da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e documentos complementares dessa Política. Esta POSIC e seus documentos complementares definem diretrizes estratégicas e operacionais, responsabilidades e competências para garantir a confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das informações, além de outros princípios, difundindo as boas práticas e a cultura de segurança da informação no corpo de colaboradores do IBGE;
- Investimentos em formas alternativas de obtenção dos dados, intensificação de ações para acesso e uso de registros administrativos, conforme recomendação da Comissão Estatística das Nações Unidas; e
- Realização de concurso para a reestruturação do quadro de pessoal, sempre que autorizado, em função das aposentadorias e do uso de novas tecnologias.

No âmbito administrativo, a Auditoria Interna atua no sentido de minorar os riscos identificados, com recomendações para encaminhamento de melhorias em procedimentos e rotinas administrativas, na sede do Rio de Janeiro, bem como nas 27 Unidades Estaduais.

Quanto ao monitoramento e avaliação da gestão de risco não há, como mencionado, instâncias e processos oficialmente definidos e instaurados na Instituição. Não obstante, identificada alguma ameaça, a solução do risco é estabelecida e é delegada às áreas específicas a adoção das medidas de correção e prevenção. Posteriormente, tais medidas são objeto de monitoramento e avaliação pelo Conselho Diretor e AUD.

Vale registrar, ainda, que o IBGE possui indicadores de desempenho da gestão formulados a partir dos resultados das ações do PPA e dos atendimentos aos usuários de informações estatísticas e geocientíficas. Com tais indicadores é possível se avaliar a eficiência, eficácia e efetividade, desde o cumprimento das metas estabelecidas nos planos estratégico, tático e operacional até a satisfação dos usuários com o atendimento de suas necessidades e expectativas. As diretrizes para o direcionamento da gestão estão consolidadas nas decisões tomadas pelo Conselho Diretor a partir de avaliações dos resultados das Ações, das avaliações dos usuários das informações produzidas pela Instituição e do cenário conjuntural e estrutural da economia.



Cabe destacar, também, que a Instituição possui estruturas e atos normativos que asseguram o cumprimento de seus objetivos, a obediência à legislação vigente e a proteção dos recursos em geral, reduzindo os riscos por ventura identificados. Nesse aspecto é relevante mencionar:

- A existência de uma Política de Comunicação Integrada como um instrumento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação do IBGE;
- A POSIC, em que são geradas a partir dela (i) o Plano de Capacitação Contínua em Segurança da Informação, (ii) o Plano de Continuidade do Negócio, (iii) o Plano de Gerenciamento de Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações e (iv) o Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações;
- A criação da Oficina de Relação com o Informante do IBGE, como instância propositiva e responsável pela realização de estudos, consultas e levantamentos sobre temas afetos à relação com o informante;
- A constituição do Grupo de Trabalho sobre Segurança das Informações Estatísticas, que teve como atribuições o exame e a proposição de processos de trabalho com vistas ao aprimoramento da segurança das informações de natureza estatística e à manutenção de seu sigilo;
- O trabalho contínuo das equipes de supervisão de campo em todas as pesquisas;
- O estabelecimento de um Plano Anual de Treinamento visando ações de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores do IBGE;
- O acompanhamento do cronograma de trabalho e da avaliação de desempenho, tanto individual quanto institucional; e
- A estrutura formada pela GEPAD, pela Comissão de Ética do IBGE e pela AUD. Assim fica garantida a apuração de indícios de irregularidades, de modo a se promover a responsabilização em caso de comprovação.

O gerenciamento de riscos é um processo evolutivo que, no IBGE, tem seus trabalhos desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de seu controle, valendo destacar em 2016:

- Aprovação do guia “Procedimentos para Lidar com o Mau Uso dos Dados e Informações Estatísticas e Geocientíficas, divulgados pelo IBGE”, dando publicidade a seus procedimentos para lidar com o mau uso dos dados e informações estatísticas e geoespaciais. No guia encontram-se definições e exemplos para o mau uso de dados e informações estatísticas e geoespaciais e a reação do Instituto a cada ocorrência de mau uso detectada. O guia está em



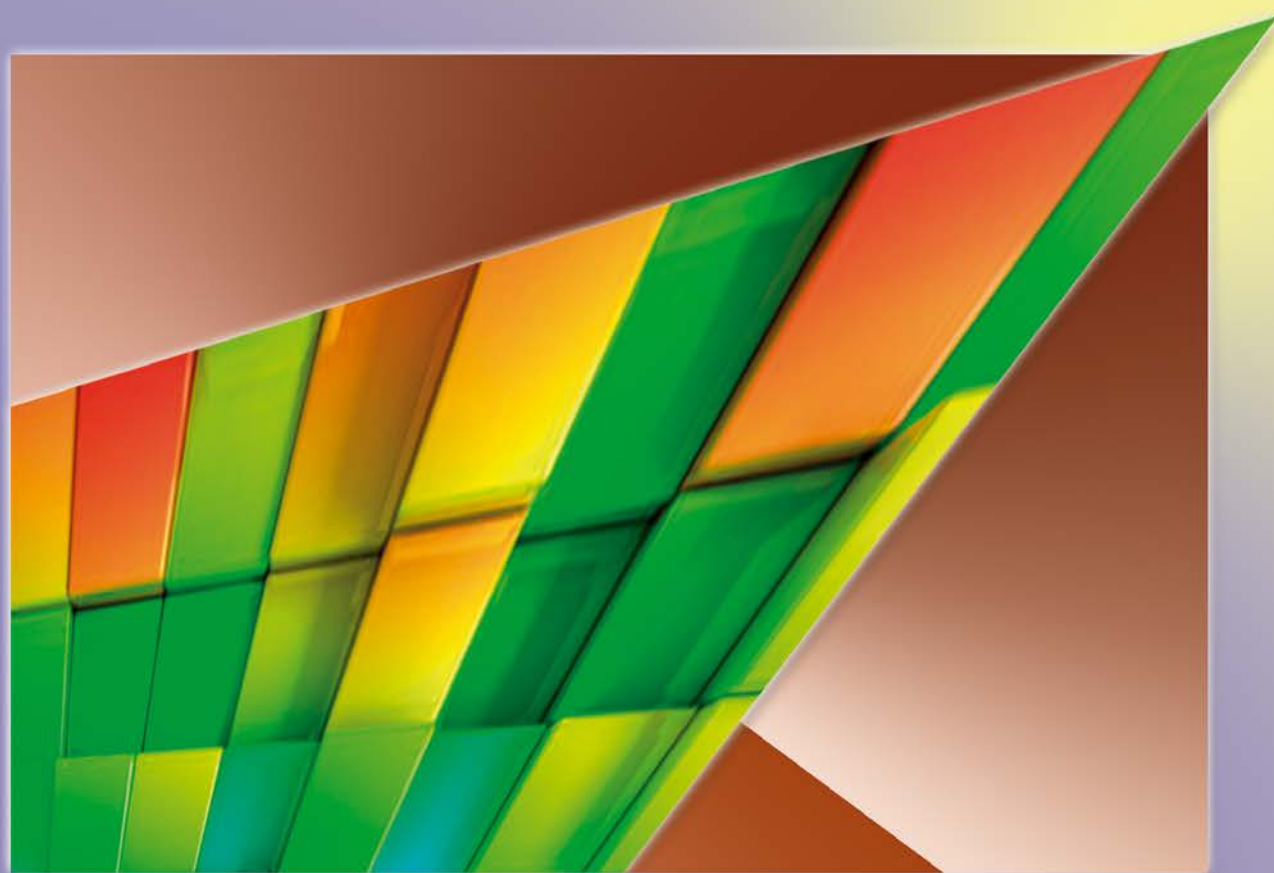
consonância com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e com os Princípios da Gestão da Informação Geoespacial, estabelecidos pela Comissão de Estatística das Nações Unidas. Está de acordo, também, com o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, publicado em 2013, especialmente no que concerne ao Princípio 1 – Independência institucional;

- Criação do Comitê de Sigilo, constituído para tratar da manutenção do sigilo das informações coletadas, produzidas, disseminadas e armazenadas pelo instituto;
- Atualização da Política de Comunicação Integrada do IBGE, divulgando a segunda edição do documento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação da instituição;
- Publicação da Ordem de Serviço que trata da atualização do Manual de Operacionalização de Suprimento de Fundos Simplificado, que em conjunto com a realização dos treinamentos a distância para os supridos e com o novo sistema SDA–Suprimento de Fundos, espera-se prevenir o mau uso deste instrumento;
- Renovação do parque de recursos de TIC, por meio da negociação com o Governo de um plano de emergência resultando na liberação de recursos para investimentos nessa área. A renovação permitirá não apenas modernizar e aumentar em 240% a capacidade de processamento e em mais de 200% a capacidade de armazenamento de dados central, mas também a construção de um novo *Data Center* principal, com padrão de segurança em nível 3, e de um novo *Data Center* na Unidade Estadual de São Paulo, que suportará a contingência para os principais serviços em produção e para a coleta e disseminação de dados pela internet;
- Realização, no dia 02 de dezembro de 2016, do seminário “Boas práticas em Segurança da Informação e Comunicações”, tendo como público-alvo todos os servidores. Transmitido para todas as Unidades Estaduais e Agências do IBGE, o seminário teve como objetivo conscientizar os servidores sobre sua corresponsabilidade de proteger as informações da Instituição e os recursos de tecnologia da informação;
- Desenvolvimento das atividades da Oficina de Relação com o Informante do IBGE, em especial: (i) lançamento da Cartilha do Entrevistador; (ii) realização de videoconferência para compartilhamento de experiências da rede de coleta; (iii) divulgação do relatório de encerramento da Oficina de Relação com o Informante relativo ao período 2015-2016; e
- Atualização do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (CSI), criado em 2015, que tem o objetivo de reunir competências para



elaboração e gestão permanente da Segurança da Informação e Comunicações. No âmbito de suas atribuições, o comitê divulgou, em 2016, normas e ordens de serviço relativos à: (i) normas e procedimentos para o controle de acesso lógico, para a definição de senhas, para *backup*; (ii) diretrizes e orientações básicas para armazenamento de dados; nomenclatura de ativos de TI; (iv) uso de serviços de comunicação multimídia; (v) uso de *software*; (vi) uso de ativos de TI; (vii) controle de acesso físico ao *Data center*; e (viii) Termo de Responsabilidade sobre Ativo de Tecnologia.

Cabe ressaltar que, no Planejamento Estratégico 2017-2027 foi definido o objetivo estratégico “Formular e implementar a política de gestão de risco” proporcionando a elaboração de um diagnóstico de riscos que envolverão os processos estratégicos, táticos e operacionais, bem como o gerenciamento de forma estruturada dos riscos identificados, tendo também em consideração, as boas práticas de mercado e o que outros órgãos governamentais estão usando sobre gestão de risco.



4

Áreas Especiais da Gestão



4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 15 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	5.886	606	524
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	0	5.886	606	524
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5.870	605	523
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	12	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	4.207	1.628	2.663
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	9	2	2
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	0	10.102	2.236	3.189

Fonte: Fita espelho referente a dez/ 2016 e demais atualizações do SIAPE.

Notas:

- O número de ingressos no exercício refere-se à reposição de servidores nomeados do concurso público regido pelos editais 01/2015 e 02/2015.
- O número de ingressos para servidores com contratos temporários refere-se às contratações feitas pelo Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital 02/2016.
- O número de lotação autorizada para contratos temporários é igual ao número de vagas previstas e autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, presentes no edital 02/2016.
- O número de egressos dos contratados temporários refere-se às saídas por término de contrato no interesse da administração, por fim do tempo previsto em contrato ou a pedido. Os ingressos são a reposição desta força de trabalho.

Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	816	5.070
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1 + 1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4)	816	5.070
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	802	5.068
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	12	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	4.207
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	6
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	819	9.283

Fonte: Fita espelho referente a dez/2016 e demais atualizações do SIAPE.

Quadro 17 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	414	71	68
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	414	71	68
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	393	67	43
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	11	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	4	2	1
1.2.5. Aposentados	0	5	1	23
2. Funções Gratificadas	0	1.271	364	244
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1.271	364	244
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2)	0	1.685	435	312

Fonte: Sistema de Dados Administrativos – SDA – acesso em jan/2017 e fita espelho do SIAPE referente a dez/2016.

Quadro 18 - Quantitativo de Ativos por Escolaridade Real

Faixa Etária	Escolaridade Real	Nível Superior	Nível Intermediário	Total
0-30	Doutorado	1	722	919
	Ensino Superior	105		
	Especialização	50		
	Mestrado	41		
31-40	Doutorado	58	604	1.102
	Ensino Superior	79		
	Especialização	146		
	Mestrado	215		
41-50	Doutorado	77	208	662
	Ensino Superior	30		
	Especialização	146		
	Mestrado	201		
51-60	Doutorado	70	1.727	2.111
	Ensino Superior	32		
	Especialização	177		
	Mestrado	105		
> 60	Doutorado	28	848	1.076
	Ensino Superior	30		
	Especialização	140		
	Mestrado	30		
Total de Ativos Permanentes				5.870

Fonte: Fita espelho de dez/2016.

**Análise crítica:**

A reposição do quadro de servidores do IBGE vem sendo apontado como o maior desafio da área de recursos humanos da Instituição nos últimos cinco anos. Uma grande parte das agências se encontra em situação extremamente preocupante, pois faltam servidores para a execução de atividades básicas. A grande maioria dos servidores ingressou na Instituição na década de 1980 e, atualmente, completam seu tempo de serviço e podem solicitar aposentadoria. Em dezembro de 2015, 34% do quadro já recebe abono de permanência.

O número de servidores que tiveram aposentadoria concedida tem aumentado. Entretanto, a partir de 2018, cerca de 50% do quadro já receberá abono de permanência e poderá solicitar sua saída da ativa imediatamente. De toda forma, trata-se de números bastante elevados para a realidade do IBGE.

A Instituição conta com aproximadamente 100 servidores cedidos. Apesar de ser um número elevado, este não é capaz de solucionar a questão, que merece atenção especial por parte das instâncias de decisão no sentido de avaliar criteriosamente a necessidade de autorização para realização de novos concursos.

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 19 - Demonstrativo das Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	345.602.284,71	12.919.228,30	300.510.904,72	20.099.425,55	47.163.323,08	2.412.387,53	9.054.511,79	4.696.433,33	754.013,98
	2015	357.776.772,19	12.512.840,30	309.876.127,37	21.850.138,57	41.568.700,62	620.238,87	9.243.081,95	227.832,25	900.454,42
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016	74.047.147,93	328.504,06	4.422.390,77	1.361.319,84	40.145.853,59	2.429.893,98	3.155,82	49.661,43	0
	2015	72.966.522,47	332.853,00	3.409.802,44	1.335.112,04	34.743.847,22	1.058.471,91	5.814,69	1.115,29	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	642.996,10	0,00	33.311,47	15.519,92	78.241,44	0,00	1.608,18	0,00	0,00
	2015	558.817,60	0,00	26.085,53	18.279,26	47.292,32	0,00	1.770,74	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	6.820.780,61	0,00	5.497.873,82	359.881,26	535.041,74	29.238,43	664,35	300.062,29	32.772,00
	2015	4.852.805,41	0,00	3.870.095,12	281.910,19	387.875,74	4.934,00	0,00	6.029,26	32.772,00
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016	73.404.151,83	0,00	4.379.322,52	1.336.900,32	40.060.657,15	2.429.893,98	0,00	49.661,43	0,00
	2015	72.407.704,87	0,00	3.366.335,17	1.301.106,47	34.691.988,90	1.058.471,91	0,00	1.115,29	0,00

Fonte: Sistema de Dados Administrativos – SDA – acesso em jan/2017 e fita espelho do SIAPE.



4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Conforme mencionado, nossas atividades encontram-se severamente ameaçadas face à situação atual do quadro de pessoal permanente, a qual sugere fortemente que, na ausência de autorização de novos concursos para a incorporação de novos quadros, estaremos sujeitos ao não cumprimento de nosso programa de trabalho, à ocorrência de erros nos resultados divulgados, a riscos concretos de cortes nas pesquisas e à perda de precisão e agilidade na coleta e disseminação dos dados. Nesse contexto, os avanços institucionais e técnicos alcançados até aqui, como também a credibilidade institucional, podem ficar profundamente prejudicados.

Ressaltamos novamente que o longo período sem contratação de pessoal entre 1985 e 2001 fez com que por 17 anos praticamente não houvesse entrada de novos servidores. Vale notar também que, como as maiores entradas ocorreram no início dos anos 80, estes servidores estão atingindo o seu tempo de serviço necessário para requerer a aposentadoria a qualquer momento. Atualmente, quase 35% do quadro do IBGE já tem condições de solicitar aposentadoria imediatamente. Este risco tem se potencializado com as notícias acerca da mudança nas regras previdenciárias, que tende a agilizar a saída desta força de trabalho.

As limitações de recursos humanos já têm, há algum tempo, reduzido a capacidade institucional de entregar no tempo devido produtos de grande relevância para as políticas públicas. Tome-se como exemplo a revisão do Sistema de Contas Nacionais que demorou três anos para o início de sua divulgação, quando o país poderia dispor, em tempo bem menor, dessas informações tão relevantes para o acompanhamento da política econômica. Adicionalmente, a falta de pessoal impediu que o IBGE pudesse manter, em paralelo, a divulgação dos dados definitivos do sistema então vigente.

A mudança tecnológica ocorrida nos anos 90, a generalização do uso da microinformática, a descentralização de parte das atividades de apuração, a introdução da automação nos processos de trabalho e a utilização maior de mão de obra temporária permitiram que, mesmo reduzindo o seu quadro de pessoal permanente, o IBGE mantivesse e ampliasse o seu programa de trabalho, o que não é mais possível em função do alto número de servidores que estão deixando o quadro ativo da Instituição.

Outro ponto relevante a ser destacado é a necessidade de revisão da carreira do IBGE para garantir uma retribuição aos servidores condizente com suas qualificações



e produtos entregues, bem como torná-la similar à de órgãos com atividades de mesma complexidade. A Direção do IBGE construiu, junto à representação sindical dos servidores do órgão, uma proposta de nova carreira em 2015. Esta proposta foi submetida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2015, tanto pela Direção quanto pelo Sindicato que representa os servidores do IBGE. Atualmente, há o compromisso do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para que se construa um estudo imediato para a implementação da nova carreira. Agilizar esta implementação é fundamental para a retenção dos quadros de pessoal.

Nesse contexto, a política de capacitação e treinamento do pessoal torna-se imprescindível para minimizar os riscos decorrentes da redução da força de trabalho.

As ações de treinamento e capacitação dos servidores no ano de 2016 atingiram o resultado de 6747 concluintes de cursos e/ou participantes de ações de capacitação nas modalidades presencial, à distância e híbrida.

Foram realizados 36 eventos de capacitação na modalidade presencial, destacando-se o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP), um evento de suma importância para todos os servidores da Instituição, por capacitar o servidor-aluno na prática da pesquisa, o que reverte naturalmente para as atividades pertinentes à missão institucional do IBGE. Destacam-se também os cursos realizados em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Escola de Administração Fazendária na modalidade presencial, iniciativas que buscam a eficácia das ações de capacitação em todo o Governo Federal.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade à distância, vale mencionar que estes se destinaram principalmente aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo Instituto. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilita aos servidores o recebimento homogêneo de instruções para a coleta de dados, bem como uma diminuição dos custos relativos às ações de treinamento, alcançando toda a rede de coleta. Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 5182 servidores, com destaque para o Treinamento das Pesquisas Econômicas (1.663 concluintes), Atualização do Setor (774 concluintes) e Base Territorial (600 concluintes). Também se destaca o Curso de Suprimento de Fundos (1193 concluintes) e o lançamento do novo curso transversal na modalidade EAD, Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, que capacitou 189 servidores.

Em paralelo às modalidades presencial e à distância, destaca-se a experiência de capacitação na modalidade híbrida com o lançamento do produto Seminários em Rede.



Foram dois temas principais de seminários, gestão e ensino, que se estruturaram em quatro palestras e uma estação ativa de trabalho. Nessas estações de trabalho, os participantes puderam participar ativamente com sugestões de questões e com a contribuição de ideias e pesquisas nos temas. Além dessas duas redes temáticas, foi inaugurado o tema da segurança da informação com um seminário. Portanto, a área realizou um total de nove seminários e duas estações de trabalho. Esses eventos capacitaram 945 pessoas, que se distribuíram nas diversas Unidades Estaduais e Agências do IBGE, além da Administração Central.

Do ponto de vista das iniciativas de suporte a esses produtos, o IBGE lançou uma nova proposta de Levantamento de Necessidades, apostando no maior envolvimento das chefias e servidores no planejamento da capacitação na Instituição. Essa iniciativa, contribuiu ativamente na elaboração da Política de Capacitação do IBGE e no avanço de estudos sobre novos formatos e tecnologias de capacitação, definições e referências da área. Além disso, conseguiu com muito esforço e organização de seus recursos pedagógicos, tornar público o catálogo de eventos de capacitação já existentes, com dados sistematizados sobre objetivo pedagógico, conteúdo programático, carga horária, modalidade de ensino e área de conhecimento.

As dificuldades no ano de 2016 foram essencialmente orçamentárias, que foram contornadas com as parcerias pela Rede de Escolas de Governo e o estabelecimento de novas parcerias como aquela estabelecida com a Universidade Federal de Uberlândia para troca de vagas. Houve também uma dificuldade de atraso no processo de licitação para a aquisição da capacitação *Media Training*, que saiu em dezembro de 2016, não permitindo a execução ainda este ano como planejado. Essa capacitação ficou prevista para ocorrer em janeiro e fevereiro de 2017. Para contornar as dificuldades referentes à execução do plano de capacitação, o IBGE lança a nova Metodologia de Levantamento de Necessidades de Capacitação a fim de remediar os problemas, como mencionado acima.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

A política de contratação de estagiários no IBGE tem o objetivo de oferecer a oportunidade de capacitação e qualificação profissional de estudantes em áreas nas quais eles possam, além de aprender, auxiliar os trabalhos de alguma forma. Considerando as especificidades dos trabalhos realizados na Instituição, a presença dos estagiários é muito mais forte nas áreas meio do que nas áreas fim.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos estagiários por nível superior e nível médio, separados em áreas fim ou áreas meio, com a evolução destes números pelos trimestres de 2015. A última coluna apresenta a despesa no exercício.

Quadro 20 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágios Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1 . Nível Superior	393	424	417	419	806.321,18
1.1 Área Fim	303	326	321	320	618.097,59
1.2 Área Meio	90	98	96	99	188.223,59
2. Nível Médio	150	178	191	180	226.199,35
2.1 Área Fim	82	96	102	97	121.856,42
2.2 Área Meio	68	82	89	83	104.342,93
3. Total (1 + 2)	543	602	608	599	1.032.520,53

Fonte: Sistema de Dados Administrativos IBGE, acesso em jan /2017.

O IBGE possui uma área específica para a seleção e o acompanhamento dos estagiários. Todos possuem a supervisão prevista em Lei e muitos participam de treinamentos e ações para seu desenvolvimento. O planejamento do quadro de estagiários é realizado por cada uma das áreas do IBGE e consolidado pelo RH com um ano de antecedência.

Por fim, vale ressaltar que todos os estagiários são avaliados semestralmente e, caso não atendam às necessidades e aos padrões estabelecidos por cada uma das áreas, são capacitados ou, em último caso, têm seu contrato de bolsa encerrado.

No Anexo 3 encontra-se a relação dos contratos de serviços de pessoal de apoio à Unidade.



4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículo é a IN do MP nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como normativos internos relacionados à referida IN, são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- Ordem de Serviço nº 4, de 25 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para registro de ocorrência de condutores autorizados a conduzir veículos oficiais ou a serviços do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 6, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos para controle de utilização de veículos oficiais em todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 7, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos para solicitação automatizada de veículos oficiais, próprios ou alugados, por todos os usuários lotados na Administração Central e nas Unidades Estaduais do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 1, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por multa de infração de trânsito e respectivo ressarcimento ao erário;
- Ordem de Serviço nº 2, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por acidente de trânsito visando à reparação do veículo e ressarcimento de danos.

Por conta dos levantamentos e estudos que são realizados em todo o país, é imprescindível que o IBGE possua uma frota de veículos própria, capaz de viabilizar a realização da coleta de dados – que constitui parte crítica na logística de suas atividades fim – e, conseqüentemente, a tempestividade na divulgação dos resultados.

Ainda que o Instituto não detenha um estudo que avalie as implicações de eventual escolha pela terceirização integral da frota, sazonalmente são realizadas locações para suprir demandas de coleta de dados pontuais em zonas urbanas e rurais, que extrapolam a capacidade de atendimento pela frota de veículos própria.

Não obstante a frota de veículos próprios ainda não ser a ideal para as atividades inerentes ao órgão, optou-se pela aquisição, em razão do alto custo dos gastos com locação, cuja média mensal de preços praticados no mercado é da ordem de R\$1.500,00.

Com relação à composição da frota, trata-se de um universo de 1.449 veículos, dos quais 1.118 são a álcool, 36 a gasolina e 295 a diesel. A média anual de quilômetros rodados, por tipo de combustível, está apresentada no Quadro 21, conforme distribuição na Sede e nas Unidades Estaduais do IBGE.

Quadro 21 - Média Anual de Quilômetros Rodados por Tipo de Combustível nas Unidades do IBGE

Unidade	Álcool			Gasolina			Diesel		
	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.
Sede	53	617.134	11.644	0	0	0	19	231.436	12.181
AC	10	113.323	11.332	0	0	0	7	404.123	57.732
AL	23	412.832	17.949	0	0	0	7	430.353	61.479
AM	13	357.936	27.534	0	0	0	8	172.176	21.522
AP	9	25.880	2.876	0	0	0	8	179.058	22.382
BA	78	1.300.695	16.676	2	0	0	23	500.494	21.761
CE	27	1.341.952	49.702	0	0	0	16	861.128	53.821
DF	19	252.698	13.300	2	8.585	4.293	19	263.636	13.876
ES	22	902.365	41.017	0	0	0	3	84.188	28.063
GO	41	1.260.635	30.747	0	0	0	17	879.693	51.747
MA	24	547.554	22.815	0	0	0	8	241.300	30.163
MG	149	2.840.975	19.067	1	12.802	12.802	12	335.521	27.960
MS	14	178.009	12.715	1	14.468	14.468	12	499.497	41.625
MT	20	394.246	19.712	0	0	0	13	647.098	49.777
PA	30	456.860	15.229	0	0	0	21	347.641	16.554
PB	21	430.989	20.523	0	0	0	5	225.412	45.082
PE	39	1.504.327	38.572	0	0	0	9	264.503	29.389
PI	28	1.316.175	47.006	0	0	0	6	788.688	131.448
PR	72	1.359.881	18.887	10	40.724	4.072	9	165.798	18.422
RJ	49	625.221	12.760	0	0	0	8	39.333	4.917
RN	18	333.356	18.520	0	0	0	5	141.303	28.261
RO	10	446.837	44.684	0	0	0	7	650.381	92.912
RR	13	134.455	10.343	0	0	0	8	243.915	30.489
RS	62	1.135.862	18.320	9	241.278	26.809	9	333.049	37.005
SC	52	1.661.741	31.957	6	58.300	9.717	13	364.939	28.072
SE	18	223.317	12.407	0	0	0	5	131.672	26.334
SP	184	2.762.519	15.014	5	578.199	115.640	10	275.621	27.562
TO	20	738.884	36.944	0	0	0	8	709.847	88.731
Total	1.118	23.676.658	638.250	36	954.356	187.800	295	10.411.803	1.099.265

Fonte: IBGE, 2017.



Em 2016, as despesas associadas à manutenção da frota somaram R\$10,8 milhões, considerando os seguintes tipos de despesas:

Quadro 22 – Despesas com Manutenção da Frota de Veículos

Tipo de Despesa	Valor
Combustível	5.679.711,41
Óleo Lubrificante	161.664,39
Lavagem e Lubrificação	132.500,86
Substituição de Peças	2.779.372,44
Mão de Obra	1.402.355,89
Pneus e Câmaras	231.277,05
Estadia	276.782,38
Outros	75.851,25
Seguro	98.164,11
Total	10.837.679,78

Fonte: IBGE, 2017.

Atualmente, a frota de veículos do IBGE está com a idade média de dez anos. Esse fator, associado ao custo de manutenção, substituição de peças e, sobretudo, à disponibilidade orçamentária, é considerado para a realização do plano de substituição.

Para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o IBGE possui um *Sistema de Veículos* cuja inserção dos dados se dá através dos documentos listados abaixo:

- Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo (MACUV) - tem como finalidade registrar a movimentação mensal de utilização de cada veículo da frota, sendo diariamente, ao final do expediente, transcrito toda a quilometragem do veículo, local de destino, identificação do motorista, abastecimento, manutenção (peças e mão de obra), estadia, seguro obrigatório e outras despesas. Os dados, no final do mês, são lançados no Sistema de Dados Administrativo (SDA)/Veículo, permitindo a emissão de relatórios gerenciais;
- Serviço de Veículo (SEV) - tem como finalidade registrar o condutor do veículo e anotação de cada movimentação (origem e destino), bem como a hora de início de cada movimento e as respectivas quilometragens iniciais e finais. Tais dados, ao final do expediente, são lançados no MACUV;
- Requisição de Veículos (REV) - destina-se a registrar a solicitação de transporte por meio da frota, por servidor, onde estão informados o local de destino e serviço a serem executados pelo solicitante do veículo.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso

A cada inventário realizado anualmente, as Unidades do IBGE indicam o *status* de conservação de cada veículo. A partir daí, é criada uma comissão de avaliação para fins de desfazimento, por meio da venda em leilão público.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Para a realização das atividades de levantamento e estudos, em todo o país, voltados para a produção e a disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, é necessário que o IBGE possua imóveis, para instalação tanto das Unidades Estaduais, quanto das Agências de coleta de dados.

O IBGE possui 66 imóveis próprios, sendo que deste total, cinco estão desocupados por problemas estruturais dos prédios que se encontram sem condições de uso, e dois terrenos, que requerem disponibilidade orçamentária e financeira para construção.

Em 2016, foram gastos R\$1.234.957,67 com reformas em três imóveis, como segue: (i) reforma das copas e banheiro da ala 3 do edifício sede do IBGE, na Avenida Franklin Roosevelt, onde estão situados a Presidência e a Diretoria Executiva; (ii) recuperação da laje do teto, sacada e construção do telhado sobre o acesso de veículos da agência do IBGE em Porto Alegre; (iii) reforma da sede da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

As Legislações que regulam a forma de controle, aquisição e locação de imóveis são:

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 - Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, regulamentado pela Portaria 249, de 13 de junho de 2012.

Como normativos internos são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- Ordem de Serviço nº 3, de 9 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de bens imóveis a serem observados por todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 2, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante convênio de cooperação técnica;



- Ordem de Serviço nº 1, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante cessão;
- Ordem de Serviço nº 6, de 28 de setembro de 2011 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de vagas de garagem e de imóvel para ser utilizado como estacionamento, e devem ser adotados por todas as Unidades Administrativas do IBGE.

Além do sistema *SPlunet*¹, o IBGE possui um sistema institucional “Sistema de Bens Imóveis” para o acompanhamento e controle das locações, uma vez que, por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 584 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma infraestrutura de imóveis visando a coleta de dados imprescindíveis para a realização das suas atividades.

O Quadro 23 apresenta a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União.

Quadro 23 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Localização Geográfica	Exercício 2016
Acre	1
Alagoas	1
Amazonas	1
Bahia	4
Ceará	7
Distrito Federal	2
Espírito Santo	0
Goiás	1
Maranhão	6
Minas Gerais	4
Mato Grosso	3
Mato Grosso do Sul	1
Pará	2
Pernambuco	2
Piauí	1
Paraíba	0
Paraná	1
Rio de Janeiro	16
Rio Grande do Norte	1
Rondônia	1
Roraima	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	1
São Paulo	4
Sergipe	1
Tocantins	3
Total	66

Fonte: *SPlunet*, 2017.

¹ Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União: ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União com o objetivo de manter atualizado e operacional o cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, Unidade Gestora (UG) ou locatários e arrendatários.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

O IBGE não possui nenhum imóvel cedido a terceiro para utilização de espaço físico.

4.2.5 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros

Como política para obtenção de imóveis, por meio de normativos internos, é orientado a todas as Unidades, previamente à opção pela locação de um imóvel, a consulta à Gerência Regional de Patrimônio da União, ao governo estadual, prefeituras locais e outros órgãos públicos, quando for o caso, acerca da disponibilidade de imóveis para cessão. Desse resultado conseguiu-se um total de 215 imóveis cedidos. No entanto, em virtude da crise econômica que atravessa o país, alguns convênios foram descontinuados e, por consequência, substituídos por locações perfazendo um total de 366 imóveis, em todo o território nacional.

O Quadro 24 apresenta a distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros.

Quadro 24 - Distribuição Geográfica dos Imóveis Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Exercício 2016
Acre	3
Alagoas	5
Amazonas	6
Amapá	1
Bahia	34
Ceará	6
Distrito Federal	5
Espírito Santo	6
Goiás	20
Maranhão	16
Minas Gerais	36
Mato Grosso do Sul	9
Mato Grosso	7
Pará	10
Paraíba	9
Pernambuco	13
Piauí	11
Paraná	31
Rio de Janeiro	22
Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	44
Rondônia	5
Santa Catarina	23
Sergipe	6
São Paulo	26
Tocantins	7
Total	366

Fonte: SDA, Sistema de Imóveis/IBGE.



4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

A Diretoria de Informática (DI), de acordo com a Resolução do Conselho Diretor nº 23 de 19 de setembro de 2016, é responsável pela administração dos recursos de Informática e pelo gerenciamento do processo permanente de prospecção, absorção e disponibilização de novas tecnologias, bem como pela administração do acervo de dados do IBGE, atividades estratégicas para o cumprimento da missão institucional. A DI e o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) orientam a utilização dessas tecnologias nas atividades de produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, estabelecendo uma linguagem comum às unidades do IBGE e outros órgãos governamentais. Além disso, a Diretoria de Informática presta assistência específica às diferentes áreas setoriais, desenvolvendo programas e sistemas customizados, segundo as demandas e necessidades.

Em dezembro de 2016, a força de trabalho desta Diretoria apresentava 256 servidores efetivos e 41 estagiários. Cabe destacar que não existem funcionários de TI de outros órgãos, bem como, funcionários terceirizados prestando serviços de TI.

O órgão tem passado por uma grande perda de funcionários efetivos, principalmente em decorrência de aposentadorias, minimizada parcialmente pela entrada de novos servidores no último trimestre do ano. Este fato tem sobrecarregado os servidores presentes em suas tarefas diárias e impactando na disponibilidade para realização de treinamentos mais efetivos. Observa-se que no período de 2016, três servidores realizaram mestrado com duas conclusões de curso e um servidor encontra-se realizando doutorado em Ciência da Informação.

Quanto ao gerenciamento de serviços TIC implementados na unidade, destacam-se:

- O gerenciamento de serviços de TIC relativo a solicitações dos usuários internos quanto à requisição e incidentes são centralizados em uma única Central de Atendimento (GLPI²), com os seguintes requisitos: Possuir uma ferramenta *Web* única, flexível para a necessidade da organização e facilmente acessado por todos os colaboradores; possuir um fluxo único de atendimento; dados *online* auxiliando desde o usuário até os níveis gerenciais; baixo custo (realizada em *software* livre); níveis de visibilidade de informações entre os Complexos do Rio de Janeiro e Unidades da Federação;

² GLPI é uma aplicação de gestão de serviços e gerenciamento de ativos 100% web. Foi prioritariamente desenvolvida para atender às necessidades de Gestores de TI no gerenciamento de chamados de Helpdesk e transformou-se numa poderosa plataforma de gerenciamento de ativos e serviços, provendo aos gestores informações “on time” de seus recursos físicos e humanos.



- A manutenção do parque computacional através do *Microsoft System Center*. O *Microsoft System Center (Configuration Manager)* tem como função apoiar a área de informática do IBGE a gerenciar e acompanhar sua infraestrutura, composta de estações trabalho, servidores e elementos ativos de rede, juntamente com o desenvolvimento de configurações padrões para os microcomputadores de toda a rede IBGE, a fim de garantir maior segurança para as informações da Instituição. Este sistema permite a administração, a gestão, a criação e distribuição de pacotes de *softwares* segundo autorizações. A utilização do *System Center*, entre outras funções, permite a avaliação da frequência de uso de produtos que estejam instalados no computador de cada funcionário;
- O gerenciamento e monitoração de redes fazendo uso de metodologias e tecnologias que promovem o gerenciamento de rede com base em *software livre*, código fonte aberto, permitindo sua customização e personalização com base no ambiente de rede do IBGE.
- Na área de desenvolvimento ocorre a utilização do *Team Foundation (Microsoft)* e do *Redmine (software livre)*, que permite aos gerentes de projeto e desenvolvedores gerenciar o processo de desenvolvimento da solução, bem como facilitar o processo de colaboração entre os membros da equipe.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos

No final do ano de 2016, o IBGE conseguiu, através de emenda parlamentar, um orçamento específico para investimentos em TIC, o que possibilitou a realização de inúmeras contratações. A justificativa era a quase completa obsolescência do parque instalado, em todo Brasil, pois o mesmo já se encontrava fora de garantia e apresentando problemas que impactam significativamente os trabalhos no IBGE. Com a chegada dos recursos, foram comprados equipamentos *desktops* para os perfis de funcionários administrativos, de funcionários especialistas e de funcionários que lidam com computação de alto desempenho, como serviços de processamento de imagens, desenvolvimento de sistemas e suporte técnico de alta especialização, o que surtirá um efeito bastante positivo nos trabalhos que hoje já são realizados e nos novos projetos da Presidência, como o Censo Agropecuário e até um Censo Penitenciário, que vem sendo discutido com o STF. Além desses *desktops*, o IBGE adquiriu também 5.000 dispositivos móveis de coleta (DMCs), que são celulares de mercado sem várias funções habituais, mas que servem para realizar as pesquisas de campo da Instituição, como as pesquisas do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SINPC) e 1.200 *tablets* para a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que tem grande relevância para as análises econômicas e sociais da população brasileira.



Para questões de segurança da informação, foi adquirido um novo sistema de *firewall*, uma vez que o existente se encontrava em completa obsolescência e alguns recursos para *backup*, como unidades de fita magnética para uso no CPD³ Central do IBGE e outras de menor porte para os CPDs espalhados em cada capital de Estado. Para as agências do IBGE, além dos equipamentos mais novos, foram adquiridas 600 impressoras de pequeno porte, uma vez que as existentes eram provenientes de uma aquisição feita em 2009 e cujo porte era doméstico, não atendendo plenamente as novas necessidades. O IBGE também fez algumas aquisições de *software*, como o contrato Microsoft EA e de produtos IBM, como o TSM, *Lotus Notes*, *AntiSpam*, *Qradar* e *APPScan*, todos já em uso no IBGE mas com necessidade de atualização de versões. Para armazenamento, além de um *upgrade* na capacidade de alguns equipamentos de *Storage*⁴ já existentes, o IBGE adquiriu 6 servidores NAS de 90 TB cada e irá proceder uma distribuição dos mesmos levando-se em consideração a carga de trabalho de cada área existente na Instituição. Outras aquisições foram realizadas e outras deverão ocorrer em 2017, caso haja recursos para tal.

Dentre as Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade, observa-se:

- Gerenciamento e Monitoração de Redes - Uso de metodologias/tecnologias que promovem o gerenciamento de rede com base em softwares livre, código fonte aberto, permitindo sua customização e personalização com base no ambiente de rede do IBGE;
- Em andamento, para 2017, o Projeto de Aquisição para Ativos de Redes - *Switches* L3 (*Switches* de núcleo para as Unidades Estaduais) - Planejamento via processo de aquisição, em detrimento ao contrato de prestação de serviço para estes tipos de ativos de redes;
- Previsão para 2017 sobre o Projeto de publicação de ASn (Sistema Autônomo) - Planejamento via processo para contratação de provedores de acesso à internet para transporte e publicação do ASn do IBGE, dando independência dos blocos de endereços IP públicos utilizados no IBGE.

³ Central de Processamento de Dados.

⁴ Dispositivo projetado especificamente para armazenamento de dados, onde através de uma conexão via rede, você pode conectar seu(s) servidor(es) à ele, facilitando assim a expansão da capacidade de armazenamento sem impacto na produção, garantindo maior flexibilidade e confiabilidade no armazenamento.



4.3.1 Principais sistemas de informações

Dentre os inúmeros sistemas desenvolvidos e utilizados pela Instituição, temos:

Para a área de **Pesquisa Estatística**:

- Para as pesquisas estatísticas conjunturais: Abate, Couro, Leite, POG, Estoq, LSPA, PIM PF, IPP Industria Extrativa e de Transformação, PNAD Contínua, PMS, PMC, SINAPI e SINPC;
- Para as pesquisas estatísticas Estruturais Econômicas, os sistemas são: PPM, PEVS, PAM, SIMCAD, PAIC, PIA Empresa, PIA Produto, PAC e PAS;
- Para as pesquisas estatísticas Estruturais Sociodemográficas, temos os sistemas: Registro Civil, AMS, PNSB, Munic e Estadiv.
- Para novos projetos estatísticos, temos: Ampliação do SNIPC, Censo Demográfico 2020, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), POF, Censo Agropecuário 2017 e SNPA.

Para a área de **Geociências**:

- Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária – A Geografia do Café- 2015;
- Mapeamento de Recursos Naturais – 101 folhas (escala 1:250.000) nos temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia – 2007 e Vegetação – 2010;
- Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra no Brasil 2014;
- Mapa Político do Brasil, escala 1:5.000.000 – versão 2016.

Para a área de **Disseminação de Informações**:

- Página Institucional;
- IBGE Teen – Disseminação de informações para o público adolescente;
- IBGE 7 a 12 – Disseminação de informações para o público infantil;
- SIDRA-2 (Sistema de Informações para Dados Agregados), lançado em dezembro de 2016 e BME (Banco Multidimensional de Estatísticas).

Para a área **Administrativa e Educacional**:

- Processos Automatizados – Acidente de Trânsito, Ausência para Doação de Sangue, Ausência por Casamento, Ausência por Falecimento de Pessoa da Família, Autorização para Dirigir Viaturas Oficiais, Certidão de Nada Consta, Comprovação de Escolaridade dos Dependentes, Designação de Gestores de Contratos, Designação de Operador de Documentos Fiscais, Expedição de Materiais (Solicitação), Fiscalização de Contratos, Indenização de Trabalho



no Campo, Contestação de GRU para Telefonia, Licenças Paternidade e Capacitação, Manutenção Predial, Participação em Evento de Curta Duração, Requisição de Veículos, Ressarcimento de Plano de Saúde e Odontológico;

- Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência;
- Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta;
- SDA – Sistema de Dados Administrativos;
- Escola Virtual;
- Sistema de Gestão de Alunos;
- Central de Atendimento.

Dentre os sistemas desenvolvidos na Instituição para as áreas finalísticas, destacam-se:

- **Produto: Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária – A Geografia do Café – 2015**

Responsável área de Negócio: Cláudio Stenner

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Com o lançamento de A Geografia do Café, o IBGE traz a público os primeiros resultados do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, que tem por objetivo acompanhar o deslocamento espacial e revelar a geografia contemporânea dos principais produtos desse importante segmento econômico. Para tal, foram selecionados aqueles que, ao longo do tempo, alcançaram uma expressão relevante na estruturação do espaço rural brasileiro, como é o caso do café, cuja importância histórica, tanto economicamente, quanto no que diz respeito ao povoamento do território brasileiro, o credencia para inaugurar essa divulgação.

Contemplando segmentos construtores do processo de expansão da fronteira agrícola e da própria identidade nacional, os próximos volumes terão como foco os seguintes segmentos: a geografia da cana-de-açúcar, em 2017; a distribuição espacial da produção alimentar do arroz, do feijão e da mandioca; a distribuição espacial da produção alimentar da soja e do milho; e, finalmente, a pecuária bovina, suína e a avicultura. Eles compõem, inicialmente, a sequência anual de divulgação do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, que se compromete a acompanhar a evolução espaço-temporal desses segmentos a cada cinco anos.

Principais funcionalidades: Aplicação *Web* para navegação interativa pelos mapas; alterar escala de visualização; ver e exportar tabela de dados; exportar arquivos (pdf, shapefile, png, csv, kml); incluir temas de outras fontes; ver metadados dos mapas e dos temas do mapa; personalizar o mapa.

- **Produto: Mapeamento de Recursos Naturais - 101 folhas (escala 1:250.000) nos temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia – 2007 e Vegetação – 2010**

Responsável área de Negócio: David Montero Dias

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Compatibilização e atualização das informações temáticas integrantes do Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL. As atualizações foram feitas utilizando-se imagens atuais de sensores orbitais, em especial o LANDSAT, informações originadas em fontes bibliográficas recentes, incorporação de estudos realizados por outras instituições e trabalhos de campo. Todas as cartas temáticas vêm acompanhadas de um Texto Explicativo. As informações gráficas e alfanuméricas que compõem as cartas estão estruturadas em um banco de dados para serem utilizadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Principais funcionalidades: Geração de insumos para composição das informações temáticas.

- **Produto: Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra no Brasil 2014**

Responsável área de Negócio: David Montero Dias

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Fazer o levantamento das alterações na dinâmica das formas de ocupação e de organização do espaço, em termos de sua utilização, a cada 2 (dois) anos. Instrumento de suporte e orientação às ações gerenciais relacionadas à manutenção e ao monitoramento da qualidade e da sustentabilidade ambientais da Terra.

Principais funcionalidades: Carga dos insumos Cobertura e Uso da Terra; Discretização dos insumos na Grade de Referência Estatística do IBGE (GRE) de 1 km²; Cálculo dos processos de mudanças ocorridos entre dois anos, detectando e permitindo a correção de eventuais pendências; Geração dos relatórios de contas físicas da terra e dos processos de mudança ocorridos.

- **Produto: Mapa Político do Brasil, escala 1:5:000.000 – versão 2016**

Responsável área de Negócio: Miriam Mattos da Silva Barbuda

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: É competência constitucional do IBGE manter o registro dos limites da Divisão Político Administrativa do território brasileiro. O conjunto destes limites



acrescido da malha de municípios, feições hidrográficas, pontos extremos, principais localidades pertinentes à escala, sistemas viário e ferroviário e principais edificações formam uma representação cartográfica de todo o território brasileiro.

Principais funcionalidades: Criação de Ordem de Serviço para atualização das malhas; Exportação de dados em formato shape e pdf; Atualização, ao longo do tempo, das informações sobre Criação, Instalação, Proveniência e Alterações de Denominações para as diferentes Unidades Territoriais (UF, Mesorregião, Microrregião, Município, Distrito, Subdistrito, Bairro, dentre outros).

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física PIM- PF Brasil**

Responsável área de Negócio: Flávio Renato Keim Magheli

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Produz indicadores de produção física com o objetivo de fornecer, mensalmente, uma estimativa do movimento de curto prazo do produto real da indústria, tendo como unidade de coleta os estabelecimentos industriais selecionados. Seus resultados são utilizados na mensuração preliminar da taxa de variação da componente industrial do Produto Interno Bruto.

Principais funcionalidades: Sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal de Comércio - PMC**

Responsável área de Negócio: Vania Maria Carelli Prata

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

Principais funcionalidades: Sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Sistema Nacional de Índices de Preços – (IPCA, INPC, IPCA-Especial e IPCA-15)**

Responsável área de Negócio: Eulina Nunes

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). O período de coleta do INPC e do IPCA estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência. A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e cinco salários-mínimos, cuja pessoa de referência é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões; a do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. Também são produzidos indexadores com objetivos específicos, como é o caso atualmente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). A partir do mês de maio de 2000, passou a disponibilizar através da internet o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15).

Principais funcionalidades: Sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI**

Responsável área de Negócio: Eulina Nunes

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Efetua a produção de custos e índices da construção civil, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil, para o setor habitação, o setor de saneamento e infraestrutura. Tem como unidade de coleta os fornecedores de materiais de construção e empresas construtoras do setor. O Sistema é produzido em convênio com a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Para os dados sobre saneamento e infraestrutura estão disponíveis somente os relativos a preços.

Principais funcionalidades: Sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de



análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**

Responsável área de Negócio: Cimar Azeredo Pereira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: É uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, planejada para atender a diversos propósitos. Visa produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. A PNAD Contínua segue um esquema de rotação de domicílios. Isso significa que cada domicílio selecionado será entrevistado cinco vezes, uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres consecutivos.

Principais funcionalidades: Sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Estatísticas do Registro Civil**

Responsável área de Negócio: Barbara Cobo Soares

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: Alta

Objetivos: Fornece informações sobre as estatísticas vitais, relativamente aos nascidos vivos, óbitos e óbitos fetais, e de casamentos, incluindo análises regionais e locais, bem como informações sobre pedidos de separações judiciais e divórcios apreciados em primeira instância e encerrados por sentença concessória ou denegatória. As estatísticas vitais e casamentos têm como unidade de coleta os cartórios de registro civil e as estatísticas sobre as separações judiciais e divórcios, as varas de família, foros ou varas cíveis.

Principais funcionalidades: Sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de TI

O ano de 2016 foi um tanto complexo para a Instituição e para o próprio país. Particularmente no IBGE, ocorreu uma mudança na Diretoria de Informática em meados de abril e, em seguida, uma mudança na Presidência do IBGE. Tais alterações resultaram em um atraso no Planejamento Estratégico do IBGE, que se esgotou em janeiro de 2016, e o mesmo ainda não pode ter sido concluído, apesar dos esforços da Diretoria Executiva e das equipes que compuseram as inúmeras oficinas de trabalho e discussões com todo corpo do IBGE.

Diante do ocorrido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (PDTI 2016-2017) encontra-se em fase de finalização. O PDTI 2016-2017 retrata, no primeiro momento, o Planejamento Estratégico de 2012-2015, até que se tenha o novo documento que abarcará os anos de 2016 a 2020.

O PDTI, que prevê a atualização anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (PDTI), em 2016, foi devidamente discutido no Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (CTIC), tendo como um dos princípios norteadores do mesmo o alinhamento dos objetivos institucionais de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) às estratégias e metas da Instituição, de maneira inteligente, cooperativa e menos onerosa aos cofres públicos.

Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização do PDTI segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

Em razão da necessidade de atendimento às exigências legais dos órgãos reguladores do Governo Federal, foram elaborados, em 2013, os documentos Estratégia Geral de Tecnologias da Informação para 2013-2015 (EGTI 2013-2015), que traz os objetivos estratégicos da área de TI na Instituição para o período considerado, e encontra-se disponibilizado, tanto na intranet quanto no portal do IBGE na internet, para consulta pública. Cabe destacar que, a partir da publicação do novo Planejamento Estratégico do IBGE para 2016-2020, teremos uma nova EGTI 2016-2020.

Para a elaboração do PDTI, referente ao período de julho de 2016 a junho de 2017, todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE foram consultadas quanto às suas demandas de TIC. O referido documento contém uma relação dos respectivos pedidos



de investimentos classificados pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (CTIC) como aderentes às políticas da Instituição nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos. Há um esforço concentrado da Direção do IBGE na construção do Planejamento Estratégico 2016-2020 e o consequente desenvolvimento do EGTI para 2016-2020 com plena aderência ao primeiro.

O CTIC, que tem o objetivo de reunir competências para elaboração e gestão permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, é formado por: 3 (três) representantes da Diretoria de Informática (DI), sendo 1 (um) deles o Diretor de Informática que exercerá a Presidência do Comitê e o outro a Secretaria-Executiva; 2 (dois) representantes da Diretoria-Executiva (DE); 2 (dois) representantes da Diretoria de Pesquisas (DPE); 2 (dois) representantes da Diretoria de Geociências (DGC); 2 (dois) representantes do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI); 1 (um) representante da Coordenação Operacional de Censos (COC); 1 (um) representante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE); 1 (um) representante do Gabinete da Presidência (GPR).

Cabe destacar que o IBGE obteve menções muito honrosas nos dois últimos levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU, tendo, em dezembro de 2014, sido classificado no grau máximo, correspondente ao nível de capacidade “aprimorado” – um reconhecimento externo de sua gestão nessa área e o 1º lugar em governança de Tecnologias de Informação (TI) dentre as 15 fundações avaliadas segundo o Índice de Governança de TI (iGovTI). Também em fins de 2014, seguindo o Planejamento Estratégico do IBGE, o CTIC obteve aprovação para a Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), o que representa um ganho significativo para a Instituição.

Identificamos no PDTI um instrumento de consulta e de trabalho para todos os funcionários e colaboradores do IBGE no que diz respeito à existência e às tendências institucionais no uso das TICs.

Quanto à periodicidade das reuniões do Comitê, informamos que houve reuniões gerais do CTIC, durante o ano de 2016, tratando fundamentalmente dos seguintes pontos: novo levantamento de necessidades para o PDTI anual, levantamento de demandas das Unidades Estaduais, validação do levantamento, leitura e crítica do PDTI 2015-2016 e, por último, de levantamento e distribuição de cópias de programas adquiridos. Por ser um colegiado, todas as demandas são apresentadas e discutidas, o que o IBGE julga bastante salutar. Além das reuniões formais, o CTIC tem um canal de comunicação ágil através de uma lista de participantes no correio eletrônico, onde

novas legislações, regulamentações e decisões de órgãos externos ou do Conselho Diretor do IBGE são habitualmente disseminadas entre os membros dessa lista.

As últimas versões do PDTI e do EGTI encontram-se disponibilizados no sítio do IBGE, arquivado nos Documentos Institucionais, no seguinte endereço:

http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

As diretrizes institucionais para a sustentabilidade foram planejadas para serem implementadas no trabalho cotidiano de gestores, servidores e demais profissionais, em uma concepção de sensibilização e conscientização, voltadas tanto para a racionalização de gastos públicos quanto para a promoção de mudanças de hábitos e atitudes em prol da sustentabilidade.

As diretrizes e ações relacionadas à sustentabilidade são discutidas e definidas pelo Comitê Gestor da Sustentabilidade (CGS), presidido pelo Diretor Executivo do IBGE e composto por representantes de todas as Diretorias e dois representantes de Unidades Estaduais. As reuniões acontecem no Rio de Janeiro.

Pretende-se que as ações planejadas pelo Comitê Gestor sejam implementadas com o suporte dos Grupos Executivos de Sustentabilidade (GES), formados por servidores que concluíram o curso de capacitação no tema em 2015 e 2016. Em 2016 foi realizada, na modalidade à distância, a quarta turma do curso IBGE Sustentável, com 20 horas de duração. Essa turma foi formada por servidores indicados pelas Unidades Estaduais e foi organizada para que em todos os estados tivéssemos servidores capacitados para fazer parte do Grupo Executivo de Sustentabilidade. Os GES irão atuar de forma integrada, em nível nacional, nas ações que promovam práticas e hábitos de consumo sustentáveis, sendo responsáveis locais pela implementação e monitoramento de ações socioambientais, pelo subsídio de informações para compor a base de dados para o cálculo dos indicadores estabelecidos e pela disseminação estadual da cultura da sustentabilidade, seguindo diretrizes discutidas pelo Comitê Gestor. Em 2016 as iniciativas de sustentabilidade nos Estados foram realizadas de modo pontual e pouco coordenadas. Esperamos que a atuação articulada aconteça a partir de 2017, sob a supervisão do CGS.

Em 2016 cinco áreas prioritárias de atuação foram definidas pelo Comitê Gestor: material de consumo, energia elétrica, água, esgoto e coleta seletiva. Para a priorização



destes temas foram considerados os seguintes critérios: ação ser significativa do ponto de vista ambiental; ter custo viável e ser de fácil implementação; ser de fácil mensuração e ter sido apontada como prioritária pelos participantes das turmas do curso IBGE Sustentável, tendo sido registrados exemplos e iniciativas em andamento.

Algumas ações priorizadas foram: substituição das lâmpadas por modelos mais econômicos (LED) e adoção de lâmpadas com sensor de acendimento automático; uso de impressoras departamentais, configuração das impressoras para impressão frente-verso e monitores no modo economia; redução do uso de copos plásticos; separação e destinação do lixo e descarte de pilhas e baterias; medidas para a eliminação de desperdícios como trocas por torneiras automáticas e válvulas de descargas em dois estágios.

Em 2016, o PLS e suas ações, desdobramentos, documentos de referência, decisões do Comitê Gestor e próximos passos foram publicados e estão disponíveis na intranet da Diretoria-Executiva, no endereço: <http://portal.de.ibge.gov.br/group/ibgede/ibge1>. Uma área de acesso restrito aos participantes dos Grupos Executivos foi criada neste espaço para promoção de fóruns de discussão, visando à cooperação entre as áreas, a troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos entre os integrantes, o que será implementado em 2017.

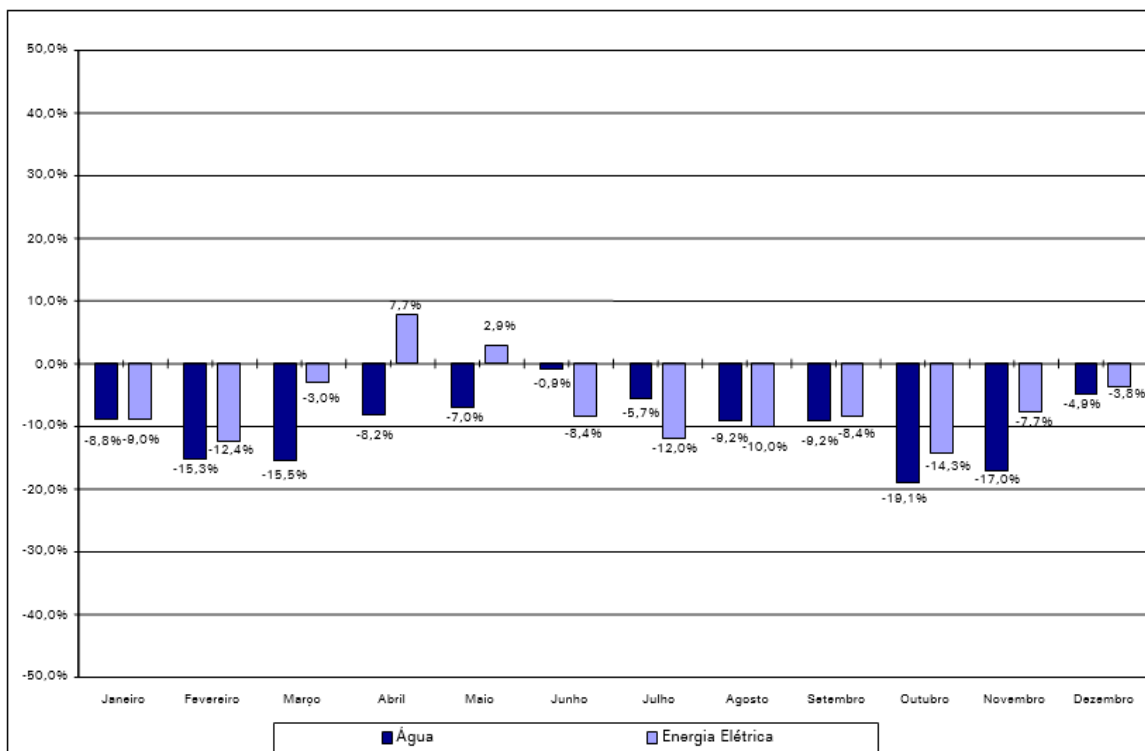
Quanto à coleta seletiva e destinação para associações e cooperativas de catadores, algumas unidades já realizam todo o processo, mas ainda é preciso avançar com relação ao PLS institucional para ter esse modelo implementado em toda a Instituição. Em abril de 2016, por exemplo, na reunião mensal do Fórum Lixo e Cidadania, na sede do Ministério Público do Trabalho em Curitiba, o IBGE foi homenageado pelo cumprimento do Decreto Nº 5.940/2006 que trata da Coleta Seletiva Solidária e pelo apoio das instituições aos catadores de materiais recicláveis e meio ambiente.

O IBGE vem envidando esforços para garantir o monitoramento do consumo, especialmente de água e energia elétrica, em atendimento às orientações ministeriais e, neste caso, alguns resultados já podem ser observados. Após a publicação da Portaria nº 23/2015, que “Estabelece práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água”, há o monitoramento sistemático pelo Ministério do Planejamento quanto à utilização do Sistema Esplanada Sustentável (SisPES).

Nesse sistema são informados mensalmente os dados referentes ao consumo de água e energia elétrica de todas as unidades do IBGE. Esses indicadores permitiram

a comparação dos consumos mês a mês entre os anos de 2015 e 2016. Nessa comparação foi identificada uma redução significativa tanto no consumo de água quanto no consumo de energia elétrica ao longo do ano de 2016, conforme observado no Gráfico 4.

Gráfico 5 – Variação do Consumo Mensal de Água e de Energia Elétrica - IBGE - 2016/2015



Fonte: Sistema de Documentos Fiscais SDF/IBGE.

Cabe ressaltar que o IBGE possui uma estrutura física muito particular, caracterizada por mais de 500 unidades em todo o Brasil. Sua abrangência territorial faz com que a uniformização dos processos de trabalho seja mais complexa, se comparada a outras organizações. Por tal motivo, o PLS ainda tem sido implementado gradativamente na Instituição, cujas ações são planejadas e avaliadas de forma a alcançar o universo de unidades distribuídas em um país com dimensões continentais como o Brasil.

Em 2016 dedicamos esforços à reformulação do Plano Estratégico Institucional 2017-2027. Foi um ano, portanto, dedicado à formulação das estratégias e os respectivos projetos serão iniciados a partir de 2017. No novo Plano Estratégico foi incluído o Objetivo Estratégico: “Promover a cultura da sustentabilidade na Instituição”. A esse Objetivo associa-se o Projeto “IBGE sustentável / Compras



sustentáveis” que tem em seu escopo a revisão do Plano de Logística Sustentável (2017-2019), o início de implementação das ações do novo Plano, a definição da metodologia de análise de indicadores relacionados à sustentabilidade e a divulgação sistemática dos resultados das ações. O Projeto irá gerar como entregas ainda em 2017: PLS revisado e implementado; Projeto IBGE sustentável ampliado, divulgado, com parte das ações implementadas e acompanhadas por meio de indicadores.

Ainda no âmbito do novo Plano Estratégico Institucional, foi definido, também, o Objetivo Estratégico: “Implementar e acompanhar a Política de Recursos Humanos”. As diretrizes da Política de Recursos Humanos do IBGE estão organizadas em grandes áreas, sendo a “Qualidade de vida”, tema integrante do PLS, uma dessas áreas prioritárias. Entre os projetos associados a esse Objetivo Estratégico, destaca-se o Projeto “Qualidade de Vida” que tem como escopo buscar a qualidade de vida no trabalho, por meio da promoção da saúde, da integridade e da segurança no ambiente laboral. Assim, em 2017, com o início do projeto, ações voltadas para a qualidade de vida como o dimensionamento de espaços para atividades físicas; a criação de bicicletário; a realização de ginástica laboral, entre outras, estão previstas e devem ser priorizadas.

O início efetivo dos projetos estratégicos, incluindo a implementação do PLS revisado e o acompanhamento das ações e resultados pelo Comitê Gestor, é intenção para 2017 e espera-se que resulte na mudança gradual de cultura, em maior racionalização dos gastos ordinários (energia elétrica, água, telefone, papel etc.), efetivo combate a pequenos desperdícios e hábitos e práticas institucionais voltadas para a sustentabilidade.

Pretende-se que em 2017 sejam publicados no sítio do IBGE na internet os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas nos projetos e no PLS e sejam apresentadas as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores, contribuindo para que, gradativamente, a conscientização e a mobilização aumentem e as práticas sejam apropriadas e ampliadas por toda a Instituição.

Fazendo uma síntese crítica da atuação do IBGE e aplicação do tema, podemos dizer que ações foram planejadas e implementadas, mas ainda não na velocidade ideal e ainda de forma não homogênea nas Unidades. Foram desenvolvidas iniciativas para reforçar as ações e práticas dispostas no PLS, foram implementadas estratégias e políticas de comunicação e sensibilização para o tema, foram capacitados

servidores de todas as Unidades Estaduais. Contudo, ainda não foi possível instituir processos de rotina e ações coesas e integradas, sistematicamente e sem descontinuidade, nem conseguimos avançar na definição de padrões gerenciais para orientar o funcionamento das práticas propostas. Também as formas de controle e o monitoramento dos indicadores precisam ser revistos e implementados como um processo de trabalho. Assim, sabemos que ainda temos grandes desafios neste tema para clara percepção de mudanças. Indicadores relativos à responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento social precisam ser repensados e os resultados monitorados e estratificados para melhor análise do desempenho das ações, resultados e planos.

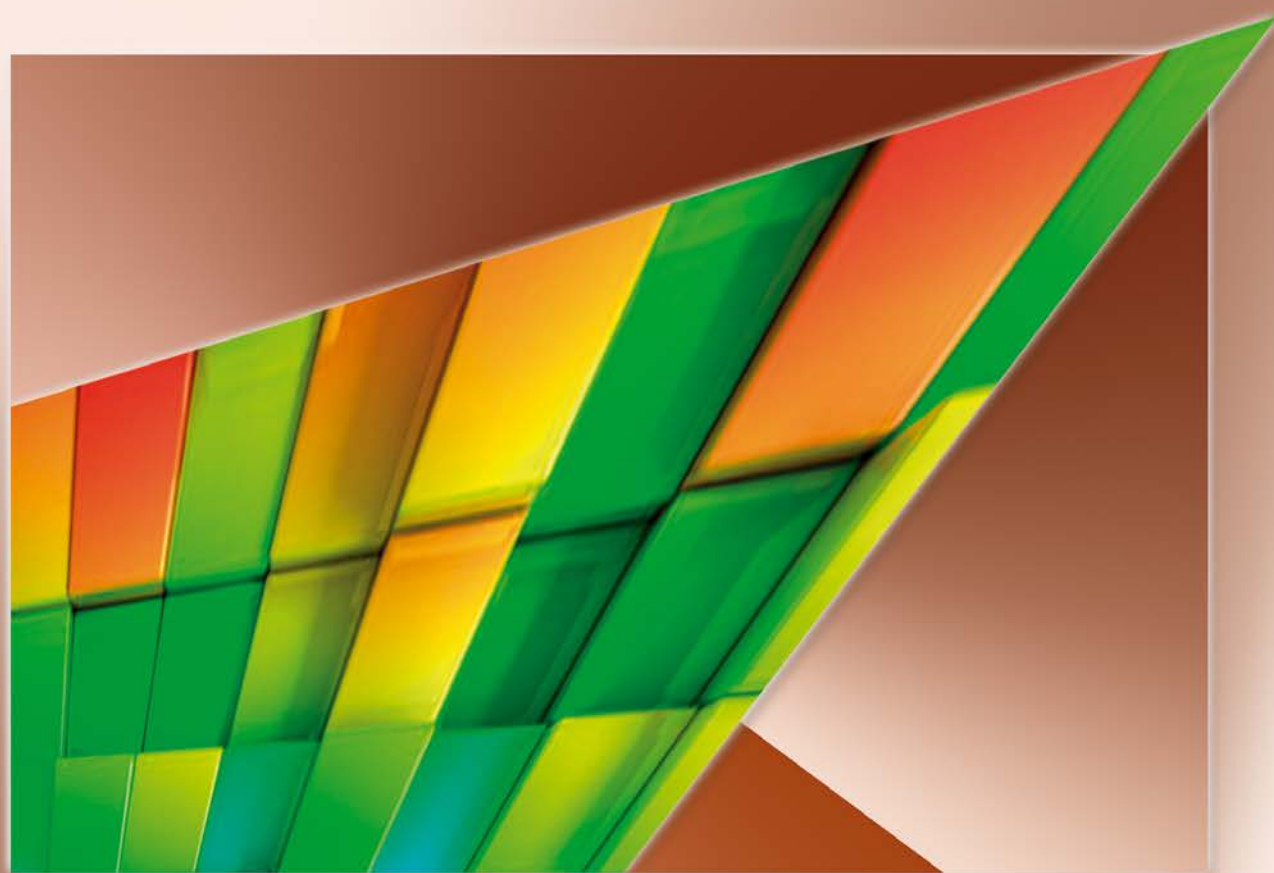
4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.

O IBGE como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário em geral e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificadas nos editais de licitação. Nesse sentido, vem utilizando seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial adotando processos de produção com novos padrões ambientais, sociais e econômicos. Dentre as práticas adotadas destacam-se:

- Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);
- Licitações para aquisições de bens de natureza divisível com cota reservada de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Licitações voltadas exclusivamente para aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade;
- Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;



- Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas: exigindo a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária, FGTS, pagamento de salários, fornecimento de vale-transporte e auxílio alimentação quando cabível, pagamento de 13º salário, entre outros.



5

Relacionamento com a Sociedade



5.1 Canais de Acesso do Cidadão

IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O Instituto oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções:

- Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas;
- Produção de informações estatísticas;
- Produção de informações geocientíficas;
- Produção de informações ambientais;
- Disseminação de informações.

O provimento de informações pelo IBGE é realizado através de suas unidades de disseminação, nas capitais das Unidades Estaduais nos 27 estados e do Distrito Federal, sinalizadas com a logomarca da Instituição, com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como também bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.

Através do portal da Instituição na internet, < www.ibge.gov.br >, o seu principal canal de comunicação, disponibiliza os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas e arquivos para *download* e banco de dados.

Os produtos do Instituto são comercializados nas principais livrarias do país e também na Loja Virtual.

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca.

O IBGE oferece, também, atendimento via *e-mail* ibge@ibge.gov.br, respondendo aos usuários em um prazo padrão de até cinco dias. Informações rápidas são atendidas através de seu *call center* (0800-721-8181), com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral de Disseminação de Informações do IBGE, para posterior resposta ao cidadão.

Em 2016, os acessos de usuários a informações estatísticas e geocientíficas no IBGE foram de 71,4 milhões, aproximadamente. O resultado mostra que o aumento real de

usuários atendidos foi de 19% em relação à meta física reprogramada prevista para o período, efeito esse justificado pelo bem sucedido trabalho do IBGE de atualização permanente do portal do Instituto.

Por fim, para o ano de 2017, estimamos 68 milhões de acessos, antevendo um recuo da ordem de 5%, em relação ao ano de 2016. Esta estimativa está levando em conta o impacto esperado de aceleração inicial branda dos acessos ao portal do IBGE, em função da remodelação que sofrerá o portal no ano de 2017.

5.2 Aferição do grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

O indicador TSU permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

A pesquisa de 2016 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 113,94%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando como resultados taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações relevantes sobre a Atuação da Unidade

Através do Portal do IBGE na internet, <www.ibge.gov.br>, são disponibilizados os resultados das pesquisas do IBGE em páginas dinâmicas e arquivos para download e banco de dados.



No Portal também é dado acesso à informação, em atendimento à Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Ainda, no Portal, em cumprimento à determinação da Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, o IBGE divulga informações contidas nos seus Processos de Contas Anuais.

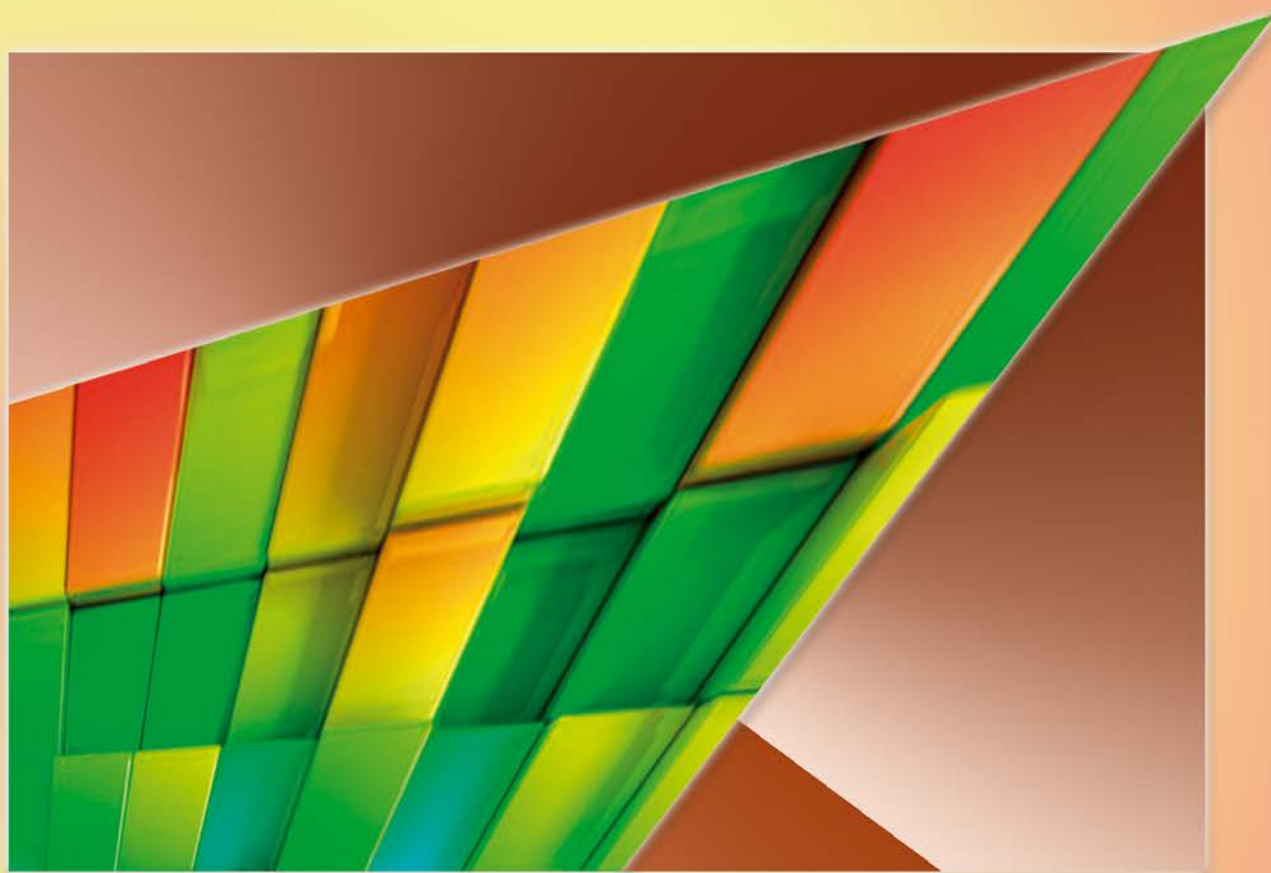
5.4 Medidas para garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Carta do IBGE de Serviços ao Cidadão informa sobre os serviços prestados, as formas de acesso e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O acesso ao conteúdo da Carta é feito através do portal do IBGE na internet em sua página referente à Instituição, Documentos Institucionais, tendo o seguinte endereço direto:

http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/carta_servicos_cidadao.shtml

Por fim, o Instituto, além de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, adota normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, dispensando atendimento prioritário, bem como eliminando barreiras arquitetônicas e nas comunicações e informações.



6

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



6.1 Desempenho Financeiro do Exercício

Analizando o Balanço Financeiro do encerramento do exercício de 2016, verifica-se que o aumento da disponibilidade de caixa durante o exercício foi de 272%, R\$30.802.356,15. Uma das razões para esse grande crescimento foi a realização das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado – Censo Agropecuário 2016. Posteriormente, o referido processo seletivo foi suspenso e, com as devoluções das inscrições, ocorreu a elevação das deduções da receita orçamentária.

A relação entre Recebimentos Orçamentários e Dispendios Orçamentários apresentou um decréscimo em comparação com o ano anterior, pois, apesar do aumento nos Recebimentos, o crescimento de Dispendios foi superior.

As despesas empenhadas no exercício, quando comparadas à 2015, apresentaram um aumento de 10%. Do total empenhado, apenas 3,36% não foi liquidado no ano.

Com relação à inscrição de Restos a Pagar não Processados, verifica-se que houve um aumento significativo no exercício de 2016. Dos valores inscritos, 80,37% são referentes ao grupo “Investimento”. O aumento decorre da aprovação de crédito suplementar no valor de R\$60.768.253,00, sendo R\$10.504.210,00 em “Outras Despesas Correntes” e R\$50.563.743,00 em “Investimento”.

6.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na NBC T 16.9 e na NBC T 16.10, conforme especificado abaixo:

- Em 2011, foram contabilizadas as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens móveis adquiridos a partir de 2010;
- Em 2012, passaram a ser registrados os Ajustes para Perdas de Créditos a Receber e os Ajustes para Perdas em Dívida Ativa. Ambos são atualizados anualmente, no encerramento do exercício, levando em consideração as contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, em comparação com períodos anteriores; e
- Em 2015, foi realizado o registro da Reavaliação dos bens móveis adquiridos antes de 2010 e foi contabilizada a Depreciação.



Com relação à avaliação dos créditos e das dívidas, a Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), em atendimento aos princípios contábeis da Oportunidade, da Competência e da Prudência, por meio da Gerência de Contabilidade (GECON), publicou a Ordem de Serviço nº 01/2016, com base na Nota Técnica GECON nº 01/2016, que trata do registro do ajuste das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa.

A amortização dos bens intangíveis foi de fato registrada no segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de *softwares* com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de Tecnologia da Informação (TI) em função da utilização e da obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autárquica e Fundacional, o método de amortização que deve ser utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

Já o registro da Depreciação, tanto dos bens móveis adquiridos antes de 2010, como aqueles adquiridos após 2010, é feito mensalmente, utilizando-se o método das quotas constantes. Ademais, tanto as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação e do valor residual, bem como a estimativa da vida útil econômica dos bens móveis, estão contidas na macrofunção SIAFI 020330.

Cumprе lembrar que o IBGE detém o Sistema de Dados Administrativos (SDA) que, especificamente no seu módulo de bens móveis, vem sendo aprimorado continuamente, de forma a viabilizar a emissão de relatórios que auxiliem os registros contábeis da depreciação, recalculada mensalmente, considerando as movimentações dos bens.

Por fim, constata-se que o impacto da adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pelo IBGE no exercício de 2016 foi de R\$2.783.358,27.

6.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

No final de 2014, o Conselho Diretor do IBGE deliberou pela adesão ao Sistema de Informações de Custos (SIC) da STN – Secretaria do Tesouro Nacional. A partir de 2015, foi iniciado um trabalho para identificação dos centros de custos,



em consonância com a estrutura organizacional existente, que retratasse o processo produtivo, visando a aferição dos custos inerentes às atividades finalísticas da Fundação.

Em 2016, o IBGE teve o aval e o apoio da STN para adesão ao SIC, independentemente da adesão prévia da Setorial de Custo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).

Foram desenvolvidos estudos sobre o tema durante o ano, além da adaptação dos sistemas administrativos internos do IBGE, de modo a possibilitar a alimentação de dados diretamente dos sistemas integrantes do Governo Federal: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Em 2017, os estudos continuarão a ser desenvolvidos e a apuração de custos nesta Fundação tem previsão de início para este exercício.

6.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Toda execução orçamentária, financeira e patrimonial do IBGE é realizada no SIAFI. Portanto, os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/64 são extraídos inteiramente desse sistema, sem nenhuma possibilidade de confecção manual por este órgão.

As demonstrações contábeis encontram-se no Anexo 4 e suas notas explicativas foram transcritas nos parágrafos abaixo.

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela STN, que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis estão resumidas da seguinte forma:

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado até o quarto trimestre de 2016, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de doações/perdas de Assistentes Pessoais Digitais (PDAs), doações de *smartphones*, baixa de materiais bibliográficos considerados inservíveis e registro de alienações do exercício anterior, feitas somente neste exercício.

Amortização do Ativo Intangível

A amortização dos bens intangíveis foi de fato registrada no segundo semestre de 2016 quando foram feitas as primeiras classificações de *softwares* com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O ajuste contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor – R.CD nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da Diretoria de Geociências (DGC) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 12.311.99.10 – Material de Uso Duradouro (consumo).

As seguintes bibliotecas passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executados na conta 12.311.04.02 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente): Ibegeana, DGC e ENCE.

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) publicou a Nota de Serviço nº 001/2014, de 04 de novembro de 2014, que dá publicidade e regulamenta o uso do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

Os bens bibliográficos caracterizados como Imobilizado ainda não estão sofrendo depreciação. Após análise da situação, foi feito contato com a STN, que, por meio da mensagem SIAFI 2016/0973048, orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse implementada. O IBGE está providenciando essa implementação.

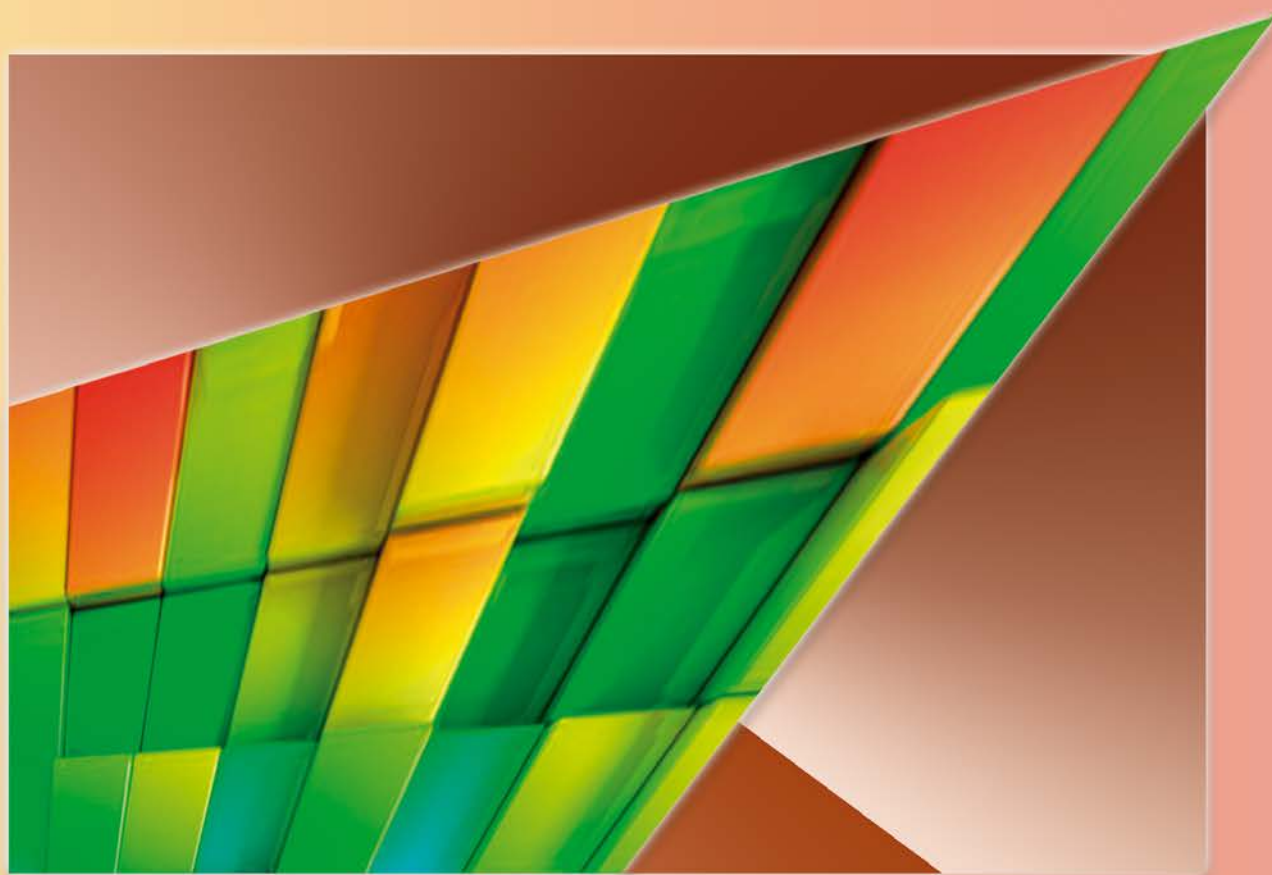
Venda de Publicações

O IBGE, com o seu trabalho nas áreas de geociências e de estatística, produz publicações diversas que são disponibilizadas no seu site para *download* e podem ser vendidas. No entanto, essa rotina de venda ainda não está em



conformidade com os princípios contábeis vigentes e com a nova contabilidade pública nacional, relativos à apuração de resultados. Sendo assim, o IBGE está se organizando para implantar com urgência a adoção dos procedimentos de apropriação de custos para o adequado registro contábil dessa produção, a fim de que seja efetivamente calculado o valor fidedigno dos bens produzidos por esta casa e os eventuais ganhos e perdas com as vendas.

Devido ao exposto acima, atualmente, registramos as transações referentes a publicações na conta 11.511.01.01 – Mercadorias para Venda ou Revenda. Até o momento, não temos como fazer a contabilização correta, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados. Para a realização dessa contabilização, seria necessária a apuração do custo do processo produtivo das publicações.



7

Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle



7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Por meio do Ofício 0527/2016-TCU/SecexEstataisRJ, de 29 de setembro de 2016, Processo TC 026.156/2016-4, o Tribunal de Contas da União (TCU) reportou-se ao Acórdão nº 6160/2016 TCU-1ª Câmara, Sessão de 27/9/2016, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Representação TC 026.156/2016-4, que trata do “não cumprimento da sentença judicial pelo IBGE, prolatada em 7/5/2013, que condenou o Instituto a revisar o benefício da aposentadoria de Nilton Américo dos Santos, parte autora, como pagamento dos valores atrasados não atingidos pela prescrição quinquenal”. O Acórdão, em seu item 1.7.2 determina que o IBGE reporte em seu relatório de gestão anual as providências adotadas em relação à decisão judicial condenatória, bem como as providências adotadas em relação ao seu descumprimento. O IBGE, por sua vez, conforme relatado no Ofício CRH nº 173/2016, de 14/10/2016, endereçado ao TCU, informa que encaminhou à 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, com cópia ao próprio TCU, o Ofício CRH nº 172/16, emitido na mesma data, no qual são detalhados os motivos do não cumprimento da sentença judicial. Os termos desse Ofício CRH nº 172/16 são, em síntese, os seguintes: O IBGE realizou o pagamento dos valores do ano em que a decisão foi implantada, 2014, como “exercícios anteriores”. Para o cálculo dos valores de 2005 a 2013 foram fornecidos todos os subsídios necessários à área responsável pelo cálculo de atrasados da Advocacia Geral da União, qual seja, o Núcleo de Cálculos e Perícias.

Por meio do Ofício 0614/2016-TCU/Seinfra Urbana, de 10 de outubro de 2016, Processo TC 009.281/2015-0, o Tribunal de Contas da União (TCU) reportou-se ao Acórdão nº 1011/2015 TCU-Plenário, pelo qual determinara ao IBGE a realização de ação conjunta com a Caixa Econômica Federal – consubstanciada no item 9.2 do citado Acórdão. Segundo tal item, determinou-se ao IBGE e à CEF, em resumo: a instituição de mecanismo de prevenção de coletas extensivas excepcionais ou não programadas de famílias de insumos (subitem 9.2.1 do citado Acórdão); a revisão do cadastro de insumos do SINAPI (subitem 9.2.2); a realização de processo de cruzamento entre as especificações dos insumos coletados pelo IBGE com as especificações dos insumos divulgados pelo SINAPI (subitem 9.2.3); e a informação sobre as medidas a serem adotadas no prazo de 60 dias (item 9.2.4). Conforme relatado no Ofício IBGE/PR

nº 467, de 14 de julho de 2015, enviado ao TCU, todas as determinações foram atendidas pelo Instituto.

O Tribunal de Contas da União, em continuidade aos trabalhos de monitoramento do cumprimento das determinações acima citadas, solicitou ao IBGE a apresentação das seguintes informações e documentos: (a) Relatório mais recente de insumos pesquisados mensalmente pelo IBGE (representativos) com os preços para o 1º quartil, para o estado de São Paulo; (b) Relatório mais recente de insumos representativos pesquisados mensalmente, acrescido dos insumos representados, que não são objeto de pesquisa mensal, para o estado de São Paulo; (c) Relatório mais recente de serviços com preços de insumos no 1º quartil para o estado de São Paulo; (d) Caso exista alguma dificuldade operacional que possa ser empecilho para o cumprimento do que foi determinado, informações e documentações comprobatórias que permitam avaliar a ocorrência, bem como as possíveis alternativas de solução; (e) Explicação e documentação comprobatória referente ao fato de os últimos relatórios de insumos extraídos do SIPCI possuírem coincidência de valores dos quartis e da mediana para todos os elementos, inclusive os representantes; (f) Documentação comprobatória da execução da última análise de identificação de atipicidade de preços de insumos bem como da realização da última coleta extensiva excepcional ou não programada; (g) Último relatório crítico de insumos encaminhado pelo IBGE à CEF; (h) Documentação comprobatória do último processo de cruzamento entre especificações, especialmente o relatório encaminhado pela CEF ao IBGE.

Todas as solicitações foram atendidas pelo IBGE, por meio dos anexos constantes do Ofício IBGE/PR nº 778, enviado ao TCU em 4 de novembro de 2016. Houve, porém, as seguintes ressalvas: para a solicitação “a”, registrou-se que o IBGE estava impedido de fornecer o citado quartil, pois, dessa forma, era possível identificar o informante. Além disso, os quartis somente têm significado como estatísticas auxiliares e quando interpretados de forma adequada. Assim, para proteger a integridade, a reputação e a credibilidade da Instituição, com a competência e a capacidade de reconhecer e aplicar a metodologia estatística adequada em diferentes situações, os quartis não podem ser disponibilizados; Para as solicitações “c” e “e”, informou-se que a competência é da CEF e que, portanto, o IBGE não dispõe de relatório ou documentação pertinentes.

Por meio do Ofício 0900/2016-TCU/Sefti, de 23 de novembro de 2016, Processo TC 034.896/2015-5, o TCU encaminhou ao IBGE cópia do



Acórdão 2904/2016-TCU-Plenário em atendimento ao item 9.4.3 do próprio Acórdão (“Encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam aos membros do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, bem como do Comitê Interministerial Governo Aberto, a fim de cientificá-los sobre as conclusões obtidas nesta fiscalização a respeito da política de dados abertos do Poder Executivo Federal”). O IBGE, então, procedeu ao encaminhamento do citado Acórdão à sua Diretoria de Informática que, por meio de Despacho, declarou ter feito leitura atenta dos termos nele presentes e, conseqüentemente, ter tomado ciência do que nele se expressa, destacando a participação significativa do IBGE no supracitado Comitê e na disponibilização de dados abertos no portal da Instituição, conforme atestam o item 125 e a Figura 7 do próprio Relatório de Auditoria do TCU (TC 034.896/2015-5). O Conselho Diretor do IBGE, por sua vez, aprovou, em 16 de agosto de 2016, o Plano para Dados Abertos do IBGE e a criação de uma página na internet com todo o conteúdo do Plano e das informações sobre a disponibilidade e conteúdo de dados disponíveis. Acrescentou-se, ainda, o acesso ao Banco de Metadados, repositório da descrição dos trabalhos e dados produzidos pelo IBGE.

Acompanhamento de deliberações do TCU: o próprio Gabinete da Presidência do IBGE, administrativamente, e em conjugação com o Gabinete da Diretoria setorial técnica que executa o trabalho requerido pelo Tribunal de Contas da União, responsabiliza-se pelo acompanhamento das deliberações do TCU, não havendo, porém, sistema informatizado para tanto.

No que diz respeito a pendências de atendimento às determinações constantes dos acórdãos do TCU, constatou-se não haver tais pendências.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Durante o ano de 2016, a CGU apresentou oito recomendações ao IBGE. Cinco delas dizem respeito ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE, conforme se vê abaixo:

Recomendação 162448

Elabore e execute plano de trabalho que vise aumentar a aderência aos indicadores do Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE e aos indicadores do NQAF, cuja avaliação não tenha sido considerada “Plenamente aderente”, contendo os seguintes atributos: Definição de prioridade de implementação de melhorias por indicador, explicitando os critérios utilizados que deverão incluir, no mínimo, as variáveis: nível de aderência, criticidade e relevância; Definição de cronograma de implantação, segmentado em etapas enquanto marcos de controle de implementação, e decomposto em iniciativas para atingimento dos objetivos; Definição dos atores, dos recursos envolvidos e das lideranças de cada iniciativa; e Definição e aplicação de metodologia de monitoramento da evolução do plano de trabalho, incluindo criação, alimentação e uso de indicadores de progresso das iniciativas.

Recomendação 162449

Avalie a oportunidade e a conveniência de incorporar ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE, indicadores do modelo NQAF correlacionados pela equipe de auditoria que apresentem aspectos críticos ou relevantes não cobertos pelo Código do IBGE.

Recomendação 162450

Desenvolva e incorpore ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE apêndice que estabeleça critérios mensuráveis (quantitativos ou qualitativos) para avaliação de cada indicador.

Recomendação 162451

Desenvolva e incorpore ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE textos explicativos que exponham claramente o contexto e o objetivo de cada indicador, de modo a reduzir as possibilidades de diferentes interpretações.



Recomendação 162452

Defina e implemente rotina de monitoramento e avaliação periódica da aderência ao Código de Boas Práticas Estatísticas do IBGE, com base em critérios mensuráveis anteriormente estabelecidos.

As recomendações acima citadas foram atendidas pelo Plano Permanente de Providências (PPP), que apresenta um conjunto de projetos e iniciativas a serem implementados em curto e médio prazo, visando ao incremento da aderência do IBGE ao seu Código de Boas Práticas. Dentre as providências, foram incluídas ações voltadas à institucionalização de uma cultura de monitoramento de indicadores em diferentes níveis institucionais, para acompanhamento da aderência ao Código, bem como para monitoramento de cada operação estatística em seus diferentes estágios de produção.

O citado PPP foi incluído no Sistema Monitor da CGU, para o devido acompanhamento, e vem sendo cumprido adequadamente pelo IBGE.

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
27	27	-	-	-	-	-	-	-

O IBGE possui em sua estrutura uma gerência responsável pelo controle de todos os processos administrativos disciplinares instaurados nas Unidades Estaduais e na Sede. Nos casos de dano ao erário, quando comprovada a culpa do servidor, é providenciado o ressarcimento ao Erário nos autos do próprio processo que apurou a responsabilidade. Na hipótese de não ocorrer o respectivo ressarcimento, o processo é encaminhado à Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas legais, relativas à inscrição do servidor na Dívida Ativa da União.

No exercício de 2016 foram instaurados 79 procedimentos disciplinares, dos quais 27 destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, o que corresponde a 34,17% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especial.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o art. 5º da lei 8.666/1993

O IBGE observa o cronograma de pagamentos de obrigações estipulado no art. 5º da Lei nº 8.666/1993. O controle é feito internamente pela ferramenta institucional Sistema de Dados Administrativos (SDA), no módulo Financeiro. O início se dá a partir da autorização dos gestores de contratos para pagamento dos fornecedores, de acordo com a data de vencimento prevista em contrato. As autorizações são contabilizadas no SIAFI e paralelamente registradas no SDA. Essas informações são organizadas automaticamente por ordem de vencimento dos compromissos a serem pagos por cada uma das unidades gestoras do IBGE, gerando um Relatório de Contas a Pagar. Tal Relatório subsidia a emissão de ordens bancárias por ordem cronológica de vencimento em consonância com o SIAFI.

Registre-se que o IBGE é uma fundação pública, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seguindo as legislações federais que regulam as formas de contratações.



Figura 9 - Autorização de Pagamentos Contabilizadas

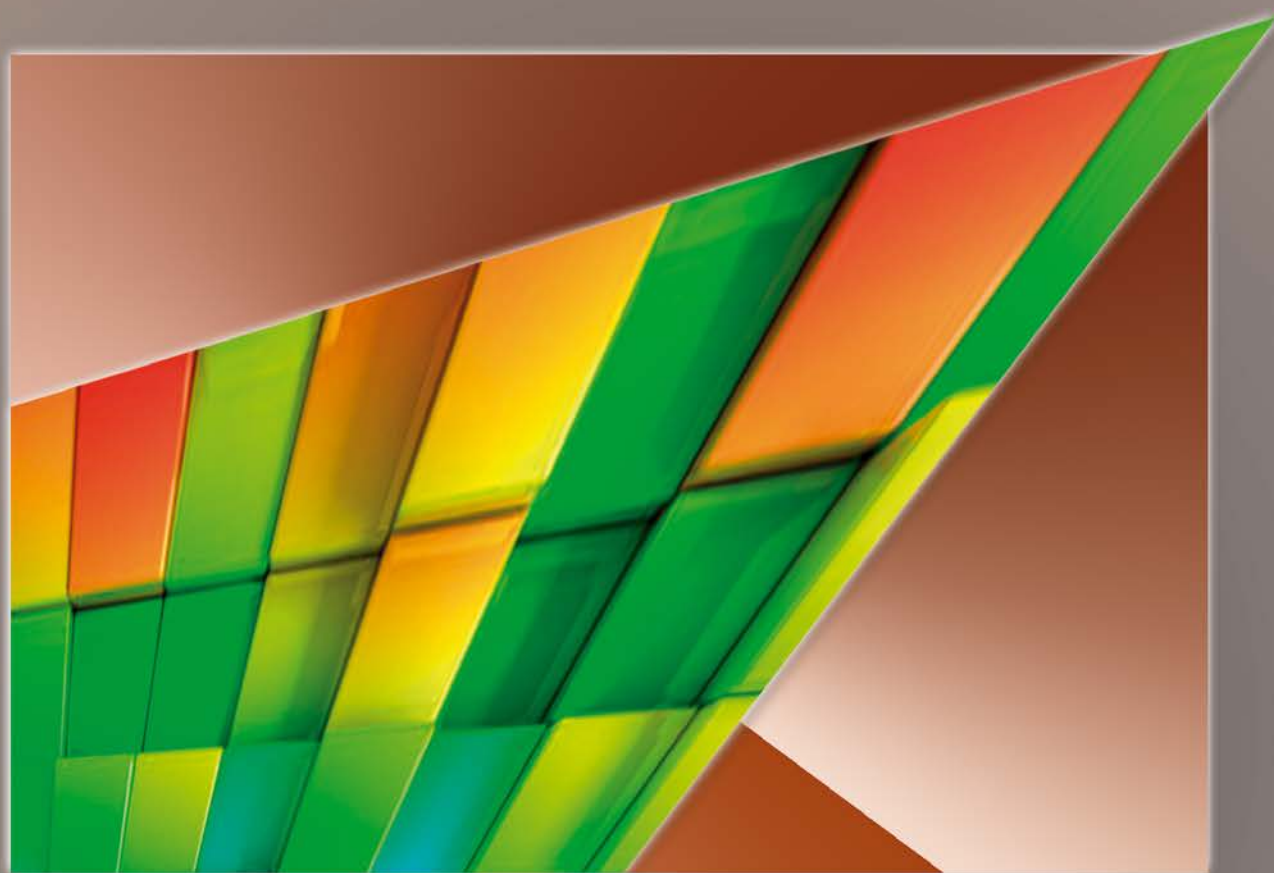
Data: 24/02/2016
Hora: 11:09:37

SDA - Financeiro
APs Contabilizadas



AP	TIPO AP	Entrada	PROCESSO	SICON	IDENTIFICAÇÃO FAVORECIDO	NOME FAVORECIDO	DATA VENCTO	VALOR BRUTO R\$	VALOR LIQUIDO R\$	DATA PAGTO	DATA CONTABIL
051545/2016	Principal	21/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	4.527,60	4.099,75	30/11/2016	24/11/2016
051563/2016	Principal	21/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	3.995,73	3.616,14	30/11/2016	24/11/2016
051577/2016	Principal	21/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	2.107,06	1.907,95	30/11/2016	24/11/2016
052435/2016	Principal	30/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	7.356,15	6.662,81	30/11/2016	29/11/2016
052445/2016	Principal	28/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	1.998,52	1.809,66	30/11/2016	29/11/2016
052447/2016	Principal	28/11/2016	03604.000039/2015-19	0	33.352.394/0001-04	Companhia Estadual de Águas e Esgoto- CEDAE	30/11/2016	969,68	878,05	30/11/2016	29/11/2016
051487/2016	Principal	25/11/2016	03604.001410/2016-32	012/2016	74.634.767/0001-09	ANABIM AGRESSORIA NACIONAL EM GESTÃO PÚBLICA E ME	30/11/2016	129.950,79	115.851,13	30/11/2016	25/11/2016
052243/2016	ISS	25/11/2016	03604.001410/2016-32		74.634.767/0001-09	ANABIM AGRESSORIA NACIONAL EM GESTÃO PÚBLICA E ME	30/11/2016			30/11/2016	25/11/2016
052969/2016	Principal	05/12/2016	03604.007071/2012-74	004/13	33.530.486/0001-29	EMPRESA BRAS. de TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	01/12/2016	16.871,77	15.277,39	06/12/2016	06/12/2016
052787/2016	Principal	15/12/2016	03604.005319/2012-62	037/2012	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A.	01/12/2016	1.616,23	1.463,50	16/12/2016	16/12/2016
052945/2016	Principal	01/12/2016	03604.002170/2014-21	007/2015	68.565.530/0001-10	ANGELS SERVICOS TECNICOS EIRELI	01/12/2016	532.707,55	423.768,86	01/12/2016	01/12/2016

Fonte: Sistema de Dados Administrativos (DAS) - IBGE



Anexos

Anexo 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Anexo 2 – Macroprocessos Finalísticos

Anexo 3 – Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Anexo 4 – Demonstrações Contábeis



Anexo 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Continua

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria- Executiva	É o órgão do IBGE que exerce as atividades de planejamento e coordenação geral da Instituição, incluindo a administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade. A Diretoria-Executiva é composta pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) • Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS) • Coordenação de Recursos Humanos (CRH) • Coordenação de Recursos Materiais (CRM)	Fernando José de Araújo Abrantes	Diretor	Desde 08/07/2013
Diretoria de Pesquisas	É o órgão do IBGE que produz e sistematiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País. A Diretoria de Pesquisas executa ainda as ações que cabem ao IBGE na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação estatística, e é composta pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Agropecuária (COAGRO) • Coordenação de Contas Nacionais (CONAC) • Coordenação de Índices de Preços (COINP) • Coordenação de Indústria (COIND) • Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ) • Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) • Coordenação de Serviços e Comércio (COSEC) • Coordenação de Trabalho e Rendimento (COREN)	Roberto Luís Olinto Ramos	Diretor	Desde 20/08/2014
Diretoria de Geociências	É o órgão do IBGE que produz e sistematiza as informações de natureza cartográfica, geodésica, geográfica e de recursos naturais e meio ambiente, imprescindíveis ao conhecimento, à análise e à avaliação do território nacional, objetivando subsidiar a sua gestão e seu ordenamento. A Diretoria de Geociências também executa as ações que cabem ao IBGE nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação geocientífica. É composta pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Cartografia (CCAR) • Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE) • Coordenação de Geodésia (CGED) • Coordenação de Geografia (CGEO) • Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN)	Wadih João Scandar Neto	Diretor	Desde 28/09/2011

Conclusão

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Informática	É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de informática e de administração da base de dados do Instituto, preservando a integridade das informações e proporcionando apoio técnico para o acesso a elas.	Paulo Cesar Moraes Simões	Diretor	Até 24/06/2016
	A Diretoria de Informática é composta pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas (COADS) • Coordenação de Metodologia e Banco de Dados (COBAD) • Coordenação de Serviços de Informática (COINF)	José Sant Anna Bevilaqua	Diretor	Desde 12/08/2016
Centro de Documentação e Disseminação de Informações	É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve produtos e serviços de informação, promovendo sua divulgação e comercialização. O Centro de Documentação e Disseminação de Informações também divulga a imagem do IBGE e preserva a memória institucional. É composto pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Atendimento Integrado (COATI) • Coordenação de Marketing (COMAR) • Coordenação de Produção (COPRO) • Coordenação de Projetos Especiais (COPES)	David Wu Tai	Coordenador- Geral	Desde 20/07/1995
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	É o órgão do IBGE que planeja e desenvolve atividades de ensino e pesquisa, nas áreas estatística e geográfica, mantendo cursos de graduação, pós-graduação e especialização. Também é responsável por oferecer treinamento e aperfeiçoamento profissional aos funcionários do Instituto. É composta pelas seguintes coordenações: • Coordenação de Graduação (CEGRAD) • Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA)	Maysa Sacramento de Magalhães	Coordenador- Geral	Desde 27/08/2014

Fonte: IBGE, 2017.



Anexo 2 – Macroprocessos Finalísticos

Continua

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Estatísticas	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, social e econômica do país	16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate - 4, Couro - 4, Leite - 4, POG - 4); 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques; 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA); 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil(PIM-PF); 3 resultados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME); 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC); 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor da Indústria Extrativa e de Transformação (IPP); 24 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPCA); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15); 4 resultados do IPCA-E; 12 resultados do SINAPI; 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; Pesquisa Anual de Comércio - PAC; Pesquisa Anual de Serviços - PAS; Pesquisa da Agricultura Municipal - PAM; Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS; Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM; Pesquisa Industrial Anual - PIA); 2 resultados das pesquisas estruturais sócio-demográficas (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais / Municipais - ESTADIC / MUNIC; Estatísticas do Registro Civil - REGCI); 3 Prognósticos de Safra; Contas Nacionais Trimestrais; Estimativas do Produto Interno Bruto dos Municípios - 2010; Sistema de Contas Nacionais do Brasil - 2010-2014; Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária do Governo - Brasil - 2010-2014, Contas Regionais do Brasil - 2010-2014; Tábuas de Mortalidade; Estimativas de População - 2016; Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2014; suplementos da PNAD 2014 relativos à Mobilidade Sócio-ocupacional, Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal e Acesso a programas de inclusão produtiva e Cadastro Único pra programas sociais do governo federal; Estatísticas do Empreendedorismo - 2014; Pesquisa de Inovação - PINTEC - 2014; investigação de temas suplementares relativos a rendimentos de programas sociais e outras fontes, outras formas de trabalho, trabalho infantil, habitação, migração, fecundidade e TIC na PNAD Contínua.	Governo e Sociedade	Diretoria de Pesquisas

Continuação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Geocientíficas	Produção de dados e informações geoespaciais – IG de referência, temáticos e especiais, compreendendo, dentre outros: redes de controle geodésico e todos os seus produtos derivados, planos cartográficos básicos e temáticos de qualquer tipo, malhas territoriais, informações de recursos naturais e produtos cartográficos especiais.	Disponibilização de 50 cartas imagem abrangendo parte dos estados do Tocantins, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso; da versão 2016 do Mapa Político do Brasil, na escala 1:5.000.000; da versão 2016 do Mapa das Indicações Geográficas, na escala 1:5.000.000; da versão 2016 da Base Cartográfica Contínua do Brasil ao milionésimo – BCIM (1cm = 10km); dos 865 pontos de controle medidos em campo para subsidiar o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal; lançamento da Base Cartográfica Contínua do Estado de Goiás, na escala 1:100.000 (1cm = 1km); Operação de 129 estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC, disponibilizando 30.000 arquivos no ano; operação de 5 estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia – RMPG, disponibilizando 1.549 arquivos no ano; medição de 1.700 estações geodésicas visando à melhoria da qualidade do modelo geoidal; divulgação dos Mapas Municipais para fins estatísticos das Estimativas Populacionais 2015; da Malha Municipal – 2015 e da Área Territorial oficial do Brasil – 2015; disponibilização do Atlas nacional digital do Brasil 2016; da publicação “Brasil: uma visão geográfica e ambiental do início do século XXI”; da publicação Logística de Energia 2015; da publicação “A geografia do café”; do Atlas das representações literárias de regiões brasileiras, Sertões Brasileiros II, volume III; da Revista Brasileira de Geografia (RBG); de informações geoespaciais temáticas referentes à geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação correspondentes a 104 folhas na escala 1:250.000 de parte das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste; do mapa do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:250.000, em formato vetorial, referente ao tema cobertura e uso da terra e em prosseguimento ao mapeamento de cobertura e uso da terra, o mapa do Brasil referente ao ano de 2014, que propiciou a determinação das mudanças ocorridas no país em relação a 2012, cujo mapa foi lançado em 2015, com divulgação de um novo relatório de mudanças abrangendo o período de 2000 a 2014, tendo sido disponibilizado, ainda, o infográfico em que, de forma dinâmica, os usuários conseguem ver as estatísticas de cobertura e uso relativas a todo o período estudado (2000, 2010, 2012 e 2014).	Governo e sociedade	Diretoria de Geociências

Continuação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Processos de pesquisa, difusão e implementação de metodologias estatísticas e computacionais ligadas à modernização do processo de produção das informações.	Atualização dos cadastros e malhas das estruturas territoriais referentes aos limites político-administrativos dos municípios brasileiros, às áreas especiais e aos setores censitários; implantação do sistema de gestão da qualidade referente aos processos de produção de informações geocientíficas, de modo a identificar prioridades e principais oportunidades de melhoria para a composição do plano de ação. O primeiro ciclo de implantação do sistema se encerrou em meados de 2016; publicação do Guia "Procedimentos para Lidar com Erros de Dados e Informações Estatísticas", dando publicidade aos procedimentos do IBGE para lidar com o mau uso dos dados e informações estatísticas e geoespaciais; realização do Seminário "Modernização de atividades relacionadas à produção de informações estatísticas"; realização do 5º Seminário de Metodologia do IBGE (SMI 2016): Integração de Dados Estatísticos e Geoespaciais e Visualização de Informações; organização, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), do Workshop "Experiência e Perspectivas do Uso de Registros Administrativos em Censos Populacionais".	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências e Diretoria de Informática.
Produção de Informações Ambientais	Produção sistemática de dados e informações ambientais desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados no sistema de informação geográfica (banco de dados), compreendendo temas de recursos hídricos, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.	Disponibilização do Mapa Hidrogeológico da Região Sudeste.	Governo e sociedade	Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências

Continuação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Censitárias	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional.	Visando a realização do Censo Agropecuário 2017, foram realizadas as atividades essenciais de planejamento da Base Territorial com incremento de 29% no quantitativo operacional dos setores censitários rurais, correspondendo a 40% dos municípios brasileiros que sofreram alguma atualização.	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Geociências e Unidades Estaduais
Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões a fim de garantir que todas as informações sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.	Realização das reuniões da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR); realização de capacitações de instituições produtoras de geoinformações para a INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), por meio de treinamentos; adesões à INDE da Prefeitura de Embu das Artes (SP), da Universidade de Brasília (UNB), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do ABC (UFABC - SP); realização da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN); realização de reunião da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA); realização de reunião do Comitê Técnico das Contas Regionais do Brasil; realização de reunião do Comitê Técnico do PIB dos municípios do Brasil;	Governo, sociedade, áreas finalísticas do IBGE	Presidência, Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências
Disseminação de Informações	Organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação.	Acesso aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas do IBGE, na ordem de 71,4 milhões.	Governo e sociedade	Centro de Documentação e Disseminação de Informações



Conclusão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino, Pesquisa, Extensão (Capacitação e Treinamento)	Processo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estatística e geociências, no âmbito da graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), bem como nas atividades de capacitação, aperfeiçoamento e treinamento para a sociedade, sobretudo de servidores públicos, para além do quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Compreende também a formação de profissionais e pesquisadores, formulando abordagens teóricas, métodos e práticas que venham a fortalecer a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.	Implantação da nova estrutura curricular do Bacharelado em Estatística; Revisão do sistema Acadêmico da Graduação para atender à nova grade curricular; Reformulação do Projeto Pedagógico de Curso da Graduação; Elaboração do Regulamento do Curso de Graduação; Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da ENCE para o período 2016-2020; Realização do evento em comemoração ao dia do Estatístico; Realização da nona Jornada de Iniciação Científica; Participação de docentes na organização do Encontro da ABEP, do Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística e do 5o. Seminário de Metodologia do IBGE; Implantação do Estágio Docente para doutorandos (ensino em nível de graduação); Reformulação da grade curricular da Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território; Realização de Seminário de Dissertação para alunos de mestrado, incluindo avaliação de projeto de dissertação; Execução de Projetos de Pesquisa; Publicação de artigos científicos; Oferta de diversos cursos na modalidade "EaD" (tais como Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, Introdução à Demografia; Introdução ao Geoprocessamento); Oferta de diversos cursos na modalidade "EaD" como treinamentos para as pesquisas do IBGE (tais como Atualização do setor, Base territorial, Pesquisas por empresas, PNADC); Oferta de diversos cursos na modalidade "EaD" nas áreas de gestão, tecnologia, ensino e comunicação (tais como um curso de LIBRAS, IBGE Sustentável, Suprimento de Fundos); Oferta de diversos cursos na modalidade presencial (tais como Modelagem Estatística de Séries Temporais, Oficina Estatística Básica com R, SAS Enterprise Guide e Programação SAS Básico, Introdução às Contas Nacionais - Kangaré I, Estatística Básica, Banco multidimensional de Estatísticas – BME, ArcGis Básico); Oferta de diversos cursos na modalidade presencial nas áreas de gestão, tecnologia, ensino e comunicação (tais como Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências, Gestão por Competências, Gestão por Processos com Bizagi, Redação Oficial, Workshop Capacitação de Mediadores para Fóruns de Prática); Oferta de vários Seminários (tais como Seminário em Rede, Seminário de Didática para Facilitadores de Aprendizagem, Seminário Teorias e Abordagens Pedagógicas).	Sociedade, servidores públicos do IBGE	ENCE, Presidência

Fonte: IBGE, 2017.

Anexo 3 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Continua

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza e conservação	06.028.733/0001-10	05/12/2011	05/12/2016	Ensino Fundamental Completo	Encerrado
2011	Recepção	68.565.530/0001-10	15/08/2011	13/10/2016	Ensino Médio Completo	Encerrado
2011	Serviços gerais de apoio	13.134.882/0001-20	22/11/2011	21/11/2016	Sem Exigência	Encerrado
2011	Vigilância ostensiva	05.554.220/0001-80	24/10/2011	24/10/2016	Sem Exigência	Encerrado
2012	Auxiliar de biblioteca	10.446.137/0001-28	01/06/2012	31/05/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2012	<i>Call center</i>	68.565.530/0001-10	17/09/2012	16/09/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Limpeza e conservação	14.268.627/0001-32	13/08/2012	13/08/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Limpeza e conservação	09.172.237/0001-24	10/07/2012	10/07/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Limpeza e conservação	09.484.770/0001-21	01/05/2012	01/05/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Limpeza e conservação	05.965.136/0001-50	04/01/2012	04/01/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Limpeza e conservação	03.325.436/0001-49	01/01/2012	01/01/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0046-12	11/12/2012	10/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Manutenção predial	68.565.530/0047-01	11/12/2012	10/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0045-31	11/12/2012	10/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0044-50	11/12/2012	10/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Motorista	14.010.744/0001-00	26/11/2012	25/11/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Portaria	07.633.003/0001-01	03/08/2012	03/08/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Portaria	05.333.566/0001-59	01/06/2012	01/06/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Recepção	13.334.498/0001-70	16/12/2012	16/12/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2012	Reprografia	05.333.566/0001-59	26/12/2012	26/12/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2012	Serviços gerais de apoio	02.780.863/0001-54	01/06/2012	31/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2012	Serviços gerais de apoio	05.206.485/0001-98	27/02/2012	27/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Ascensorista	17.633.418/0001-39	31/08/2013	30/08/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2013	Contratação pessoa física	06.982.630/0001-95	07/05/2013	07/05/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2013	Contratação pessoa física	72.201.379/0001-09	27/03/2013	26/03/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Contratação pessoa física	07.441.614/0001-58	11/03/2013	11/03/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Governança	35.868.918/0001-31	12/09/2013	11/09/2017	Superior Completo	Ativo prorrogado
2013	Limpeza e conservação	14.846.479/0001-96	22/11/2013	22/11/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2013	Limpeza e conservação	03.761.180/0001-12	02/09/2013	01/09/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2013	Limpeza e conservação	36.770.857/0001-38	01/07/2013	30/06/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Limpeza e conservação	09.172.237/0001-24	13/05/2013	13/05/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2013	Manutenção predial	10.632.953/0001-26	15/05/2013	14/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Manutenção predial	09.438.067/0001-87	03/05/2013	03/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Manutenção predial	09.628.278/0001-82	02/01/2013	02/01/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Motorista	02.738.552/0001-27	04/12/2013	03/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Motorista	09.370.244/0001-30	24/09/2013	22/09/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Motorista	14.601.896/0001-79	20/09/2013	20/09/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Motorista	04.712.320/0001-25	24/07/2013	24/07/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2013	Recepção	11.661.499/0001-02	03/09/2013	03/09/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Recepção	09.172.237/0001-24	19/06/2013	18/06/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2013	Recepção	14.601.896/0001-79	15/01/2013	15/01/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2013	Vigilância ostensiva	10.533.299/0001-01	04/03/2013	05/03/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Limpeza e conservação	15.312.517/0001-93	18/08/2014	17/08/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2014	Limpeza e conservação	19.609.199/0001-88	16/06/2014	16/06/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2014	Manobrista	68.565.530/0001-10	02/10/2014	01/10/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Motorista	09.911.986/0001-26	05/11/2014	05/11/2016	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Motorista	19.048.341/0001-65	01/09/2014	31/08/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Motorista	04.356.735/0001-03	03/02/2014	02/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Portaria	00.544.298/0001-09	21/10/2014	21/11/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Portaria	72.201.379/0001-09	06/10/2014	06/10/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Portaria	07.462.424/0001-17	14/05/2014	14/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Portaria	02.589.131/0001-81	01/05/2014	30/04/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Recepção	11.146.580/0001-46	01/12/2014	01/12/2016	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Secretariado	68.565.530/0001-10	20/09/2014	19/09/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2014	Serviços gerais de apoio	07.046.566/0001-01	12/11/2014	11/11/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Serviços médicos	73.887.424/0004-36	03/11/2014	02/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Vigilância ostensiva	04.855.257/0001-86	03/11/2014	03/11/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2014	Vigilância ostensiva	05.234.289/0001-27	03/10/2014	02/10/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	01.671.975/0001-04	04/12/2015	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	01.219.144/0001-04	03/12/2015	03/12/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	84.038.678/0001-53	19/10/2015	19/10/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	08.951.474/0001-20	17/08/2015	16/08/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	15.039.942/0001-50	09/07/2015	09/07/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	12.607.740/0001-70	01/07/2015	01/07/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	07.454.361/0001-57	28/05/2015	29/05/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	68.565.530/0001-10	03/04/2015	02/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Limpeza e conservação	07.545.455/0001-31	01/03/2015	02/03/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Manutenção predial	08.488.463/0001-56	01/04/2015	01/04/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Motoboy	02.545.716/0001-08	01/12/2015	30/11/2017	Ensino Médio Completo	Ativo prorrogado
2015	Portaria	15.351.310/0001-28	08/05/2015	07/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Portaria	08.604.419/0001-64	15/04/2015	15/04/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Portaria	07.444.187/0001-61	02/03/2015	02/03/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Portaria	13.224.659/0001-73	03/02/2015	03/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Recepção	01.618.699/0001-10	03/11/2015	02/11/2017	Curso Técnico Completo	Ativo prorrogado
2015	Serviços gerais de apoio	10.842.738/0001-50	20/10/2015	20/10/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Serviços gerais de apoio	07.046.566/0001-01	27/05/2015	26/05/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Serviços gerais de apoio	11.395.635/0001-51	14/02/2015	13/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Vigilância ostensiva	09.167.445/0001-35	09/12/2015	08/12/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Vigilância ostensiva	07.293.694/0001-41	29/11/2015	28/11/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado
2015	Vigilância ostensiva	14.585.324/0001-43	02/02/2015	02/02/2017	Sem Exigência	Ativo prorrogado

Continuação

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação pessoa física	00.051.000/1572-02	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Contratação pessoa física	00.022.665/9780-91	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Copeiragem	06.080.116/0001-64	03/08/2016	02/08/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo normal
2016	Copeiragem	15.715.620/0001-84	01/02/2016	31/01/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Limpeza e conservação	17.643.237/0001-93	02/05/2016	02/05/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo normal
2016	Limpeza e conservação	16.841.944/0001-21	08/04/2016	07/04/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo normal
2016	Motorista	04.278.447/0001-88	01/12/2016	01/12/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Motorista	19.048.341/0001-65	01/11/2016	31/10/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	09.288.324/0001-41	22/11/2016	22/11/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	13.153.640/0001-83	03/10/2016	02/10/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	09.169.438/0001-72	18/08/2016	17/08/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	09.288.324/0001-41	22/11/2016	22/11/2017	Sem Exigência	Ativo normal



Conclusão

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Portaria	09.288.324/0001-41	22/11/2016	22/11/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	13.153.640/0001-83	03/10/2016	02/10/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	09.169.438/0001-72	18/08/2016	17/08/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	09.484.770/0001-21	10/07/2016	10/07/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	13.344.554/0001-58	14/03/2016	13/03/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Portaria	01.569.755/0001-74	10/02/2016	09/02/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Recepção	10.710.117/0001-12	03/11/2016	02/11/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Recepção	05.333.566/0001-59	14/10/2016	13/10/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Recepção	03.930.084/0001-50	04/01/2016	04/09/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal
2016	Serviços gerais de apoio	04.350.057/0001-71	22/11/2016	21/11/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Serviços gerais de apoio	07.304.936/0001-55	01/08/2016	31/07/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Telefonista	11.395.635/0001-51	04/03/2016	03/03/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Vigilância ostensiva	02.103.266/0001-95	06/01/2016	04/01/2017	Sem Exigência	Ativo normal
2016	Recepção	15.312.517/0001-93	05/12/2016	04/12/2017	Ensino Médio Completo	Ativo normal



Anexo 4 – Demonstrações Contábeis

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ/Encerrado		EMISSÃO 09/02/2017 PÁGINA 1
--	--	---	--	---



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ/Encerrado)
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 09/02/2017	PÁGINA 1
TÍTULO	25206 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		
SUBTÍTULO	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO		
ORÇAO SUPERIOR			VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		6.044.735,00	6.044.735,00	32.041.201,65	25.996.466,65
RECEITAS CORRENTES					
Recargas Tributárias					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
Recargas de Contribuições					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.					
Recarga Patrimonial					
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		892.726,00	892.726,00	3.530.529,56	2.637.803,56
Valores Mobiliários		116.657,00	116.657,00	160.617,75	43.960,75
Delegação de Serviços Públicos		776.099,00	776.099,00	3.396.911,81	2.593.842,81
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
Recarga Agropecuária					
Recarga Industrial					
Recargas de Serviços					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		4.100.818,00	4.100.818,00	25.987.151,44	21.886.333,44
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		4.100.818,00	4.100.818,00	25.987.151,44	21.886.333,44
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
Transferências Correntes		1.051.191,00	1.051.191,00		
Outras Receitas Correntes					
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				894.206,57	-156.384,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				1.629.314,08	1.629.314,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				9.070,15	9.070,15
Demais Receitas Correntes				1.145.758,08	1.145.758,08
RECEITAS DE CAPITAL		145.663,00	145.663,00		
Operações de Crédito				474.485,87	474.485,87
Operações de Crédito - Mercado Interno				256.289,00	110.626,00
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Alienação de Bens		145.663,00	145.663,00		
Alienação de Bens Móveis		145.663,00	145.663,00		
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Enviado)
SUBTÍTULO	25206 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO	EMISSION 09/02/2017	PÁGINA 2
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Integralização do Capital Social	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.190.398,00	6.190.398,00	32.297.490,65
REFINANCIAMENTO	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-
Mobiliária	-	-	-
Contratual	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.190.398,00	6.190.398,00	26.107.092,65
DÉFICIT	-	-	-
TOTAL	6.190.398,00	6.190.398,00	2.298.123.514,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-
Créditos Adicionais Realizados	-	-	-
SUBTOTAL COM AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-
TOTAL	6.190.398,00	6.190.398,00	2.324.230.607,13

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.186.758.807,00	2.314.373.870,00	2.266.129.784,85	2.250.760.513,95	2.249.029.604,28	48.244.085,15
Pessoal e Encargos Sociais	1.827.736.937,00	1.990.294.413,00	1.951.933.870,05	1.950.587.993,78	1.948.941.708,51	38.360.542,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	359.021.870,00	324.079.457,00	314.195.914,80	300.172.520,17	300.087.895,77	9.883.542,20
DESPESAS DE CAPITAL	155.098.168,00	64.976.130,00	64.291.220,28	64.976.130,00	1.347.741,62	684.909,72
Investimentos	155.088.548,00	64.966.510,00	64.291.220,28	64.966.510,00	1.347.741,62	675.289,72
Inversões Financeiras	9.620,00	9.620,00	-	-	-	9.620,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.341.856.975,00	2.379.350.000,00	2.330.421.005,13	2.252.108.255,57	2.250.377.345,90	48.928.994,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	DEZ(Enviado)
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO	09/02/2017	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.341.856.975,00	2.379.350.000,00	2.330.421.005,13	2.252.108.255,57	2.250.377.345,90
TOTAL	2.341.856.975,00	2.379.350.000,00	2.330.421.005,13	2.252.108.255,57	2.250.377.345,90

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.087.690,83	19.864.151,71	16.055.309,87	16.045.114,51	2.811.576,21	3.091.151,82
Pessoal e Encargos Sociais	4.103,92	-	-	-	-	4.103,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.083.586,91	19.864.151,71	16.055.309,87	16.045.114,51	2.811.576,21	3.087.047,90
DESPESAS DE CAPITAL	1.697.759,13	2.635.848,84	3.152.474,51	3.152.474,51	82.469,81	1.098.663,65
Investimentos	1.697.759,13	2.635.848,84	3.152.474,51	3.152.474,51	82.469,81	1.098.663,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.785.449,96	22.500.000,55	19.207.784,38	19.201.589,02	2.894.046,02	4.189.815,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.075.127,60	1.073.872,25	702,60	552,75
Pessoal e Encargos Sociais	-	44.357,35	44.357,35	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.030.770,25	1.029.514,90	702,60	552,75
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.075.127,60	1.073.872,25	702,60	552,75



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)

EMISSAO	PAGINA
09/02/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS					EMISSÃO 09/02/2017	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO						
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO						VALORES EM UNIDADES DE REAL
	ATIVO					PASSIVO	
	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015			ESPECIFICAÇÃO	2016 2015
ATIVO CIRCULANTE		76.181.149,95	47.523.935,20			PASSIVO CIRCULANTE	17.022.823,13 16.425.496,66
Caixa e Equivalentes de Caixa		42.131.389,93	11.329.033,78			Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	16.001.305,96 13.667.439,54
Créditos a Curto Prazo		9.481,87	12.121,51			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	- -
Clientes		9.481,87	10.071,04			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	85.922,26 905.749,32
Dívida Ativa Não Tributária			3.548,98			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	- -
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo			-1.409,11			Obrigações de Repartição a Outros Entes	- -
Demaís Créditos e Valores a Curto Prazo		25.489.497,78	27.718.458,16			Provisões de Curto Prazo	- -
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo						Demaís Obrigações a Curto Prazo	935.594,91 1.852.307,80
Estoques		8.550.780,37	8.460.163,41				
VPDs Pagas Antecipadamente			4.158,34				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		377.359.609,50	367.392.151,98			PASSIVO NÃO CIRCULANTE	- -
Ativo Realizável a Longo Prazo		657.517,03	521.237,16			Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	- -
Créditos a Longo Prazo		657.517,03	521.237,16			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	- -
Dívida Ativa Não Tributária		1.786.013,41	1.561.801,60			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	- -
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-1.131.469,38	-1.040.564,53			Obrigações Fiscais a Longo Prazo	- -
Investimentos						Provisões de Longo Prazo	- -
Participações Permanentes						Demaís Obrigações a Longo Prazo	- -
Propriedades para Investimento						Total Diferendo	- -
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos						TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	17.022.823,13 16.425.496,66
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos							
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demaís Investimentos Permanentes							
Demaís Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demaís Invest. Perm.							
Imobilizado		375.407.317,19	365.711.893,47				
Bens Móveis		102.154.894,06	104.688.220,86			Demaís Reservas	436.517.936,32 398.450.590,52
Bens Móveis		221.740.125,39	330.115.297,27			Resultados Acumulados	30.075.625,22 -83.782.387,35
(-) Depreciação/Amortização/Exatidão Acum. de Bens Móveis		-119.585.240,73	-115.340.932,14			Resultado do Exercício	368.460.590,52 485.458.115,14
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-110.089.244,27			Resultados de Exercícios Anteriores	7.851.720,58 6.814.842,73
Bens Imóveis		273.252.432,63	261.023.672,61			Ajustes de Exercícios Anteriores	- -
Bens Imóveis		275.524.911,80	261.930.370,89			(+) Ações / Cotas em Tesouraria	- -
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-2.272.479,27	-908.698,28			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	436.517.936,32 398.450.590,52
Intangível							
Softwares		1.294.775,28	1.159.021,35				
Softwares		1.294.775,28	1.159.021,35				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		1.206.655,45	1.159.021,35				
		-880,17	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Ene/mar)
EMIÇÃO 09/02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
	(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
	Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
	Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
	(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
	(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
	Diferido				
	TOTAL DO ATIVO	453.540.759,45	414.916.087,18		
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.916.087,18

	ATIVO		PASSIVO	
	2016	2015	2016	2015
	ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	42.131.389,93	11.329.033,78	PASSIVO FINANCEIRO	84.704.559,89
ATIVO PERMANENTE	411.409.363,52	403.587.053,40	PASSIVO PERMANENTE	14.814.632,91
			SALDO PATRIMONIAL	372.205.140,01

Quadro de Compensações

[illegible]

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-75.038.283,98
Recursos Vinculados	32.465.114,02
Educação	13.528,50
Seguridade Social (Exceto RGPS)	98.856,05
Operação de Crédito	15.796,09
Alienação de Bens e Direitos	87.798,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	32.254.187,31
TOTAL	-42.573.169,96

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO
DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 09/02/2017 PAGINA
1
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	2016	2015
SUBTÍTULO	25206 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOS. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária		35.046.283,28	31.907.298,68
Receita de Contribuições		2.389.485.739,72	2.216.935.446,79
Receita Patrimonial		31.146.995,08	2.324.145,16
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		160.617,75	149.610,33
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		25.987.161,44	441.911,03
Outras Receitas Derivadas e Originárias		3.309.911,81	828.135,82
Transferências Correntes Recebidas		1.629.314,08	904.481,38
Intergovernamentais		894.206,57	535.949,96
Dos Estados e/ou Distrito Federal		820.477,80	535.949,96
Dos Municípios		820.477,80	535.949,96
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		273.728,77	-
Outros Ingressos das Operações		2.357.444.538,07	2.214.075.351,67
Ingressos Extraorçamentários		5.432.130,68	131.080,83
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.722,23	734,82
Transferências Financeiras Recebidas		2.352.004.899,02	2.213.438.875,13
Ancaptação de Outra Unidade		2.670,60	1.001,68
Demais Recebimentos		155,64	503.640,01
DESEMBOLSOS			
Pessoal e Demais Despesas		-2.354.439.496,44	-2.185.028.148,11
Legislativo		-2.102.134.929,24	-1.937.585.983,46
Judiciário		-38.301,35	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-1.106.940.971,40	-1.059.849.278,24
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-164.625,33	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-802.994,29	-1.987.830,64
Previdência Social		-989.303.161,93	-895.302.478,92
Saúde		-514.181,65	-4.472.718,36
Trabalho		-1.015.133,64	-432.604,09
Educação		-270.506,32	-2.558.089,32
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-108.465,09
Habituação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-



		MINISTÉRIO DA FAZENDA		SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	
TÍTULO		DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ/Encerrado)	
SUBTÍTULO		25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		EMISSÃO 09/02/2017 PÁGINA 2	
ORÇAO SUPERIOR		20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO		VALORES EM UNIDADES DE REAL	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



MINISTÉRIO DA RECEITA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	DEZ(Encerrado)
EMISSÃO	09/02/2017	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO		
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO		
		2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		30.802.356,15	1.400.730,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		11.329.033,78	9.928.303,27
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		42.131.389,93	11.329.033,78



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Enunciado)
EMISSÃO 09/02/2017	PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25206 - FUND INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	485.458.115,14	-	-	485.458.115,14
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	11.964.498,10	-	-	11.964.498,10
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-4.176.110,79	-	-	-4.176.110,79
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-63.782.387,35	-	-	-63.782.387,35
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-673.544,58	-	-	-673.544,58
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IRCS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	398.490.590,52	-	-	398.490.590,52

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	398.490.590,52	-	-	398.490.590,52
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	17.345.046,22	-	-	17.345.046,22
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-2.578.482,91	-	-	-2.578.482,91
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	30.075.625,22	-	-	30.075.625,22
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-6.814.842,73	-	-	-6.814.842,73
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IRCS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	436.517.938,32	-	-	436.517.938,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 25206 - FUND INST BRASILEIRO DE GEOG E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO
DEZ/Encerrado

EMISSÃO 09/02/2017 PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.413.176.537,80	2.265.909.931,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		2.360.886.540,19	2.238.845.046,86
Transferências Intragovernamentais		2.352.004.859,02	2.213.472.825,13
Transferências Intergovernamentais		864.206,57	535.949,98
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		7.987.474,60	24.836.271,77
Reavaliação de Ativos		25.023.210,42	22.665.925,02
Ganhos com Alienação		23.275.330,54	13.982.183,73
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		500.185,40	5.118.522,54
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		1.247.684,48	3.586.218,75
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.659.566,69	2.899.880,50
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Enviado)
EMISSÃO 09/02/2017	PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25206 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		78.353,34	8.133,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.591.213,35	2.891.747,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.389.100.912,58	2.359.892.299,07
Pessoal e Encargos		1.058.728.547,47	1.087.242.056,83
Remuneração a Pessoal		821.330.508,60	856.680.888,77
Encargos Patronais		164.949.888,14	169.240.502,90
Benefícios a Pessoal		72.136.660,81	61.035.375,26
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		311.461,92	285.319,90
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		976.621.271,63	832.106.663,61
Aposentadorias e Reformas		788.898.475,60	865.343.598,60
Pensões		188.236.878,63	165.653.306,51
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		1.491.917,20	1.109.770,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		227.358.454,69	190.542.512,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		13.415.026,74	12.421.898,29
Uso de Material de Consumo		197.379.952,79	151.446.526,11
Serviços		18.593.472,18	26.774.118,59
Depreciação, Amortização e Exaustão		137.863,58	126.021,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		112.181,70	88.038,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		487,91	2.753,74
Juros e Encargos de Mora		25.193,97	34.229,56
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		88.061.379,92	104.862.391,88
Transferências Intra governamentais		82.826.746,47	76.327.623,37
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		16.661,65	19.838,80
Execução Orçamentária Delegada a Entes		5.217.972,80	28.514.820,71
Outras Transferências e Delegações Concedidas		14.197.647,08	123.428.818,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.573.569,99	111.094.826,13
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		391.700,70	383.548,47
Perdas com Alienação		655.068,27	477.436,67
Perdas Involuntárias		18.478,63	1.596.038,80
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		3.558.799,49	9.907.898,13





MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2016

PERÍODO

DEZ(Encerrado)

EMISSÃO

09/02/2017

PÁGINA

3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	516.854,09	352.333,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.220,20	94.700,47
Contribuições	411.633,89	257.633,01
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	79.220,80	72.193,14
Custo das Mercadorias Vendidas	79.220,80	138,24
Custos dos Produtos Vendidos	-	72.054,90
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23.399.673,32	20.859.307,01
Premiações	26.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	351.920,00	246.720,00
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	23.021.753,32	20.613.587,01
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	30.075.625,22	-93.782.367,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015
--	------	------

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

www.ibge.gov.br

www.twitter.com/ibgecomunica

www.facebook.com/ibgeoficial

Atendimento
0800 721 8181

